

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JEFFERSON OLIVEIRA DE VASCONCELOS

**DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NA
ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO**

Campina Grande/PB

Novembro 2011

JEFFERSON OLIVEIRA DE VASCONCELOS

**DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NA
ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada como exigência final do Curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marilda Aparecida de Menezes, na Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas.

Campina Grande/PB

Novembro 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

V331d Vasconcelos, Jefferson Oliveira de.
Diversificação produtiva em assentamentos rurais na Zona da Mata de Pernambuco/Jefferson Oliveira de Vasconcelos. – Campina Grande, 2011.
99f.: il. col.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.
Orientador: Profa. Dr^a. Marilda Aparecida de Menezes
Referências.

1. Assentamentos Rurais. 2. Reconversão Social e Produtiva.
3. Atividade Sucroalcooleira. 4. Transição Agroecológica. I. Título.

CDU 316.334.55 (043)

JEFFERSON OLIVEIRA DE VASCONCELOS

**DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NA ZONA DA
MATA DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada como exigência final do Curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marilda Aparecida de Menezes, na Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Marilda

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marilda Aparecida de Menezes

Membros: Sônia Bergamasco

Examinador externo: Prof. Dr.^a Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Luis Henrique Cunha

Examinador interno: Prof. Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha

Campina Grande – PB, 25 de Novembro de 2011.

DEDICATÓRIA

Primeiramente a Deus, por nos permitir a vida.

A minha esposa Gilvânia pelo estímulo nas horas difíceis.

A minha filha Ana Rosa, pois a sua existência me motiva a continuar sempre.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos sinceros a professora e orientadora Marilda Aparecida de Menezes, pela paciência e amizade, e por ter me convidado a integrar o Projeto Políticas Públicas, Reconversões Produtivas e Recomposições Identitárias no Nordeste Brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano, Edital MCT/CNPq/CT-Infra/CT-Petro/Ação Transversal IV N° 16/200, no seu eixo temático: Trabalho, migrações e agronegócio, no qual está incluída a pesquisa que resultou nesta dissertação de mestrado.

Sempre serei grato aos companheiros Maciel Cover e Jeferson Barreto, por terem me acolhido na sua casa em Campina Grande, durante o período de aula presencial na UFCG.

Agradeço aos professores da turma 2009 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, pela dedicação a nós pós-graduandos.

Meus cumprimentos ao professor Jorge Mattos da UFRPE, Departamento de Educação, responsável pelo projeto de Transição agroecológica no assentamento Chico Mendes III, financiado pelo CNPq, que sempre recebeu a mim e tantas outras vezes a minha esposa de forma muita amigável e sempre disposto a nos ajudar.

Por fim, agradeço as famílias assentadas do assentamento Chico Mendes III, que sempre nos receberam de forma humilde e motivada, acreditando em novas possibilidades para suas vidas. Seu Amilton, Dona Marlene, Dona Jercina, Seu Manoel Joaquim, Dona Nenê e Dona Leni, pela colaboração no trabalho de pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa sobre o assentamento Chico Mendes III, localizado no município de São Lourenço da Mata, Zona da Mata Norte de Pernambuco. Podemos dizer que está em curso um processo de reconversão produtiva, com a diversificação de culturas, como a mandioca, o feijão, o milho, as hortaliças, a revegetação com fruteiras, plantas nativas da mata atlântica e exóticas, e, concomitantemente, a emergência de novos atores e relações sociais. Esse processo se diferencia da prática produtiva de alguns assentamentos na região da Zona da Mata de Pernambuco, os quais se têm dedicado à produção da cana-de-açúcar e de lavoura branca. A região da Zona da Mata pernambucana tem sido historicamente dominada pela produção da cana-de-açúcar e pelo processamento industrial de açúcar e álcool. Nos anos 1990, a atividade sucroalcooleira na região sofreu uma crise que tem como origem a conjuntura do mercado internacional, mas também a abertura comercial proveniente da política neoliberal adotada pelo Governo Federal. O resultado da crise foi o desemprego de trabalhadores canavieiros e a falência dos fornecedores de cana, especialmente dos pequenos produtores. As usinas de açúcar e álcool solicitaram ações imediatas para salvar a atividade na região, e o movimento sindical e os movimentos sociais reivindicaram ações que amenizassem a situação de pobreza dos trabalhadores rurais e dos agricultores familiares, dentre elas a reforma agrária. A partir da luta pela terra, o MST, o movimento sindical pernambucano (STRs) a FETAPE e outros movimentos sociais têm buscado pressionar os Governos Federal e Estadual para a desapropriação de áreas improdutivas. O engenho São João, pertencente à usina Tiúma, no município de São Lourenço da Mata, é um retrato da crise. Após o encerramento das atividades da usina do Grupo Empresarial Votorantim, nos anos 1980, o engenho se dedica a fornecer cana a usinas da região. Nos anos 1990, como não mais havia produção de cana, o MST iniciou um processo de luta pela terra com a organização de famílias, ocupação e reivindicação da área para fins de reforma agrária. As famílias acampadas e depois assentadas experimentam mudanças sociais e produtivas, que caracterizamos como *reconversão social*, pois se trata de deslocamentos no espaço social, ou seja, trabalhadores da cana ou ex-moradores de engenho passam a ser assentados da reforma agrária, e vivenciam uma *reconversão produtiva* quando aceitam implantar nos lotes uma proposta de trabalho e de relações sociais, qualificada por técnicos e acadêmicos da Universidade Federal Rural de Pernambuco como *Projeto de transição agroecológica*. Assim, é modificada a forma de organizar a produção e a comunidade, inserindo-se novas culturas agrícolas na sua área e interagindo com novos atores sociais.

Palavras-chave: assentamentos rurais, reconversão social e produtiva, atividade sucroalcooleira, transição agroecológica.

ABSTRACT

This thesis is the result of a survey conducted concerning the settlement of *Chico Mendes III*, located in *São Lourenço da Mata*, North *Zona da Mata* of Pernambuco. An ongoing process of restructuring the production as well as the emergence of new actors and social relations is notable, where the diversification of crops such as cassava, beans, corn, vegetables, fruit trees vegetation, native atlantic forest and exotic plants can be seen. This process of productive practice differs from the ones seen in some settlements in *Zona da Mata* of Pernambuco, where they have dedicated themselves to the production of sugarcane and white crops. The region of *Zona da Mata* has historically been taken by the strong production of sugarcane and the industrial processing of sugar and alcohol. In the 1990s, the sugar and ethanol activity in the region suffered a crisis that had its origins in both the international market situation, and trade liberalization from the neoliberal policies adopted by the Federal Government. As a result, the crisis caused unemployment among the sugarcane workers and failure for sugarcane suppliers, especially small producers. The sugar and alcohol factory requested immediate action to save the activity in the region. As for the trade unions and social movements, they demanded actions in order to ameliorate the poverty of rural workers and farmers, as well as the land reform. Since the struggle for land, the landless workers movement (or *MST*), the trade union movement from Pernambuco (*STRs*), the *federação dos trabalhadores na agricultura do Estado de Pernambuco* (or *FETAPE*) and other social movements have sought to pressure the Federal and State governments to expropriate unproductive areas. The mill *São João* belonging to the *Tiúma* factory in *São Lourenço da Mata*, is a picture of this crisis. After the closing of activities performed by the factory *Grupo Empresarial Votorantim* in the 1980s, the mill is dedicated to providing the canes to factories in the region. In the year 1990 as there were no more cane production, the *MST* began a struggle process for land with families organization, occupation and demand of area for purposes of land reform. Families that camped and were then settled experienced social and productive changes, which can be characterized as social conversion, thus this is a case of displacement in social space. That is, sugarcane workers or even former residents of mills, become involved in land reform, and experience a productive conversion once they accept to deploy in lots, a work and social relationship proposal, qualified by technicians and academics from the Federal Rural University of Pernambuco as *Projeto de transição agroecológica* (or Transition agroecological project). Therefore, the way of organizing the production and community is modified by inserting new crops in its area and interacting with new social actors.

KEYWORDS: rural settlements, social conversion, productive conversion, sugarcane activity, transition agroecological.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Mapa de Pernambuco
- Figura 2 Distribuição geográfica da produção canavieira no Brasil

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 Cana-de-açúcar processada pelas Usinas Brasileiras (Safras 1990/91 a 2005/2006), em toneladas
- Tabela 2 Distribuição de acampamentos e famílias acampadas nos municípios da mesorregião Metropolitana e Mata de Pernambuco
- Tabela 3 Demanda dos movimentos sociais nas mesorregiões da Mata e Metropolitana

LISTA DE ABREVIATURAS

ALEPE – Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEASA-PE – Centro de Abastecimento de Pernambuco

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPR-Doação – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONDEPE – Instituto de Planejamento de Pernambuco

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FETAPE – Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FUNTEPE – Fundo de Terras de Pernambuco
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
INCRA SR 03 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Superintendência Regional 03 (Pernambuco)
IPA – Instituto de Pesquisa Agronômica de Pernambuco
ITERPE – Instituto de Terras de Pernambuco
MLST – Movimento Liberdades dos Sem Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTL – Movimento Terra e Liberdade
PA – Projeto de Assentamento
PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária
PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool
PRONAF – Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
ProRural – Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
SAF – Sistema Agro Florestal
SINDAÇÚCAR – Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco
SNE – Sociedade Nordestina de Ecologia
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
RMR – Região Metropolitana do Recife
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO 1

Crise no complexo canavieiro sucroalcooleiro: o caso da Zona da Mata pernambucana 23

1.1. Base econômica e relações sociais no complexo canavieiro sucroalcooleiro 30

1.2. A crise no complexo canavieiro nos anos 1990 e luta pela terra 39

1.3. A Usina Tiúma durante a crise nos anos 1990 44

CAPÍTULO 2

Do Engenho São João ao assentamento Chico Mendes III: a presença dos movimentos sociais. 48

CAPÍTULO 3

Diversificação produtiva no assentamento Chico Mendes: um processo em construção 64

CONSIDERAÇÕES FINAIS 85

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 89

ANEXOS 94

INTRODUÇÃO

A luta pela terra na Zona da Mata pernambucana e, em especial, na Região Metropolitana do Recife – áreas de predominância da atividade canavieira –, nos anos 1990 e início do século XXI, provocou uma considerável reestruturação na posse da terra. Cerca de 73 (setenta e três) mil hectares, beneficiando um pouco mais de 7.400 famílias, tornaram-se nessa região Projetos de Assentamentos, a grande maioria no período mencionado, e boa parte desse montante tem até dez anos de criação, segundo dados do INCRA/PE-SR03 (2004). Como militante de um dos movimentos sociais de luta pela terra, o MST, que atuou em Pernambuco durante esse período, a pergunta sobre o futuro da região e dos projetos de assentamentos ali criados era: que desenvolvimento, diferente da atividade canavieira, é possível nessas áreas? Serão possíveis outras perspectivas produtivas e de desenvolvimento para a agricultura na Zona da Mata Pernambucana? O tempo mostrou que a falta de opções, provenientes, em sua maior parte, pela falta da vontade política, fizeram com que a grande maioria das famílias assentadas em tais projetos de assentamentos tornaram-se fornecedoras de cana, quando não produtoras da lavoura branca. Assim, após se terem libertado da sujeição do trabalho nos canaviais, como moradores ou trabalhadores rurais, agora, na posição social de assentados, retomam o cultivo de cana-de-açúcar como uma alternativa produtiva e de renda. Não é de estranhar que, sempre que surgia um projeto de assentamento que se propunha a diversificar a forma de organizar a produção com a introdução de novas culturas e de interação com outros atores sociais, todo o interesse e dedicação do pesquisador dessa dissertação era posto nessa experiência. É nesse contexto que foi orientada a pesquisa que fundamenta esta dissertação de mestrado, ou seja, descrever as transformações sociais e produtivas dos projetos de assentamentos na Zona da Mata de Pernambuco.

Inicialmente, a proposta do trabalho consistia em estudar o assentamento Frescundim,¹ uma área desapropriada pelo governo do Estado e que está em processo de transferência para ser reconhecida e assumida pelo INCRA Pernambuco (SR03), com 195 lotes em uma área 1.048,03 hectares, pertencente à usina Estreliana Ltda., a 15 km da sede do município de Gameleira. O PA tem experiências em fruticultura para a produção de polpa, uma individual e outra coletiva, como

¹ O nome do PA é 21 de novembro, data em que foi desapropriada em 1997, mas atualmente, tanto para as famílias assentadas como para os órgãos governamentais responsáveis, é conhecido como Frescundim, pois o nome do engenho era Engenho Frei Godin.

uma alternativa à cana-de-açúcar produzida nos engenhos vizinhos e pertencentes à usina. Apesar de ser uma área grande, onde encontramos lotes em diversas situações, como, por exemplo, os que estão abandonados, os que produzem cana-de-açúcar, os casos de repasse de terra, existe, também, um grupo organizado em associação que planta a lavoura branca (macaxeira, mandioca, feijão e milho) como parte de sua cultura de agricultor e ex-morador de engenho, bem como a fruticultura, com a graviola, o coco, a banana, a acerola, o maracujá, com a transformação da graviola em polpa e sua comercialização na região.

Uma forte chuva com enchente ocorrida em março de 2010 inviabilizou todo o acesso ao assentamento, inclusive por que foram destruídas pontes, passagens molhadas, e a própria estrada, que deixou danificadas as várias cidades da região da Zona da Mata Sul do Estado – principalmente, Palmares, Água Preta, Cortês, Gameleira, Barreiros, e isolou várias comunidades rurais, incluindo o PA Frescundim. Essa tragédia climática e social, foi o motivo que inviabilizou a continuidade da pesquisa e a necessidade da escolha de outra área para o estudo da diversificação produtiva em áreas de assentamento rurais provenientes da política de Reforma Agrária.

Naquele momento, por uma questão de logística, de tempo, e de conhecimento da realidade, foi escolhido o assentamento Chico Mendes III, uma área nova com 2 anos de desapropriação, mas com características semelhantes às da área anterior, como a presença da cana-de-açúcar nos engenhos circunvizinhos, porém com sua especificidade própria, devido à proximidade dos centros urbanos, e de problemas sociais rurais e urbanos, está se propondo a diversificar a produção, diferenciando-se da cana-de-açúcar que predomina na região. A proposta de diversificação produtiva é mediada por um projeto de *Transição da agricultura convencional para a agricultura agroecológica*, promovida pelo Setor de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a responsabilidade do Professor Jorge Luiz Schirmer de Mattos.

O presente trabalho apresenta, pois algumas transformações sociais e econômicas que estão em curso nas áreas rurais reformadas da mesorregião da Mata pernambucana, no contexto da crise do setor agroindustrial sucroalcooleiro, no período de finais da década de 1980, até o início da década 2000. Destacaremos a ascensão dos assentamentos rurais e as estratégias de reconversão produtiva mediante a diversificação produtiva das culturas agrícolas.

Propomos utilizar a noção de reconversão produtiva para entender e explicar as transformações sociais e econômicas ocorridas nas áreas rurais da mesorregião da Mata

pernambucana, outrora e ainda hoje representada por grandes extensões de terra utilizadas para a produção da cana-de-açúcar e, atualmente, dividindo o espaço produtivo e social com áreas de assentamentos rurais provenientes de reforma agrária, as quais estão produzindo alimentos para autoconsumo e para os mercados locais.

Na concepção de Bourdieu (2008), as estratégias de reprodução são um conjunto de práticas diferentes as quais, sujeitos sociais, individual ou coletivamente, inconsciente ou conscientemente, se utilizam para conservar ou aumentar seu patrimônio e, dessa forma manter ou melhorar sua situação social na estrutura das relações de classe. Menezes e Malagodi (2009), quando utilizam a noção de reconversão produtiva para estudar as transformações socioeconômicas no Brejo paraibano, apóiam-se na concepção de Pierre Bourdieu sobre reconversão social. Segundo o sociólogo francês, as estratégias de reprodução “*dependem do estado do sistema de instrumentos de reprodução*”² e também “*do estado – volume e estrutura – do capital a ser reproduzido*”³ e qualquer mudança nessas relações “*acarreta uma reestruturação do sistema das estratégias de reprodução*”, ou seja, uma “*reconversão do capital*”, a que “*em determinado estado do sistema de instrumentos de reprodução, tende a determinar uma transformação da estrutura patrimonial*”. Na sequência de sua análise Bourdieu (2008, p. 122) afirma: “*As reconversões traduzem-se por outros tantos deslocamentos em um espaço social*”, excluído dessa análise o espaço referente à ‘mobilidade social’. Com isso, Cunha (2009) identifica, a partir de Bourdieu, três pontos fundamentais para a noção de reconversão: o deslocamento em um espaço social, a reestruturação do sistema das estratégias de reprodução social, e a transformação social.

Segundo Menezes e Malagodi (2009, p. 3) para que a reconversão produtiva possa ser utilizada para explicar os processos de mudança social em feixes de transformações em diferentes direções, inclusive como um o foco nas transformações do mundo rural e suas diversidades de dinâmicas, emergência de novos sujeitos, formas diversa de integração, dentre outros feixes, “*deve ser entendida do ponto de vista dos conteúdos sociais específicos, dos usos econômicos da*

² O estado do sistema de instrumentos de reprodução, que podem ser institucionalizados ou não, depende do estado da relação de força entre as classes, se refere ao estado dos costumes e da lei sucessória, do mercado de trabalho, do sistema escolar, etc. (BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008, p. 122).

³ O estado do capital refere-se ao volume atual e potencial dos capitais econômico, cultural, social e de seu peso relativo na estrutura patrimonial do grupo (BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008, p. 122).

terra, para os que a detêm, assim como para os que não possuem e encontram (ou não encontram) nela a chance da obtenção dos meios de vida e reprodução social”.

Garcia Jr. (1989) em “Sul: caminho do roçado”, ao estudar a *plantation* tradicional no Brejo paraibano, utilizou a noção de reconversão para explicar como os senhores de engenho reestruturaram “o uso produtivo do seu patrimônio fundiário e de sua condição social” (p. 204), na busca de opções diferenciadas para manter ou mudar sua condição que se debilitava com o declínio dos engenhos banguê:

A primeira foi a modernização subsidiado pelo Estado dos processos de produção agrícola e industrial, através da expansão de usinas, diferenciando os senhores-de-engenho numa camada usineira e outra que é reduzida à condição de fornecedores. A segunda foi achar um produto novo, que tenha demanda garantida em expansão, frequentemente de exportação, para não ter o freio do mercado interno, e que faça crescer a renda monetária. O terceiro tipo de saída foi encontrar um produto antigo que permitisse diminuir custos monetários da força de trabalho de forma constante (p. 204).

Tais reconversões produtivas representaram feixes de opções realizadas pela oligarquia agrária paraibana.

Notamos que Garcia Jr (1989) utiliza a noção de reconversão de Bourdieu para analisar deslocamentos, reestruturações e transformações ocorridos na vida social de moradores, pequenos proprietários e senhores de engenho no contexto da atividade canavieira no Brejo paraibano, ou seja, analisa processos em que ocorre um deslocamento no espaço social dos grupos sociais envolvidos e reestruturações da reprodução social desses grupos.

O problema central da nossa pesquisa consiste em compreender como ocorre a reconversão de “terra de cana” para “terra de agricultura”⁴, que podemos chamar de reconversão na posse e no uso da terra ou, em outros termos, da relação de trabalho assalariada e de moradores em terras de engenhos e usinas para as relações de trabalho fundamentadas no acesso e uso da terra que caracteriza os assentados. Quanto às estratégias de reprodução social para o desenvolvimento das áreas de assentamento, retomando Bourdieu (2008), podemos dizer que houve um deslocamento vertical no espaço social por parte do ex-trabalhador da cana ou ex-

⁴ Os conceitos terra de cana e terra de agricultura são utilizados por Afrânio Raul Garcia Júnior em sua obra “O Sul: caminho do roçado”, para diferenciar os espaços em que são reproduzidas as condições sociais dos cultivos realizados por grupos domésticos de pequenos produtores, e o espaço onde são reproduzidas as condições sociais do monocultivo da cana.

morador, ou seja, em um mesmo campo⁵, ele deixa de ser um agricultor subordinado ao poder simbólico, social e econômico da estrutura hierarquizada da oligarquia agrária canavieira, e passa a ser um agricultor assentado, com uma autonomia relativa na posse e no trabalho na terra conquistada.

Diante disso, partimos da hipótese de que haverá transformações sociais nas relações sociais na transição das condições de reprodução social do trabalhador canavieiro e ex-morador de terras de engenho ou de usina para as condições de reprodução social do assentado – em um período de médio ou longo prazo. Essas transformações podem ser identificadas desde o período de luta pela terra no acampamento, com o questionamento dos valores simbólicos da sociedade canavieira baseada na monocultura, nas grandes extensões de terra, e controlada por uma oligarquia agrária paternalista ou por empresários usineiros. No momento em que estão acampadas, as famílias mantêm-se relativamente desvinculados do monocultivo da cana ou do trabalho nas usinas, e já começam a se dedicar à atividade agrícola diversificada.

Partimos dessa hipótese, por que acreditamos que estão em gestação novas formas de reprodução social na região, devido os assentamentos de reforma agrária, bem como da emergência de novos sujeitos e instituições, como a Superintendência Regional do INCRA em Pernambuco (SR-03), as interações sociais dentro e fora da área, isto é, da organização interna, as parcerias com agentes externos e as formas de pressão por políticas pública, a organização interna com a formação de associações e a relação com diversos mediadores. Também são várias as estratégias produtivas para os que optam pela manutenção da cana em suas áreas, pelo menos há um processo de mudança na posse da terra, mas que não chegou a se concretizar, de fato, em uma reconversão produtiva. Para outros, ocorre uma modificação da paisagem com a introdução de novas culturas, como é o caso da fruticultura, com destaque para banana e a graviola, da horticultura, e do policultivo agroecológico, não se retornando mais a exclusividade da atividade canavieira, quando, no máximo, é adotada a produção da cana como mais um cultivo.

Estudos recentes de impactos em assentamentos de reforma agrária na Zona da Mata de Alagoas, Paraíba e Pernambuco identificam que as famílias assentadas na Zona da Mata de

⁵Consideramos aqui o campo rural específico da Zona da Mata de Pernambuco. O conceito de campo foi utilizado por Bourdieu (2001) como complemento do conceito de *habitus*. Para ele, campo consiste no espaço em que ocorrem as relações entre indivíduos, grupos e estruturas sociais, espaço esse sempre dinâmico e com uma dinâmica que obedece a leis próprias, animada sempre pelas disputas ocorridas em seu interior, e cujo móvel é invariavelmente o interesse em ser bem-sucedido nas relações estabelecidas entre os seus componentes (seja no nível dos agentes, seja no nível das estruturas) (SANTOS, 2007, p. 50).

Pernambuco adquiriram uma maior autonomia no uso da terra e na gestão do seu trabalho, porém, há pouca modificação nos processos produtivos, com a manutenção da cana ou da produção da lavoura branca, principalmente a macaxeira, a mandioca, a batata-doce e o feijão. Assim, há uma limitada diversificação, com a inclusão da banana e do coco da baía.

Não resta dúvida que os impactos da produção de alimentos promovidos pela expansão dos assentamentos ainda não consegue impor um reversão ampla das formas de uso do solo na região. A cana ainda mantém-se como forma de uso do recurso dominante e sua presença na paisagem só foi substituída pela produção alimentar nas áreas de mais forte concentração de PA's (MOREIRA, *et al.*, 2001).

A Pesquisa sobre os Impactos Regionais da Reforma Agrária foi financiada por convênio entre NEAD/IICCA/REDES e CPDA-UFRJ/NuAP – Museu Nacional-UFRJ, coordenado por Moacir Palmeira e Sergio Leite, e a pesquisa sobre os impactos na região Nordeste, intitulada Mancha Canavieira Nordestina (Paraíba, Pernambuco, Alagoas), foi realizada em 2000 por pesquisadores da UFPB. Os municípios que compreendem a submancha ou PAs escolhidos para o estudo na região da Zona da Mata de Pernambuco foram Águas Pretas, Abreu e Lima, Igarassu, Goiana e Rio Formoso.

Por outro lado, a gestão do trabalho na produção direta do lote concorre com o trabalho assalariado ou não assalariado (ou informal) no corte da cana, no período de setembro a março, e nos chamados biscates ou bico, na própria agricultura ou na construção civil, que são trabalhos instáveis, de baixa remuneração. Pretendemos neste trabalho problematizar até que ponto há uma transformação. Transformação no uso da terra, caracterizando-se um processo de reconversão produtiva com a incorporação de novas formas de organização social da produção, modificando o como, o quê, e para quem se produz.

Esse período de transição destaca-se pela ação de diversos sujeitos sociais, identificados como mediadores – intermediários políticos, econômicos e sociais que, de certa forma tentam influenciar a trajetória social dos assentados. Entre eles está – o Estado, inserido obrigatoriamente, incumbido de propor e gerir políticas públicas para a construção dos projetos de assentamentos, mas também de outros mediadores, que propiciam momentos de tensão ou assimetria de interesses, e de reciprocidade ou simetria, ou, ainda, harmonia de interesses.

Entre os mediadores, há os movimentos sociais com a bandeira da luta pela terra e pela reforma agrária para os trabalhadores rurais que eram assalariados rurais, os sindicatos rurais e

suas federações que organizam tanto os trabalhadores rurais assalariados como o agricultor familiar que vive e produz em um pequeno pedaço de terra, as organizações não governamentais da sociedade civil que propõem para os agricultores camponeses uma agricultura alternativa com novas formas de organização social da produção e de tecnologias que repensa e reinventa a antiga relação de coprodução existente entre o agricultor e a natureza, e até mesmo organizações não governamentais da sociedade civil, que objetivam o lucro e adotam para a agricultura camponesa a mesma forma de organização da produção adotada pela agricultura convencional capitalista, com uso intensivo da mecanização e insumos industrializados. Além deles temos a mediação compulsória dos organismos governamentais responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas muitas vezes reivindicadas pelos outros mediadores e agricultores organizados.

O período de transição é também evidenciado, pela ação autônoma da família ou do coletivo de famílias assentadas nas decisões políticas e nas relações sociais do espaço de reprodução.

A partir da noção de reconversão produtiva, o trabalho pretende em três capítulos analisar as trajetórias sociais recentes da mesorregião da Mata pernambucana, Zona da Mata, no que diz respeito ao surgimento de assentamentos de reforma agrária em áreas dominadas pela monocultura da cana-de-açúcar, em um contexto histórico que vai da crise econômica e social na região estudada, da luta pela terra, até o processo de construção e desenvolvimento dos projetos de assentamento.

A história da atividade canavieira na mesorregião da Mata pernambucana é repleta de resistências cotidianas, coletivas e individuais, entre a oligarquia agrária, escravos, moradores, e trabalhadores da cana. O presente trabalho em seu capítulo primeiro pretende um breve relato da história social e das reconversões produtivas no contexto da crise canavieira a partir do final da década de 1980 até a década de 2000. Buscaremos alguns elementos sobre o que representou, para a atividade canavieira e seus sujeitos sociais, a desapropriação de engenhos para fins de reforma agrária, engenhos antes voltados para a produção da cana-de-açúcar, e o esforço empreendido pelo assentado(a) e sua família, em um contexto de posse e gestão da terra e do trabalho, para a diversificação produtiva dessas áreas em uma região ainda dominada pela produção canavieira e suas relações de trabalho.

No segundo capítulo descreveremos, na perspectiva da noção de reconversão produtiva, o processo de ocupação, resistência, mobilização e organização do Engenho São João. Em seu

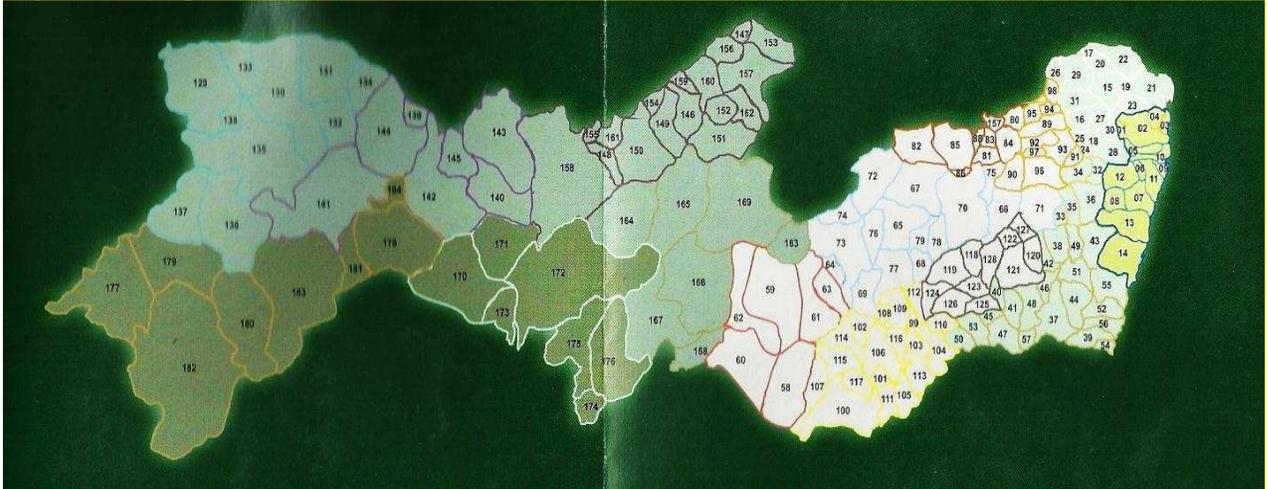
contexto histórico, o engenho faz parte do complexo agrícola e industrial sucroalcooleiro Usina Tiúma, criado no ano de 1881 como engenho central e encerrado nos anos 1980 como destilaria autônoma, pertencente ao Grupo Votorantim, último proprietário da área.

O assentamento Chico Mendes III, área a ser estudada, com 580 hectares, teve seu início com a ocupação do Engenho São João, no município de São Lourenço da Mata, em 28 de março de 2004. Na ocasião, participaram da ação de ocupação aproximadamente 1.600 famílias, número alto devido à proximidade da área com a Região Metropolitana do Recife. A área só foi despejada por ordem judicial uma única vez, em 2005, fato que fez reduzir bastante o número de famílias acampadas, e apesar das ameaças não aconteceu o segundo despejo. A imissão de posse sai em 14 de outubro de 2008, quando o assentamento conta com 310 famílias acampadas. No entanto, como a área só é capaz de assentar 55 famílias, a seleção dessas foi bastante rigorosa: ser agricultor, morar e produzir na área, não ter atividades fora da área. Atualmente, as famílias que não conseguiram a terra, em número 255 famílias, uma parte está no acampamento Maria Paraíba, na vila Matriz da Luz, no mesmo município, e parte desistiu da luta, é o que parece.

O município de São Lourenço da Mata está localizado na Região Metropolitana do Recife (RMR), limitando-se com as cidades de Paudalho, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Recife, Camaragibe, Vitória de Santo Antão e Chã de Alegria (ver figura 1). Localizada a 16 km do Recife, a extensão territorial da cidade compreende uma área de 262,157 km² e uma população de 102.895 habitantes, com uma densidade populacional é de 392,49 hab./km², das quais 94,05% residem na zona urbana, e 5,95% na zona rural (IBGE, Censo Demográfico de 2010).

O Engenho São João, agora assentamento Chico Mendes III, fica a 4 km da vila de Tiúma e a 8 km do centro da cidade de São Lourenço, às margens da BR 408 – rodovia federal de curta extensão que liga os Estados de Pernambuco e Paraíba.

Figura 1 – Mapa de Pernambuco



Fonte: SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

Ord. de localização	Municípios
06	Camaragibe
07	Jaboatão dos Guararapes
08	Moreno
11	Recife
12	São Lourenço da Mata
28	Paudalho
32	Chã de Alegria
36	Vitória de Santo Antão

Após a ocupação do engenho em 2004, a área passou a ser chamada de acampamento Chico Mendes III,⁶ em 2005, o grupo empresarial proprietário conseguiu na justiça a reintegração de posse da área, após varias vezes ter-se negado à notificação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), para a vistoria da área. As famílias que resistiram ao despejo por quase 13 horas, e a negociação da permanência foi bastante violenta, do ponto de vista psicológico, porém sem destruição dos barracos e lavouras. Após pouco tempo, a área foi reocupada. Pressionada a Votorantim permitiu a vistoria. Apesar de uma nova concessão jurídica de reintegração de posse, a mesma não aconteceu e, por fim, as famílias receberam a imissão de posse, o que deu procedimento à desapropriação e ao assentamento. Nesse momento, a área

⁶ Em homenagem ao seringueiro e líder sindical Francisco Alves Mendes Filho (1944-1988), conhecido como Chico Mendes, assassinado no Estado do Acre por denunciar o desmatamento da floresta amazônica e defender os direitos dos povos das florestas.

passou a ser referência na luta pela terra no Estado, por ter conseguido em 5 anos de luta desapropriar uma área pertencente a um dos mais importantes grupos empresariais brasileiros.

O terceiro e último capítulo se propõe a analisar as relações sociais nesse novo espaço social, na perspectiva das estratégias de reprodução social sob a noção de reconversão produtiva, e à luz da luta de classe⁷ representada pelo antagonismo entre duas trajetórias de desenvolvimento econômico e social em nível nacional: um baseado na agricultura como negócio, na produção de uma cultura de alto valor agregado e de grande aceitação no mercado mundial, em grandes extensões de terra, com tecnologias modernas, ora intensivas em capital (mecanização), ora intensivas em força de trabalho (trabalho assalariado), ora mesclando as duas formas, na mesorregião da Mata pernambucana representado pelo complexo canavieiro sucroalcooleiro; a outra baseada na produção de alimentos, na gestão familiar do trabalho e do modo de vida voltado para a reprodução social de famílias camponesas e para abastecimento alimentar de mercados locais e regionais, na mesorregião estudada, representado pelos assentamentos de reforma agrária e pelas várias comunidades rurais relativamente independentes da produção da cana-de-açúcar.

O que o assentamento tem conseguido em relação ao desenvolvimento social e produtivo, representa feixes de transformações que chamamos de processo de reconversão produtiva, mas o que representa esse desenvolvimento para essas famílias de assentados e quais suas percepções e perspectivas quanto à reprodução social de seu espaço social? Tais perguntas fazem parte daquilo a que se propõe este trabalho de pesquisa, que busca entender os feixes de transformações ocorridas e que possíveis direções poderão tomar.

Sobre a metodologia utilizada pelo trabalho, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que buscou compreender, dentro da noção de reconversão produtiva, à luz da luta de classe, as estratégias de reprodução social em um espaço social em construção, com o envolvimento de vários sujeitos sociais e a formação do sujeito social protagonista, o assentado.

Foi escolhido o assentamento Chico Mendes III por ser um espaço social em processo de mudanças, o que se diferencia da realidade de vários assentamentos existentes na região estudada. Primeiramente, o estudo busca na história social da região, a partir de bibliografias, de dados secundários e também dos sujeitos sociais inseridos no estudo, o momento de reestruturação

⁷ “A luta de classes no campo brasileiro, ao longo de sua história, foi também a luta entre duas formas distintas e antagônicas de se relacionar com a terra e de fazer agricultura.” (Görgenofm, 2004, p.22).

fundiária, quando são criados vários assentamentos, não só na região da Zona da Mata mas em todo o Estado de Pernambuco, porém essa mesorregião possui a especificidade de ter um complexo agroindustrial sucroalcooleiro que estrutura as relações sociais de poder e de produção que iam mudando para manter sua reprodução social. Além dos livros que tratam da história da atividade canavieira da região e da reforma agrária, para entender o contexto dos assentamentos na região e do assentamento, foi estudado o II Plano Regional do INCRA/SR-03 (2004) e o filme “*A Fome de Cana e a Luta pelo Amanhã*”, que relata a história da luta pela terra na região canavieira em três momentos: o assentamento Antônio Conselheiro em Gameleira-PE, o assentamento Tiradentes em Maré-PB e o acampamento Chico Mendes, em São Lourenço da Mata-PE, aqui objeto direto do estudo.

O segundo momento ocorreu na pesquisa de campo no assentamento, utilizando-se principalmente de gravações e diário de campo, com entrevistas abertas e focalizadas que buscaram entender a partir dos assentados em primeiro lugar, sua relação de vida com o espaço social anterior à situação de conquista da terra; em segundo lugar, o dia a dia na luta pela terra e na organicidade do espaço conquistado; e, por último, as perspectivas futuras diante da realidade. A partir desses três fatos e fases da vida, as perguntas iam sendo feitas e respondidas sempre deixando que o assentado se expressasse em sua resposta sem ser interrompido. A partir da entrevista gravada buscou-se retirar o conteúdo que ajudaria a compreender o que realmente tem sido modificado na vida do assentado de modo a representar uma reconversão social. As perguntas feitas ao Professor Jorge Matos e ao agrônomo e técnico do projeto Gustavo Silva eram sempre no sentido de reflexão sobre as mudanças ocorridas nos assentados. Houve também a entrevista aberta com Nóbrega, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata, a qual foi direcionada para a história da usina Tiúma.

Na pesquisa de campo, foi igualmente adotada a observação participante⁸, a partir da participação de reuniões do Projeto de Transição Agroecológica, implantado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, com visitas no acampamento que sempre resultava em caminhadas pela área, às vezes com os assentados e em outras com técnicos do projeto e assentados, com visitas à feira agroecológica no centro da cidade de São Lourenço da Mata. As participações em reuniões e visitas foram acompanhadas de anotações em diário e em algumas gravações. Da

⁸ A observação participante é aqui entendida como “um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica” (MINAYO, 2010, p. 70).

mesma forma era retirado do contexto da observação e das conversas o material necessário para entender a realidade vivida.

CAPÍTULO 1

1. Crise no complexo canavieiro sucroalcooleiro: o caso da Zona da Mata pernambucana

O assentado, principal ator social deste trabalho, faz parte da história social dos trabalhadores da Zona da Mata pernambucana, que é a história da monocultura da cana e da indústria do açúcar e do álcool na região. Sua geração antepassada de escravo, de morador (de condição, foreiro, rendeiro, meeiro) e de trabalhador assalariado, até assentado da reforma agrária, faz parte do desenvolvimento do capitalismo na região e da resistência desse ator social às formas de subordinação da sua força de trabalho na atividade canvieira. Então, para entender as opções seguidas e as mudanças nas relações sociais de produção que se processam nos projetos de assentamento, é necessário compreender o desenvolvimento da atividade sucroalcooleira.

Este capítulo pretende dar conta da questão histórica social na Zona da Mata de Pernambuco, e da construção de um complexo canavieiro sucroalcooleiro moderno, levando primeiramente em consideração as bases que se sustentaram essa economia, utilizando o conceito de reconversão produtiva. As perguntas a serem respondidas são: em que bases econômicas e sociais estruturantes cresceu esse complexo? Como ocorreu a crise econômica e social de 1990 na mesorregião da Mata? Como a usina Tiúma se insere neste contexto?

Na década de 1990, a atividade canvieira na Zona da Mata pernambucana viveu uma crise econômica e social aguda, já bastante estudada devido ao contexto de mudanças estruturais e sociais nessa mesorregião.

O mercado do açúcar, e depois do álcool (etanol), sempre teve uma dimensão econômica regulatória mundial e sofreu com os movimentos sucessivos de elevação e de queda nos preços de ambos os produtos, principalmente o açúcar, tanto por questões de conjuntura internacional, como pela relação com a produção internacional do açúcar. Segundo Gnaccarini (1997), no Brasil açucareiro o capital industrial sempre esteve subordinado ao capital comercial, chamado de “aparelho oligopsônico da comercialização”.

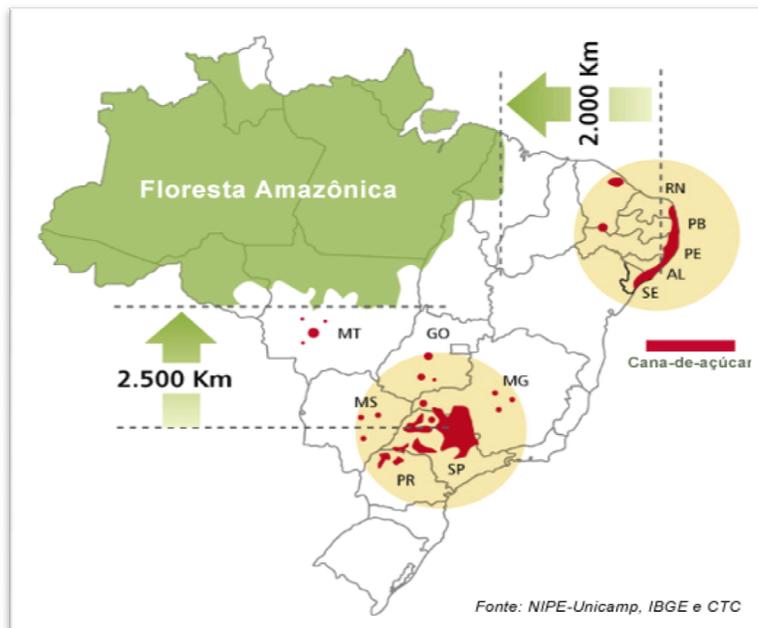
Internamente a produção de açúcar e de álcool no Nordeste vai perdendo força em relação a São Paulo e, já no início dos anos 1950, o Estado do Sudeste tinha ultrapassado Pernambuco na produção de ambos. Após os anos 1970, enquanto São Paulo utilizava recursos públicos e privados para modernizar seu parque industrial e áreas agrícolas, o complexo agroindustrial

pernambucano utilizava os mesmos recursos para realizar fusões, realocações e incorporações de usinas.

O capital da economia açucareira começa a concentrar-se no Centro-Sul do país, como mostra o mapa abaixo, e boa parte do capital acumulado, como revela Andrade (2005), é utilizado para ampliar o processo de centralização de capital das usinas mais fortes, dando-lhes maior poder e influência sobre as áreas. Também houve a migração desse capital para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, mas em alguns casos o capital açucareiro do Nordeste migra para outras atividades econômicas dentro da própria região.

Há, na região, um processo dialético em que usinas que dispõem de maior quantidade de terras e utilizam maquinaria mais moderna e tecnologias de ponta, crescem e necessitam aumentar a produção, ampliam a sua área de influência e de domínio, incorporando novas terras e provocando a supressão de usinas médias e de menor capacidade de competitividade. Ocorre também que alguns grupos econômicos mais fortes, compreendendo que as terras do Sudeste e do Centro-Oeste têm maior aptidão para a cultura da cana, estão implementando usinas em Minas Gerais, como os Lira e os Wanderley, em Goiás, os Monteiro, em São Paulo, os Petribu ou os Maranhão, fazendo seus “impérios” em terras distantes de sua área de origem, mas onde o retorno de capital empregado é mais rápido (ANDRADE, 2005, p. 266).

Figura 2 – Distribuição geográfica da produção canavieira no Brasil.



No período da crise açucareira em Pernambuco, o Estado já era o quarto em produção no Brasil, atrás de São Paulo, Paraná e do vizinho Alagoas, o que não representa o fim da atividade no Estado de Pernambuco, mas o deslocamento espacial da atividade canavieira.

Na tabela 1 podemos ver que enquanto Pernambuco sofria com uma crise no setor durante o período estudado com uma quantidade de 12 mil toneladas de cana-de-açúcar processadas nas usinas nas safras 93/94, com certa recuperação na safra 96/97, para novamente decair em 98/99 e 05/06, acompanhada do vizinho Alagoas, os Estados do Sudeste estavam em plena expansão da produção no mesmo período, o que nos leva a falar não de uma crise nacional da indústria sucroalcooleira, mas de uma crise regional e, com certa força no Estado de Pernambuco. Se observarmos os dados do Estado e os compararmos com os dados de ocupações de terra na região, vamos ver que é na safra 98/99 que há a maior incidência: em 1998 são 63 ocupações, e em 1999 são 62 ocupações (ALBUQUERQUE, 2008, p. 107).

Tabela 1 – Cana-de-açúcar processada pelas usinas brasileiras (Safras 1990/91 a 2005/2006), em toneladas.

ESTADOS/SAFRA	90/91	93/94	96/97	98/99	05/06
PERNAMBUCO	18.679.258	12.052.342	20.157.163	15.588.250	13.858.319
ALAGOAS	22.617.202	15.826.998	23.542.254	17.345.105	22.532.291
SÃO PAULO	131.814.535	143.832.064	170.422.412	199.521.253	243.767.347
PARANÁ	10.751.114	12.476.582	22.258.512	24.177.859	24.808.908

Fonte: UNICA/MAPA

No período estudado, destacamos uma crise econômico-financeira no complexo agroindustrial açucareiro e uma crise social na Zona da Mata de Pernambuco, por ser a região dependente da atividade açucareira. Segundo Vale (1995), o problema básico da agroindústria açucareira pernambucana reside no setor agrícola.

É patente a inadequação entre suprimento da matéria-prima e capacidade instalada do parque fabril, constituído de 36 usinas, com 23 destilarias anexadas e 06 autônomas.”
 “Essa situação vem determinando uma ociosidade elevada nas usinas de açúcar e nas destilarias autônomas durante o período de safra, com os naturais reflexos na oferta de empregos, na geração de renda e, mesmo, nas atividades comerciais dos municípios onde a atividade canavieira está implantada (VALE, 1995, p. 13).

No entanto, em relação à crise no setor sucroalcooleiro na década de 1990, Vale (1995) ressalta as razões principais: 1) a formação socioeconômica na atividade, em que, “*a posição sócio-econômica obtida ao longo do tempo determinou a manutenção de uma oligarquia patriarcal do açúcar*”, porém:

“nas duas últimas décadas (80/90), vem ocorrendo uma transformação salutar no setor sucroalcooleiro pernambucano, com a substituição gradativa do velho senhor de engenho por um sistema gerencial profissional instalado por intermédio de empresas capazes de assumir os riscos da modernização necessária ao soerguimento da atividade” (VALE, 1995, p. 24).

2) os problemas trabalhistas, por um lado, por ser a cana-de-açúcar em Pernambuco expandida para terras elevadas e de encostas, “*exige a contratação de grandes contingentes de mão de obra não qualificada, principalmente para a colheita. Como resultado, cresce o número de trabalhadores sazonais, cujo desemprego na entressafra é previsível e o emprego na safra é incerto*”, por outro lado, “*A FETAPE estimula a diminuição da produção por trabalhador/dia, na tentativa de maximizar o número total de trabalhadores empregados, causando baixos rendimentos incompatíveis com os preços das tarefas conquistadas nos dissídios coletivos*” (VALE, 1995, p. 25). Com isso, temos usinas em precárias situações de funcionamento, que acumulam débitos trabalhistas e caminham para paralização das atividades⁹. 3) a expansão do cultivo da cana-de-açúcar em área de topografias impróprias à mecanização e ao corte. 4) índices baixa produtividades agrícola, 3,8 toneladas de açúcar por hectare, enquanto São Paulo, Paraná e Alagoas têm 10,3 t. açúcar/ha, 7,9 t. açúcar/ha, e 4,7 t. açúcar/ha, respectivamente. 5) o comportamento abusivo de usinas e destilarias com os fornecedores de cana, obrigando-os a paralisarem ou até mudarem de atividade. 6) o preço defasado da cana em relação ao custo de produção. 7) e problemas no financiamento agrícola para os fornecedores de cana. Segundo Vale (1995), o cenário mais provável para a recuperação da atividade açucareira é a retirada de 150 mil hectares impróprios ao plantio da cana e mais investimento em tecnologia.

⁹ De acordo com Vale (1995, p.25) “Um das reivindicações intocáveis por parte da FETAPE nas negociações salariais, - diz respeito ao cumprimento de tarefas diárias, ao invés de horários, nos trabalhos de colheita da cana,” ou seja, segundo Vale, o trabalhador deve colher, de acordo com o contrato, 2,4 ton. de cana/dia, e a média em Pernambuco é de 2,2 ton. de cana/dia em jornadas diárias inferiores a quatro horas, se comparadas às dos Estados do Centro-Sul e ainda Alagoas, o estado vizinho, onde a média de colheita de cana dia é de 12 ton. e 6 ton. respectivamente. Para o autor, essa conjunto de variáveis geram dificuldades para o funcionamento das usinas e problemas trabalhistas.

O autor apresenta dados que dizem respeito às dificuldades enfrentadas pela atividade sucroalcooleira em Pernambuco, e à necessidade de encontrar soluções para enfrentar concorrência nos mercados nacional e internacional de açúcar e álcool. O investimento nas áreas agrícola e industrial, a concentração e centralização econômica da atividade por alguns grupos empresariais, bem como o deslocamento de fornecedores de cana e trabalhadores rurais para outros setores das economias local e regional têm sido algumas das soluções adotadas, inclusive a reforma agrária, com a desapropriação de áreas improdutivas e impróprias ao plantio da cana-de-açúcar.

O período dos anos 1990 representa então um momento de mudança na atividade canavieira, com modificações na estrutura fundiária provenientes da luta pela terra. O que aconteceu de tão importante no contexto estrutural e social da atividade canavieira da mesorregião da Mata pernambucana, nas décadas recentes – 1980/90 e 2000 –, que podem ser tomados como significativas transformações fundiárias, nas relações sociais de produção, e no modo de vida na região?

Na atividade canavieira no Brasil, apesar das crises periódicas no preço internacional do açúcar, a oferta do produto crescia e os problemas enfrentado na exportação durante esses períodos eram transferidos para o mercado interno, com a vantagem comparativa da região Centro-Sul em relação ao Nordeste. No Nordeste e especificamente em Pernambuco, o histórico de crise econômica reflete como agravante a penúria social. Antes de serem analisados os efeitos econômicos e sociais da crise da década de 1990 na Zona da Mata de Pernambuco, vale lembrar que a tendência foi sempre o crescimento das unidades industriais, no Centro-Sul e da oferta do produto, o que revela as contradições da atividade canavieira e sua (in) capacidade continuada de expansão na região estudada. O primeiro determinante é sua vulnerabilidade à concorrência externa, e somando-se a isso o fato de ser a comercialização controlada pelos países avançados. Gnaccarini (1997), ao estudar os processos de trabalho e de acumulação na economia do açúcar, revela que os Estados Unidos e a Inglaterra, além de grandes consumidores do produto eram grandes manipuladores do seu comércio no mundo. O segundo determinante decorre do primeiro e diz respeito à regulação dos preços internacionais. Aliado a esses determinantes externos, ao longo do século XX continua a crescente competição no mercado interno com a expansão da produção do açúcar em São Paulo, onde se revela mais produtivo, e localizando-se bem próximo aos centros de consumo e de comercialização.

Por outro lado, a atividade canavieira pernambucana, incapaz de manter-se competitiva por seus próprios meios buscou no Estado a ajuda necessária para seu funcionamento. Com isso, o Estado obteve o papel de grande subsidiário da atividade, e foi ele que, de certa forma, segundo Levine (1997, p.150), “*prolongou artificialmente a vida da estagnada cultura do açúcar na região.*” O IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), criado em 1933 pelo Governo Federal, tinha o papel de regular a atividade. E o PROALCOOL (Programa Nacional do Álcool), lançado em 1975, deu novo fôlego à atividade. Sendo assim, dadas as dificuldades da atividade canavieira ligadas a fatos externos e internos que fugiam ao controle da oligarquia agrária, e a ajuda do Estado para manter a atividade na região, a forma de garantir o processo de acumulação necessariamente vem das formas de exploração do trabalho e de expansão da área produzida em períodos de prosperidade do açúcar no mercado externo.

A crise da década de 1990 tem outras características que se unem aos fatos antigos. A aplicação dos fundamentos neoliberais nas políticas governamentais, o que se traduz pela restrição ao crédito, força as usinas a serem competitivas para se manterem no mercado. Nesse período, temos a extinção de autarquias públicas, como o IAA, e o fim do PROALCOOL. Com isso, Albuquerque (2008) frisa que a falta de intervenção estatal na década de 1990, como em todas as outras crises do setor sucroalcooleiro ao longo do século, é abordada pelos grupos de empresários do setor como a maior culpada da crise. Porém, a crise financeira das usinas provocou um enorme problema social com o desemprego de trabalhadores rurais, “*podendo chegar a 100 mil trabalhadores dispensados*” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 100).

A Zona da Mata pernambucana sempre contou com uma realidade social de pobreza, pois sempre esteve voltada para a atividade canavieira sucroalcooleira desde o período colonial até os dias atuais. As cidades da mesorregião têm relações íntimas em suas origens com a atividade, abarcando também as atividades de comércio e as feiras populares promovidas pela produção camponesa bastante dispersa. No período da crise, a maioria dos trabalhadores rurais da cana, conhecidos como “*trabalhadores do eito*”, viviam nas cidades e vilas. Eram os trabalhadores “*de fora*”, mas existiam igualmente os moradores das propriedades (engenhos ou usinas) e os migrantes do Agreste e do Sertão pernambucano, os “*corumbas*” ou “*caatingueiros*” (ANDRADE, 2005). O desemprego em massa de tais trabalhadores representou cidades e vilas repletas de trabalhadores sem ocupação e sem renda, enquanto o poder público local e estadual se mostrava incapaz de reverter essa situação no curto prazo.

Nesse momento, entra em ação um antigo sujeito social rural de grande ênfase na região, o movimento sindical, representado pelos sindicatos rurais (STR) e pela a Federação dos Trabalhadores Rurais (FETAPE). Surgido nas décadas de 1950/60, no período da ditadura lutou contra a presença de trabalhadores clandestinos no trabalho canavieiro, em 1979 organizou greves gerais, e nesse momento tem a responsabilidade de representar a massa de desempregados. Segundo Sigaud (1979), o sindicato e os trabalhadores entendiam que a expulsão de moradores e a contratação de trabalhadores pela intermediação do empreiteiro, era uma forma de negar seus direitos, ou seja, como forma de legitimar o trabalho clandestino.

O Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, e o Estatuto da Terra, de 1964, preconizavam os direitos garantidos aos trabalhadores, o que a oligarquia agrária relutava em aceitar. Os sindicatos rurais, contidos pela ditadura militar continuaram a organizar-se para, em 1979, lançar a primeiras greves gerais dos trabalhadores rurais da atividade canavieira, reivindicando melhores condições de trabalho, salário e terra para cultivo de subsistência, o que não chegava a ser uma reforma agrária, mas a concessão de um pedaço de terra onde pudessem produzir alimentos. Nos anos 1980, o sindicato se fortalece e nos anos 1990 tem o desafio de organizar os trabalhadores rurais para garantirem seus direitos e enfrentarem a crise do setor agroindustrial sucroalcooleiro em Pernambuco, momento em que surge com maior potencialidade a reforma agrária como forma de reverter a situação social dos trabalhadores desempregados com o advento da crise.

Aparece, também, um novo sujeito social, os movimentos sociais do campo, inicialmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), surgido no Nordeste no final dos anos 1980, e que tem uma participação determinante na mobilização de trabalhadores rurais e de moradores de engenho da mesorregião da cana. Segundo Rosa (2004), a entrada do movimento no Estado não foi fácil, e na sua primeira ocupação, no município do Cabo de Santo Agostinho, não foi bem recepcionado pelo Governo Estadual, na época representado por Miguel Arraes, justamente porque havia um reconhecimento da história da organização sindical no Estado.

Essa construção histórica da simpatia entre Arraes e o sindicalismo, forjada ao longo de trinta anos, teve um efeito padronizador, tanto da ação coletiva, como das relações com o estado. Ao se transformarem na principal, se não na única forma de representação dos trabalhadores junto ao Estado e, principalmente aos patrões, os sindicatos (e os sindicalistas) produziram códigos de comportamento que não apenas os identificavam entre si, mas com o mundo que os rodeava (ROSA, 2004, p. 17).

Como uma ação isolada do MST, não teve a recepção desejada pelo Estado, segundo Rosa (2004, p. 18), mas pela demonstração “*a falta de categorias locais de percepção do problema que surgira*”. Com isso, o período da primeira ocupação e o retorno do MST à Zona da Mata, o movimento passa pelo Sertão, começando a ganhar reconhecimento e aproveitando a crise que se instalava na atividade canavieira, inclusive com ajuda dos sindicatos rurais.

Ao longo da história social da atividade canavieira, houve uma diversidade de sujeitos sociais diretamente ligados à produção canavieira e à produção de alimentos para abastecer os engenhos, vilas e cidades. Dentre elas podemos identificar os fornecedor-proprietários, os fornecedores-rendeiros, os pequenos moradores, foreiros – que produziam cana em suas terras, ou em terras arrendadas ou cedidas pelos usineiros ou fornecedores de cana. Quanto à força de trabalho, eram os trabalhadores assalariados, os moradores e os migrantes das regiões do Agreste e do Sertão. Todos esses sujeitos sociais foram atingidos pela crise da década de 1990. Os trabalhadores da cana e moradores foram mobilizados pelos movimentos sociais em torno da reivindicação da desapropriação de terra pertencente a antigos engenhos desativados ou a usinas em processo de falência para a criação de assentamentos rurais. Assim, a proposta dos movimentos sociais questionava a histórica estrutura fundiária da atividade canavieira e, conseqüentemente, as relações sociais de produção na região.

1.1. Base econômica e relações sociais no complexo canavieiro sucroalcooleiro

No processo histórico de expansão-retração ou prosperidade-crise da atividade canavieira devido à sua relação íntima com o mercado mundial, é importante, também, observar as condições de expansão, retração, subordinação e resistência do campesinato. Em períodos de crise da atividade canavieira, expandia-se a atividade camponesa de produção de gêneros alimentícios, e nos períodos de prosperidade essa atividade recuava. Segundo Garcia Jr (1989), existiu historicamente uma coexistência de relações sociais da *plantation* e das relações sociais camponesa. Mas como se deu este processo de resistência-subordinação ao longo da história da atividade canavieira e camponesa na Zona da Mata de Pernambuco? Como se apresenta esse processo nos projetos de assentamentos na região, considerando-se que a cultura canavieira está

bem presente, e que essa presença é determinante no contexto geral de opções da organização social da produção?

A resposta à pergunta acima revela ao longo do processo histórico da zona canavieira pernambucana as relações sociais de poder e de produção em que se desenvolveu a atividade canavieira do engenho banguê à usina de açúcar e álcool, do morador ao trabalhador rural – “trabalhador do eito”, da concentração fundiária à luta pela terra e ao processo de reforma agrária. O período colonial escravocrata nos revela que a força de trabalho era formada, além dos escravos, por um ativo cada vez mais oneroso à medida que crescia a ideia da abolição da escravatura, os moradores e os pequenos lavradores.

A primeira formação social na sociedade canavieira pernambucana foi a colonial-escravista, com a relação social senhor de engenho/escravo.¹⁰ Com o fim da escravidão e o advento da república, temos a formação social do senhor de engenho/*morador de condição* ou agregado¹¹ e senhor de engenho/*parceiro*. No início do século XX, com o aparecimento das usinas, temos a relação social de produção dominante com o usineiro (antigo senhor de engenho)¹²/trabalhador livre assalariado, porém por muito tempo existiu o engenho banguê, e muitos senhores de engenho tornaram-se ao longo do tempo fornecedores de cana. Nesse tempo existiam os pequenos e os médios fornecedores de cana e os moradores. O trabalhador da cana, em sua maioria, se desvincula da terra e do engenho e vai morar na rua (periferia das cidades locais e nas vilas rurais). Atualmente, a forma social dominante é o usineiro (grupo econômico capitalista e proprietário de terra)/trabalhador livre assalariado e sindicalizado, grandes, médios e pequenos fornecedores de cana, e ainda as famílias dos assentamentos da reforma agrária e os

¹⁰ Manoel Correia de Andrade (1989, p. 12) diz a respeito da formação social no período inicial da colonização portuguesa no Brasil: “Surgiria assim, uma sociedade patriarcal na qual o senhor de engenho, no meio rural, em sua propriedade, tinha um poder de vida e morte sobre os escravos, empregados e moradores. Colocando no ápice da pirâmide social, cercava-se de empregados portugueses, a princípio, e brasileiros depois, que exerciam funções específicas – capatazes, mestres de açúcar, destiladores de aguardente, caixeiros, funileiros, tanoeiros, capelões, etc. – que eram remunerados e de moradores, plantadores de cana que não dispunham de engenhos e moíam as suas canas no engenho do proprietário, de foreiros – pequenos arrendatários, localizados na periferia da propriedade – e de trabalhadores livres, cujo número foi crescendo à proporção que o tráfico africano decaiu e foi proibido, a partir de 1854.”

¹¹ Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1979, p. 37) afirma a transição do trabalho escravo para o livre: “No setor agrícola, a transição para o trabalho livre se efetuou através da incorporação progressiva ao processo produtivo da força de trabalho dos moradores e da multiplicação dos contratos de aluguel da terra a agricultores não proprietários, em regime de parceria.”

¹² Tradicionalmente, um senhor de engenho, representante da oligarquia agrária canavieira, bem sucedido política e economicamente.

pequenos produtores que, em sua labuta cotidiana, resistem entre a produção da cana-de-açúcar e a produção de gêneros alimentícios para subsistência e para engenhos, vilas e cidades locais.

A condição de morador e de lavrador na região canavieira nordestina assumiu várias modalidades e, dependendo do período histórico e da relação desse trabalhador familiar com o senhor de engenho, revelam-se as formas de dominação e as relativas autonomias conseguidas pela diferenciação da condição. Neves e Silva (2008), na introdução da coletânea “*Historia Social do Campesinato Brasileiro*”, referindo-se aos adjetivos associados à diferenciada condição de morada colocam:

Morador foreiro, morador de condição, morador em sítio, morador do arruado. Excetuando o *morador foreiro* ou com sítio disperso (aquele que alcançava o usufruto de um sítio com contrato para plantar cana) e o *morador de condição* (que deveria transferir trabalho gratuito, portanto, trabalhava assim alguns dias para si e outros gratuitamente para o *senhor de engenho*), todas e demais era dada apenas a garantia do controle do sustento do trabalhador e de sua família, mediante constituição de lavouras de subsistência, contudo posição alcançada que poderia criar alternativas para vir usufruir da condição de *morador foreiro* (NEVES E SILVA, 2008, p. 23).

Semelhantes diferenciações de condição mostram os “privilégios” ou a relativa autonomia, que é adquirida pelo campesinato dedicado à atividade açucareira nas relações sociais de produção, isto é, entre trabalhadores e senhores de engenho, relações sociais que vão revelar-se mais ou menos amistosas, definindo as formas de resistência cotidiana,¹³ ou seja, “*as estratégias implementadas pelos camponeses para trabalhar, mesmo em condições adversas, e garantir a reprodução da família*” (NEVES E SILVA, 2008, p. 14).

Em relação à atividade canavieira em Pernambuco, os moradores de engenho, conforme suas diferentes condições, e lavradores – pequenos produtores que plantavam cana em lugares distantes do engenho, às vezes até fora do domínio do engenho e, portanto, relativamente livres quanto a obrigações com os senhores de engenho, serão aqui estudados a partir dos trabalhos de Eisenberg (1977), Wanderley (1979) e Andrade (2005).

A partir da obra de Eisenberg (1977), que estuda a atividade canavieira em Pernambuco no período de 1840 a 1910, pode-se dizer que nesse período os camponeses e os trabalhadores da mesorregião da Zona da Mata são representados pelos agregados, conhecidos igualmente como

¹³ Em relação a resistências cotidianas, ver Menezes, M. e Malagodi, E. (2009): “Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência” no tópico 03, p. 18, A resistência como constituinte do campesinato.

moradores de condição, trabalhadores rurais sazonais e lavradores menores, os *moradores de obrigação*, ou ainda os *parceiros*, que viveram dependentes dos senhores de engenho na garantia da produção da cana-de-açúcar, mas que também eram responsáveis pela produção de gêneros alimentícios para consumo próprio, das cidades e do próprio engenho.

O autor mostra em sua obra que “(...) 95% da população livre do sul da zona da mata (...)” era formada por *agregados* ou *camumbembes*, isto é, *moradores de condição* que vivem em um pequeno pedaço de terra concedido pelo senhor de engenho em um acordo verbal, em que tanto servia de força de trabalho para a cana-de-açúcar como produzia produtos alimentícios para o consumo de sua família e consumo da família do senhor de engenho, forma de trabalho ‘livre’, porém não livre de conflito, pois o morador se sentia muitas vezes injustiçado e desgostoso, contudo não podia viver de engenho para engenho, tanto pela imagem que tomaria, como também pela forma de tratamento neles, sempre a mesma. Por outro lado, o senhor de engenho sentia-se injustiçado sempre que um morador reclamava e tinha na ameaça de despejo a força da coação.

Os assalariados e diaristas eram a segunda forma de trabalho após a escravatura. Já antes existiam do fim desta última, a partir do momento que o escravo se torna custoso pela sua característica de ‘capital fixo’. Nesse caso, o número de ex-escravos disponíveis era em número suficientemente alto para manter o salário em níveis baixíssimos, e sua capacidade de mobilização para reverter tal situação era nula.

(...) “Nos primeiros anos após a abolição, quando abruptamente 40mil ex-escravos tornaram-se assalariados potenciais, os salários reais caíram a níveis inferiores aos de 1850”. (...) “Os assalariados rurais sofreram uma queda de padrão de vida, em parte, por não se defenderem mediante a organização de sindicatos” (...) (EISENBERG, 1977, p. 205).

A terceira forma de trabalhador ‘livre’ na região açucareira da Zona da Mata pernambucana é a de lavrador (*rendeiro*, *parceiro*), também conhecido como *morador de obrigação*. Esse lavrador tinha uma condição bem melhor que a do morador e do assalariado rural, porém, também dependia bastante do senhor de engenho no que se refere a preço pago e custos. No entanto, muitos deles tinham uma boa relação com o senhor de engenho, e em algumas ocasiões conseguiam obter um patrimônio considerável, como a venda de um pedaço de terra do engenho. Muitos senhores de engenho exaltavam esse tipo de trabalho ‘livre’ em relação

aos outros dois, pois permitia uma menor preocupação com o processo de produção da cana-de-açúcar. Mas, o lavrador não se achava tão entusiasmado com a relação, que também era verbal. “(...) O lavrador não tinha liberdade para procurar outro comprador de sua produção (...)” (EISENBERG, 1977, p. 211) e se resistisse a entregar a cana ao preço e à forma de pagamento impostos pelo senhor de engenho, era expulso da terra e substituído por outro. Nesse meio existiam os *rendeiros*, que eram lavradores maiores, que tinham conseguido juntar um certo patrimônio a partir da terra e tinham uma boa influência na vinculação com o senhor de engenho, assim como os *parceiros* que eram lavradores menores.

(...) o lavrador (*rendeiro, parceiro*) recebia um lote de terra para cultivar cana: às vezes o latifundiário fornecia as mudas a plantar na primeira safra e permitia que o parceiro cultivasse produtos alimentícios para seus familiares e escravos. O lavrador tinha de plantar, cultivar, cortar e transportar a cana para o engenho na época designada pelo proprietário (EISENBERG, 1977, p. 205).

Na obra de Wanderley (1979) que trata do capital e da propriedade fundiária na economia açucareira pernambucana, o objetivo foi estudar a influência do capital e da propriedade fundiária nas relações sociais de produção da atividade açucareira na mesorregião da Zona da Mata de Pernambuco. Ao analisar os lavradores no contexto a economia açucareira, pequenos agricultores não proprietários, que arrendavam terras de senhores de engenho e ficavam obrigados a entregar a produção de cana ao engenho vinculado, a forma de renda poderia ser em produto ou em dinheiro. Alguns desses lavradores possuíam escravos e outros chegavam a possuir pedaços de terra, a depender da sua relação com o senhor de engenho. Na maioria dos casos, tratava-se de um migrante, sujeito a buscar de engenho a engenho a terra onde produzir.

(...) eles (os lavradores) se encontravam numa posição de dependência em relação àqueles que detinham a propriedade da fábrica. Livres para enviar a sua produção de cana para onde lhes aprouvesse, deveriam, no entanto pagar ao proprietário do engenho uma parte (a metade) da produção do açúcar obtido com sua matéria-prima. (...) para o senhor de engenho este tipo de relação garantia a apropriação de uma parte da produção, sem ônus quanto à matéria-prima, o que em outras palavras significava, sem ônus quanto à força de trabalho. (WANDERLEY, 1979, p. 24 e 25).

(...) a renda da terra, se a produção da cana não se verifica, assume as características de uma renda-trabalho, que é fornecida pelo lavrador pessoalmente e pelos escravos que lhe pertencem (WANDERLEY, 1979, p. 27).

Até que ponto interessava a presença do lavrador *obrigado* ou do *parceiro* ao senhor de engenho? Wanderley (1979, p. 28) responde: “(...) *interessava duplamente, enquanto ela podia se*

apropriar de uma renda fundiária e enquanto esta, sob forma de produto, integrasse o circuito da produção dos engenhos, como matéria-prima ‘gratuita’”.

Andrade (2005), na sétima edição, revisada e aumentada da obra “*A terra e o homem no Nordeste*” faz um relato histórico, geográfico e social da região e, como os dois outros autores aqui utilizados descreve sobre a atividade canavieira na Zona da Mata pernambucana e nordestina, passando pelas relações sociais de produção, suas formas de trabalho e de poder. Esse autor (2005) descreve em sua obra a sociedade rural aristocrática, dividida em classes, que domina a região canavieira nordestina:

No ápice aparecia à figura do senhor-de-engenho com um prestígio e poder que eram tanto maiores quanto maior fosse a extensão de terras, a produção dos seus canaviais ou o número de escravos que possuísse (p. 90). Em segundo lugar, na escala social dessa aristocracia canavieira estavam os lavradores que, por não poderiam instalar engenhos, embora dispusessem de terras, ou por não ter-las, moíam ou cultivavam no engenho do senhor. Conforme as posses, a terra de que dispunham para cultivar, o número de escravos que possuíam e as safras que produziam, era maior ou menor a importância econômica e social dos lavradores (p. 92). Os moradores, em geral mestiços, que viviam nos engenhos, constituíam elevada percentagem da população rural livre. Geralmente conseguiam dos senhores-de-engenho autorização para desbravar um pedaço de mato e estabelecer uma choupana e um roçado. (...) as mulheres costumavam fazer renda, enquanto os homens plantavam alguma mandioca para prover a alimentação. (...) Nos anos chuvosos em que a produção era maior, costumavam comercializar o excedente do consumo e com isto adquirir roupas e alguns utensílios. O foro que pagavam era, em geral, muito baixo, não necessitando por isso de realizar grandes explorações (ANDRADE, 2005, p. 94 e 95).

No engenho, além do senhor de engenho, dos lavradores, dos moradores e de suas respectivas famílias, dos escravos, existiam vários outros trabalhadores que trabalhavam tanto na lavoura, na fabricação do açúcar, como na manutenção da sociedade: a) o capelão – “*Ao capelão cabia a assistência espiritual e o ensinamento da doutrina cristã tanto à família do senhor-de-engenho, como à dos agregados e aos escravos* (ANDRADE, 1979, p. 95); b) o feitor-mor – na ausência do senhor de engenho era a autoridade, geralmente o responsável por todas as atividades do engenho, da plantação da cana de açúcar à fabricação do açúcar; c) o feitor de moenda – “(...) *encarregava-se de pôr a trabalhar as negras que levavam as canas à moenda, (...)*” (ANDRADE, 1979, p. 97); d) os feitores de partidos – trabalhavam “(...) *pondo os escravos a trabalhar no plantio, limpa e corte das canas, fiscalizando ainda as roças*” (ANDRADE, 2005, p. 97); e) o mestre do açúcar – responsável pelo cozinhamento do caldo da cana e pela fabricação

do açúcar; f) o purgador de açúcar – “(...) *cabia administrar a casa de purgar e dirigir o processo de purgamento, isto é, de embranquecimento do açúcar, (...)*” (ANDRADE, 2005, p. 97); g) o caixeiro – “(...) *cabia encaixar o açúcar após a purga, separando-o, conforme a qualidade, em branco, macho, batido e mascavo*” (ANDRADE, 2005, p. 98). Quanto ao número de escravos, a depender do tamanho do engenho, podia chegar a 150 ou 200 negros. “(...) *Eles eram encontrados por todos os lados, tanto nas fábricas, nos partidos de cana, nas roças, nas olarias, nas serrarias, como nas barcas*” (ANDRADE, 2005, p. 98).

Andrade (2005) descreve um verdadeiro panorama da realidade dos engenhos de açúcar e, de acordo com o período, se assemelha as análises de Eisenberg (1977) e Wanderley (1979). Uma sociedade de classes, com suas bases econômicas centradas na atividade agrícola da cana-de-açúcar em grandes extensões de terra, cana que era a matéria-prima da produção industrial do açúcar para o mercado externo, e com suas bases sociais em uma oligarquia rural que dominava, política, social e economicamente, e trabalhadores da indústria (engenho banguê) e da agricultura (trabalhadores rurais e camponeses) entre os quais se exerciam as relações sociais de produção.

Moradores e lavradores resistem na terra, mas submetem seu trabalho ao poder do senhor de engenho, em meio a conjunturas de crise e prosperidade da atividade canavieira do período colonial até o século XIX, quando as usinas se desenvolvem e passam a concentrar a produção e a terra. Essa transformação da atividade açucareira se fez sentir na estrutura social da sociedade pernambucana, como afirma Andrade (1989):

Mas, se as usinas trouxeram modificações sensíveis à produção, contribuíram para aumentar a concentração de renda, ao mesmo tempo que estimulavam a concentração fundiária. Iriam acentuar as diferenças sociais no campo e estimular a monocultura; a cana, sempre esfomeada por terras, iria fazer diminuir as áreas em que os moradores cultivavam as lavouras de subsistência, contribuindo para proletarizar o trabalhador rural, de vez que exigia um mínimo de cinco dias de trabalho por semana, inviabilizando as atividades paralelas desenvolvidas pelos moradores (ANDRADE, 1989, p. 34).

Com a evolução das usinas e destilarias, o processo de desenvolvimento do capitalismo tendia a se impor, e os moradores, foreiros e parceiros tornavam-se trabalhadores assalariados – ou “trabalhadores do eito”, “cassacos” e “eiteiros”. Andrade e Sigaud bem amostram em suas obras o processo em que o morador perde o sítio e vai morar na rua. São os trabalhadores “de fora,” que vivem nas cidades, nas vilas e povoações. O período de proletarização dos trabalhadores foi um período importante na luta de classes na atividade canavieira, pois os

trabalhadores assalariados da cana não tinham, inicialmente, direitos – em um momento em que os operários do processo de urbanização/industrialização brasileira já possuíam direitos trabalhistas. Mesmo depois, com o surgimento dos sindicatos rurais e a garantia de alguns direitos trabalhistas, muitos trabalhadores ainda trabalhavam de forma clandestina, como ressalta Sigaud em sua obra sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco.¹⁴

Tendo o processo que levou ao fim da morada sido determinada por conflitos de classe que em sua fase atual se expressa numa luta por direitos, o trabalho com empreiteiro vai se constituir na modalidade ideal de que dispõe os proprietários de evitar todo e qualquer vínculo ‘legal’ com os trabalhadores que possa porventura servir de base para novas lutas (SIGAUD, 1979, p. 131).

Apesar da expansão do processo de expulsão do morador do engenho, do sítio onde morava, para “a rua”, cidades ou povoados, o morador resiste e é nos engenhos pertencentes aos fornecedores de cana-de-açúcar, antigos senhores de engenho, como também em algumas usinas de açúcar e álcool que eles continuam vivendo.¹⁵ Além disso, no período de entressafra, quando a maioria dos trabalhadores da cana ficava desempregada, muitos buscavam tirar seu sustento do trabalho na terra.

Com a evolução da atividade canavieira, houve mudanças nas formas de trabalho no campo, pois homens que viviam na terra migram para as cidades, vilas e povoados, porém a ligação com a terra permanece, pois estamos tratando de trabalhadores temporários (eiteiros) e de moradores e lavradores que resistem vivendo ou arrendando terras dos antigos engenhos, terras que não pertencem às usinas.

Outra pergunta importante para entender as bases econômicas e sociais da mesorregião da Mata de Pernambuco é a que remonta à trajetória da oligarquia agrária açucareira. Como foi a evolução da classe oligárquica canavieira, possuidora do poder político sobre a região e do poder

¹⁴ O período em que os trabalhadores da cana, apartados da terra, lutam pela garantia dos direitos trabalhistas remonta o auge do período democrático, 1946-1964, e o período do regime militar iniciado em 1964. Esse período abrange o período de 1962-1964, em que o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, busca garantir o direitos trabalhistas, como o caso do salário-mínimo, aos trabalhadores da cana na Zona da Mata, e a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, lei 4.214 de 02/03/1963, revogada pelo governo militar em 1973.

¹⁵ Após o fim da 2ª grande guerra mundial, com a valorização do açúcar no mercado mundial, muitos fornecedores de cana-de-açúcar que costumavam no período de crise dividir suas terras em sítios e alugada a camponeses (foreiros) em troca de pagamento de um foro (chamava-se a área de engenho ‘forado’), tentaram expulsar os foreiros de sua propriedade para retomarem a produção da cana-de-açúcar. Foi aí que se deu o movimento de resistência camponesa, iniciada no Engenho Galileia, no município de Vitoria de Santo Antão, Pernambuco, e depois se espalhou por outros Estados Nordestinos.

econômico sobre a terra e a produção agrícola/industrial, no desenvolvimento da atividade canavieira?

A classe burguesa ou capitalista agrária, que se desenvolve a partir da oligarquia agrária colonial, com poder econômico, social, político e até militar, senhores portugueses capazes de produzir açúcar em um clima adverso para o mercado metropolitano português, são os senhores de engenho que recebiam concessão de terras – sesmarias, e desses imensos espaços territoriais constroem seu poder local.¹⁶ O regime de sesmarias proporcionou tempo suficiente para que a dominação da oligarquia dos senhores de engenho durasse séculos, modificando-se conforme o desenvolvimento da sociedade de mercado a forma de gestar o poder adquirido. O senhor de engenho dá lugar ao usineiro, e o usineiro dá lugar ao usineiro capitalista. Modernizam-se as usinas, mantém-se a concentração fundiária e a produção voltada para o mercado internacional. Segundo Andrade (1989):

Passou-se, assim, da sociedade patriarcal, bem caracterizada por Gilberto Freyre (em *Casa-grande & Senzala*), para uma sociedade capitalista em que o controle da empresa é feito por um grupo de pessoas, no caso em estudo, de uma mesma família, em que a administração se concentra na mão de um líder familiar, auxiliado e assessorado por uma equipe de técnicos, ora acionistas, ora assalariados (ANDRADE, 1989, p. 97).

Ora, a classe dominante na atividade canavieira, como era de se esperar, foi a classe idealizadora do Estado brasileiro e dos governos nacional e local. Esse Estado, que teoricamente deveria ter um papel de mediador ou harmonizador dos interesses, no período colonial foi representado pela metrópole portuguesa – a corte real portuguesa –, cujo objetivo primeiro foi dar um sentido comercial à terra americana, em seu benefício, e, segundo, garantir sua posse mediante a ocupação, diante das ambições comerciais das nações europeias, contribuindo assim para a consolidação da oligarquia agrária canavieira e para o surgimento da força de trabalho assalariado. Por todo o Brasil Império e boa parte do Brasil República, o Estado foi um ator garantidor dos interesses da oligarquia agrária brasileira; inclusive, por muito tempo, foi a oligarquia canavieira pernambucana que governou Pernambuco.

¹⁶ Como retrata Medeiros (2003) em seu estudo sobre a legislação agrária, vários fatores concorreram para o fortalecimento político, social, econômico e até militar dos sesmeiros, dentre os quais a doação de grandes quantidades de terras, concessão de poderes e privilégios de um lado, e a inexistência de um aparelho burocrático central, as dificuldades de comunicação e inexistência de estradas por outro.

Com o avanço da democratização política iniciada nos anos 1980, com a ação dos movimentos sociais e sindicais no campo, o Estado brasileiro dá início a um processo democrático com um espaço em disputa, e capitalista, com o capital unificando as figuras do proprietário de terra e do capitalista,¹⁷ porém mantém resquícios do período oligárquico e paternalista.

A base econômica da região da Zona da Mata de Pernambuco é a atividade sucroalcooleira moderna, que une a atividade industrial do açúcar e do álcool à atividade agrícola da cana-de-açúcar, e as relações sociais na região estão em parte voltadas para garantir a força de trabalho assalariado para essa atividade, incluído aí as áreas de assentamentos que, como opção de reprodução social, o fornecimento de cana para as usinas da região.

1.2. A crise no complexo canavieiro nos anos 1990 e luta pela terra

A última grande crise no setor canavieiro no pernambucano remonta aos anos de 1985/86, como afirma o estudo de Moreira, *et. al.* (2001) sobre os impactos da reforma agrária na zona canavieira nordestina. “*Essa crise aprofunda-se na década de 1990, com a desestruturação do PROALCOOL¹⁸ e a extinção do IAA,¹⁹ o avanço das políticas neoliberais, queda do preço do açúcar no mercado externo*”, dentre outros fatores citado por Albuquerque (2008, p. 71 e 72) em sua obra sobre reforma agrária em Pernambuco.

As consequências econômicas e sociais dessa crise em Pernambuco devem sua origem à paralisação ou ao funcionamento precário de várias usinas. Das 38 usinas e destilarias em funcionamento no período de 1986/87, 33 continuavam funcionando no período de 1995/98 e dessas 23 funcionavam normalmente e 10 funcionavam com dificuldade (ALBUQUERQUE,

¹⁷ Em relação ao capital e à terra, ver Martins (1983), capítulo V – a sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária.

¹⁸ O PROALCOOL (Programa Nacional de Álcool) foi criado pelo Decreto nº 76.598 de 14 de novembro de 1975, segundo Andrade (1989) como uma resposta à elevação do preço do petróleo no mercado internacional, o que onerava consideravelmente os países consumidores, dentre eles o Brasil, mas também para contornar a queda do preço do açúcar no mercado internacional, iniciada em 1975.

¹⁹ O IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool) é criado pelo Decreto 22.789, de 1º de junho de 1933, e é extinto pelo Decreto 99.240, de 7 de maio de 1990, um período de intervenção estatal na atividade canavieira, fruto da desregulação da produção interna, o qual juntava a superprodução com incapacidade de venda no mercado mundial diante de preços determinados por esse mercado e concorrência internacional. O IAA foi utilizado como instrumento de segurança da indústria canavieira.

2008). Essa situação ocasionou um grande desemprego dos trabalhadores da cana, 100 mil aproximadamente, o encerramento das atividades dos fornecedores de cana e o empobrecimento dos camponeses da zona canavieira. Referindo-se à crise e à atividade sucroalcooleira no Nordeste, Manoel Correia de Andrade (2005) afirma:

No Nordeste, onde os trabalhadores já se encontram proletarizados e os sindicatos, hoje, não têm força para pressionar os patrões por melhores salários, passando apenas a defender o emprego, a situação dos trabalhadores rurais é cada vez mais precária e as condições de vida mais difíceis (ANDRADE, 2005, p. 255).

A grande maioria dos trabalhadores rurais eram, pois, empregados temporários, e sua forma de vínculo era o assalariamento, que é a venda da força de trabalho para a usina, principalmente nos períodos do corte e da moagem da cana-de-açúcar. Nesse caso, o vínculo com a terra havia acabado. A crise o torna vulnerável, pois o vínculo com a usina não é certo e não existe outro meio de subsistência que possa de imediato sustentá-lo. Também os sindicatos rurais ficam vulneráveis, pois não veem outra situação que possa garantir o emprego dos trabalhadores da cana.

Os sindicatos dos trabalhadores rurais (STRs) da Zona da Mata pernambucana caracterizavam-se, juntamente com a federação dos trabalhadores da agricultura (FETAPE), pela ação nas lutas trabalhistas. Sempre no mês de outubro, durante o período de safra – corte da cana no campo e moagem nas usinas – é que ocorre a Convenção dos Trabalhadores Rurais, com a negociação de salário unificado e melhores condições de trabalho.

O desenvolvimento do capitalismo, a partir das políticas neoliberais, assim como a modernização da agroindústria sucroalcooleira, com a tendência de fusão de usinas, em um processo de reestruturação econômica como forma de reprodução frente às crises estruturais, tanto do setor, como do capitalismo em nível mundial, faz com o tempo reduzir-se o número de emprego no complexo canavieiro, o que agrava a situação social na região, segundo Albuquerque (2008), que leva em consideração dados da FETAPE, CONDEPE e SINDAÇÚCAR, “*no período de compreendido entre 1979 e 2002, cerca de 120 mil pessoas perderam sua ocupação no setor sucroalcooleiro da Zona da Mata de Pernambuco, com o agravante da falta de alternativa de subsistência na própria região*” (p. 101).

Diante da crise, o Estado é pressionado a dar uma resposta, tanto à classe capitalista agrária como à classe trabalhadora rural, mobilizando tanto a representação classista dos

usineiros, SINDAÇÚCAR,²⁰ como a representação classista dos trabalhadores, os sindicatos rurais (STRs), e a Federação a que esses sindicatos são vinculados, a FETAPE.²¹ Ao lado dos trabalhadores surge um novo sujeito social, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra),²² que passa a organizar os trabalhadores rurais e os camponeses, e reivindica a reforma agrária radical como a forma de sair da crise e promover um novo desenvolvimento baseado na agricultura camponesa, na produção de alimentos para o mercado interno.

A FETAPE e sindicatos rurais da região, num primeiro momento apoiaram, a iniciativa de luta pela terra e a reforma agrária do MST nos anos 1990, quando também esse organizou para agir ocupando terras e exigindo do Governo Federal a desapropriação de áreas improdutivas na região da Zona da Mata de Pernambuco.²³ No seu histórico, o movimento sindical rural sempre teve como linha política a reforma agrária, porém não via na mesorregião da Mata pernambucana, dominada pela produção da cana-de-açúcar, espaço para a aplicação de tal política.²⁴

A reestruturação e a ampliação do complexo canavieiro / sucroalcooleiro é a saída praticada pelos grupos econômicos dos usineiros capitalistas, com a aquisição de usinas paralisadas ou em funcionamento precário, incorporando as terras dessas usinas e investindo em tecnologias no processo industrial e agrícola, da mesma forma que na expansão do investimento

²⁰O Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco foi fundado em 20 de novembro de 1941. A partir de 1990, quando incluiu o álcool entre seus produtos, passou a se chamar Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco, o SINDAÇÚCAR, que atua no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro de Pernambuco e, dentre outras atividades, elabora estudos, presta assistência jurídica aos associados, elabora convenções coletivas de trabalho, incentiva o melhoramento tecnológico, dá apoio logístico, desenvolve estatísticas e participa na condução da política setorial. Fazem parte do SINDAÇÚCAR 19 empresas produtoras de açúcar e álcool. <http://www.sindacucar.com.br/>

²¹ A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), tem 43 anos de história e desde 1979 tem representado e mobilizado os canavieiros nas campanhas por salários e por direitos trabalhistas, e tem representado e mobilizado trabalhadores rurais do Agreste e do Sertão na luta de convivência com a seca, e o polo de fruticultura irrigada no rio São Francisco, como também luta pela terra e organiza assentamentos.

²² O MST nasceu em 1984, porém sua semente foi plantada em setembro de 1979, com a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul (Morissawa, 2001, p. 123). O MST é um movimento de caráter popular e político, que tem como objetivos a Reforma Agrária e as transformações estruturais na sociedade (Leite, 2002, p. 68). Em Pernambuco, o MST surge em março de 1989, ano em que realiza sua primeira ocupação de terra, em 19 de julho de 1989, no Complexo Suape, no município de Cabo de Santo Agostinho (Morissawa, 2001, p. 184).

²³ “A federação foi parceira do MST do início dos anos 1990 até 1996, quando deixou de atuar em conjunto com o movimento e seguiu ocupando áreas ao lado dos STRs e ela filiados.” (Albuquerque, 2008, p. 103).

²⁴ Em relato na obra de Albuquerque (2008, p. 85), um diretor da FETAPE afirma ser a reforma agrária bandeira de luta do movimento social, mas coloca: “Só que a Zona da Mata é região de cana; onde iam fazer reforma agrária?”, logo em seguida ele revela que nas outras regiões, referindo-se certamente ao Agreste e ao Sertão pernambucano, o movimento sindical lutou pela reforma agrária. Em relação à história do sindicato rural brasileiro, ver Silva (1981, p. 82-90).

além das fronteiras do Estado de Pernambuco, seguindo uma tendência econômica neoliberal. Em relação a esse processo, Andrade (2005) afirma:

Ocorre também que alguns grupos econômicos mais fortes, compreendendo que as terras do Sudeste e do Centro-Oeste têm maior aptidão para a cultura da cana, estão implementando usinas em Minas Gerais, como os Lira e os Wanderley, em Goiás, os Monteiro, em São Paulo, os Petribu ou os Maranhão, fazendo seus “impérios” em terras distantes de sua área de origem, mas onde o retorno de capital empregado é mais rápido (ANDRADE, 2005, p. 266).

Em parte, esse processo alavancado pelas usinas que sobrevivem à crise tem a tendência, mas não a curto prazo, de resolver a questão do desemprego. Enquanto isso, cobra-se do Estado ações que acelerem esse processo por meio do crédito e de ações que minimizem a situação de precariedade do trabalhadores desempregados. A reestruturação do setor sucroalcooleiro não é uma resposta somente ao momento do avanço do neoliberalismo no Brasil, onde o mercado se encarregaria de ordenar quem sobreviveria à concorrência regional, nacional e internacional, porque em períodos de expansão do setor sucroalcooleiro em São Paulo, em que repetidos problemas na exportação e na importação do açúcar por questões de preço, ou pelo reordenamento do mercado mundial, afetavam as usinas em Pernambuco, o Estado garantia a sobrevivência de tais usinas a partir de cotas da venda e subsídios. Sobretudo, vê-se uma reestruturação resultante de uma resposta à crise pelas usinas não atingidas, que com isso vão buscar nas suas ações e no Estado formas de responder ao momento e manter-se no mercado. A aquisição de usinas, em que a usina em funcionamento incorpora as propriedades de terra, a planta industrial, as áreas dos engenhos de cana falidos, é a prática mais adotada e apoiada pelo Estado, como também a orientação para se modernizar tanto o processo produtivo industrial como o agrícola.

Os trabalhadores rurais, mediados pela ação dos movimentos sociais e dos movimentos sindicais, veem na reforma agrária, além da possibilidade de resolver no curto prazo a questão do emprego e da renda, a perspectiva de um novo tipo de desenvolvimento baseado na agricultura camponesa e na diversificação de culturas para o mercado interno, como opção à inviabilidade da produção canavieira em relação outras regiões do país (MENEZES, *et. al.*, 2009), como é o caso de mesorregião da Mata pernambucana em relação às regiões de São Paulo e Centro-Oeste.

Apesar de existir o Estatuto da Terra (1964) e um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 1986), não existe uma vontade política para a execução da reforma agrária de modo a

permitir aos assentamentos um desenvolvimento sustentável, e daí restou aos movimentos sociais e ao movimento sindical a ocupação de terras e um ambiente de constante conflito agrário, para que acontecessem desapropriações de terras e a formação de projetos de assentamentos (PA).

A partir de dados coletados por Albuquerque (2008), no período de 1990 a maio de 2002, foram ocupadas 298 áreas na Zona da Mata e na Região Metropolitana do Recife pelos movimentos sociais, envolvendo 32.015 famílias. O auge das ocupações ocorreu entre 1996 e 2000. Nesse mesmo período de final do século XX e início do século XXI, foram criados 87 projetos de assentamento (PA) na Zona da Mata e na Região Metropolitana do Recife, com 5.809 famílias beneficiadas, em um total de 53.729,9 hectares, uma considerável reconversão de terra de cana para terra de agricultura, resultando do processo de luta pela terra.

Com o surgimento dos projetos de assentamentos (PAs), cabe saber como se desenvolveu esse espaço social, com as famílias assentadas do final das duas décadas do século passado e na primeira década do século corrente, sabendo-se que esse novo espaço social é um espaço de ruptura do antigo poder sobre a propriedade da terra e do trabalho. A propriedade se desvincula da usina e o trabalho passa a ser uma estratégia de organização produtiva das famílias.

É sabido que esses assentamentos estão sob a influência dos movimentos sociais e sindicais, que contribuíram para a ocupação e a desapropriação das áreas, assim como a formação dos projetos de assentamento, e continuam presentes na maioria dos casos, como é o caso do MST, que tem atuado de forma mais ou menos intensa em 38 assentamentos, e da FETAPE que também de forma mais ou menos intensa atua em 39 assentamentos, todos na zona canavieira de Pernambuco, conforme dados de assentamentos da reforma agrária na Zona da Mata e na Região Metropolitana do Recife por município, entre 1990 e maio de 2002 (ALBUQUERQUE, 2008).

Assim, os assentamentos, sob muita ou pouca influência e mediação dos movimentos sociais, têm iniciado um duro processo de reconversão social na região com o deslocamento no espaço social de ex-moradores e trabalhadores rurais para a situação de famílias assentadas, o que ainda não representa uma reconversão na organização social da produção, mas que chamamos aqui de reconversão produtiva.

1.3. A Usina Tiúma durante a crise nos anos 1990

A Usina Tiúma nasceu em São Lourenço da Mata, em 1881, como um engenho central, o Engenho Central São Lourenço da Mata, de propriedade de Jovino Bandeira de Melo (ANDRADE, 1989 e FUNDAJ, 2010). Na época, o Brasil, ainda não tinha perdido a sua condição de hegemonia na produção mundial de cana-de-açúcar. O mercado internacional do açúcar era dominado por ingleses, pelos americanos em Cuba, e por países como a Alemanha que não tendo colônias tropicais, produziam na Europa o açúcar de beterraba. Durante esse período, a necessidade de modernização dos processos de fabricação obrigou o Governo Imperial a promover uma política externa de incentivo ao capital estrangeiro para a modernização da atividade, principalmente o capital inglês.

O Engenho Central era um engenho banguê em proporções maiores, e foi incentivado pelo Governo Imperial com capital estrangeiro, que deveria cuidar da produção industrial, enquanto a produção agrícola ficaria a cargo dos senhores de engenho. O objetivo era separar a produção agrícola da industrial, e foi exatamente pela não aceitação por parte dos senhores de engenho desse novo modelo que a duração dos engenhos centrais foi curta. As usinas criadas pela ação dos senhores de engenho que integravam as produções agrícola e industrial foram as que predominaram até a atualidade.

Em 1887, o Engenho Central São Lourenço da Mata passou para a empresa inglesa North Brazilian Sugar Factories. Em 1927 tornou-se uma usina que já adquirida pelo grupo de Fileno de Miranda, e passou a ser uma das mais importantes em quantidade de produção, “*poderiam ser consideradas grandes usinas, na escala da época, a Cucaí, a Mussauassu, a Tiúma, e a União e Indústria, por produzirem mais de 100.000 sacos de açúcar*” (ANDRADE, 1989, p. 72).

As usinas de açúcar e de álcool são complexos industriais e agrícolas, formados pelas áreas de plantio de cana, a planta industrial da usina e os espaços de moradia de trabalhadores operadores e administradores do empreendimento. Contém, ainda, uma infraestrutura de casas, escolas, igreja, mercado, dentre outras estruturas. Em geral, as usinas são proprietárias de vários complexos, que são as propriedades de produção agrícola, caracterizados por algumas vilas de moradores e por moradores em sítios. Recentemente, as usinas retomaram esses sítios para dar lugar à produção e os moradores se deslocaram dos sítios para as vilas ou pontas de ruas. A Usina de Tiúma não fugiu a esse modelo, e o seu espaço é caracterizado por casas, igreja,

mercado próximo à planta industrial, o que deu lugar ao bairro de Tiúma e a algumas vilas de moradores que se desenvolveram, como a vila Matriz da Luz, distrito rural de São Lourenço da Mata.

Em 1979, a usina foi adquirida pelo Grupo Votorantin, de José Erminio de Moraes, e tornou-se uma destilaria autônoma devido ao programa do PROÁLCOOL. Com a desarticulação do programa, a usina paralisou definitivamente suas atividades no início da década de 1990.

Segundo o Sr. Antônio Ferreira da Nóbrega, Secretário de finanças e salários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Lourenço da Mata, 61 anos, 44 deles dedicado ao trabalho da cana, inclusive na Usina Tiúma, a cana de açúcar que a unidade industrial de Tiúma processava em sua época, anos 1960/70, vinham de 58 engenhos, 27 das quais pertencentes à usina, lembra: *“vinha cana de bem próximo de Vitória”*, Vitória de Santo Antão, município distante 53 km da capital Recife e a 35 km de São Lourenço da Mata. Nesse período, existiam empregados, entre mão-de-obra da usina e do campo, num total de 2.800 trabalhadores. Quando perguntado por que a usina parou as atividades, ele disse logo: *“nenhuma usina tem capacidade de sobreviver moendo só por três meses e ficar sustentando trabalhadores o restante dos 9 meses, qualquer uma desta forma para”*. Ele lembra que, com a construção da barragem de Tapacurá, em 1977, a área de plantio para abastecer a usina diminuiu significativamente. Depois alguns fornecedores de cana também foram deixando de entrega-la à unidade industrial, mas não se sabe bem o motivo desses fornecedores não mais ofertarem sua cana, ou seja, existiram e existem fatores externos que levam à queda na produção da cana-de-açúcar, e um deles é o preço internacional do açúcar, que acaba influenciando no preço final pago aos fornecedores.²⁵ Para complementar sobre o motivo de paralisação das atividades industriais da Usina Tiúma disse: *“depois da lei ai que a coisa ficou pior”*. Ou seja, seu Antônio quis dizer que depois da consolidação da lei de previdência social rural na constituição de 1988, manter uma usina com uma quantidade considerável de trabalhadores processando cada vez menos cana, a tendência era parar.

²⁵ Em *Histórias das usinas de açúcar de Pernambuco* (1989), Manoel Correia de Andrade ressalta o constante conflito entre fornecedores de cana e usinas de açúcar, principalmente pelo valor do preço pago e pelo peso nas balanças das usinas. Esses conflitos se radicalizavam nos períodos de crise internacional no preço do açúcar, o que levou por várias vezes à intervenção do Governo Federal, por meio do IAA, até a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira, em 1941.

O Sr. Antônio é um defensor da Usina Tiúma, pois ela que permitiu a sua reprodução social e a de muitos, e afirma: *“todo trabalhador foi indenizado, não ficou nenhum sem indenização.”* Quando a unidade industrial parou de moer em 1993, os engenhos pertencentes à usina passaram a entregar a cana à Usina São José, no município de Igarassu, pertencente ao mesmo grupo, o Votorantim. A Usina Tiúma manteve segundo Sr. Antônio, uns 300 trabalhadores para entregar a cana dos seus engenhos à Usina São José, e quando parou de entregar, parte desses trabalhadores foram incorporados à unidade industrial de Igarassu. A outra parte fez acordo e foi indenizada. Quando questionado sobre o que aconteceu com a Usina Tiúma depois que parou de vez suas atividades industriais e agrícolas, sem muita certeza ele disse que, no final dos anos 1990, o complexo agroindustrial Tiúma foi vendido ao Grupo Petribú.

Quanto aos moradores dos engenhos pertencentes ao complexo agroindustrial da Usina Tiúma, muitos ainda existem no município de São Lourenço da Mata, segundo o relato do Sr. Manoel Joaquim e do Sr. Ulisses Firmino da Silva, dois assentados de Chico Mendes III, assentados que nasceram em engenhos pertencentes à usina. Eles moraram e trabalharam nestas áreas até o encerramento das atividades. O primeiro começou a trabalhar aos 7 anos, de forma clandestina, ajudando o pai na cana, e aos 12/13 anos teve sua carteira de trabalho assinada. O segundo iniciou o trabalho na cana com 13 anos, com carteira assinada, em 1955, e parou em 1993, quando a usina parou de moer. Antes disso pastorava o gado da usina.

Quando perguntados sobre o tipo de trabalho que efetuavam na atividade canavieira Sr. Ulisses revela: *“cortar cana, limpar mato, só não fiz cambitar e carrear, ainda trabalhei de cabo dos burros sem rabo, burro sem rabo é quem carregar cana nas costas, o lugar acidentado o burro não pode ir o caba toma nas costas”*.

Em relação à morada, os dois antigos moradores revelaram sua dedicação quase exclusiva ao trabalho na cana e, além de terem uma área relativamente grande plantar a roça, não conseguiam utilizá-la, pois trabalhavam na maioria das vezes na diária e não tinha tempo para plantar. Quando trabalhavam na cana “na conta”, utilizava o tempo que restava para produzir a macaxeira ou a mandioca que colhiam logo. Apesar de lutar com a cana, muito do saber do agricultor vem da morada em sítios cedidos pelas usinas. Segundo o Sr. Manoel Pereira, quem fosse cortador de cana e não fosse agricultor a Usina Tiúma dispensava: *“toda casa do morador, da família, do sítio, dos engenhos tinha que ter fruteira e dois hectares de terra livre sem plantar cana pra ele plantar e se ele não cobrisse os dois hectares ia embora.”* Desde crianças, os filhos

eram introduzidos no trabalho da cana, e também na roça. No entanto, a roça era pouco diversificada. Na maioria das vezes, era a macaxeira e a mandioca, o que eles chamam de lavoura branca que incluía, também, a batata-doce, o inhame, o feijão, o jerimum, o milho, mas principalmente a macaxeira e a mandioca. Enquanto a usina se especializava na produção da cana-de-açúcar, o morador tinha na macaxeira e na mandioca a sua principal cultura de subsistência.

Após o encerramento das atividades da usina, o Sr. Ulisses foi trabalhar em granjas próximas na criação de gado de granjeiro. O Sr. Manoel Joaquim migrou para a região Sudeste, começando também a exercer outra profissão, a de mecânico e operador, só retornando à agricultura com a ocupação do Engenho São João, da Usina Tiúma. A migração foi para muitos a única opção, dada a falta de políticas públicas. São Paulo quase sempre era o destino desses migrantes. Os que ficavam, migravam cada vez para mais próximo da capital pernambucana e cidades circunvizinhas, que se caracterizavam algumas como áreas de granjas e sítios.

Os senhores Ulisses e Manoel Joaquim são parte da história da Usina Tiúma. Vivendo com suas famílias como moradores dos engenhos pertencentes à unidade da empresa, e como agricultores, conheciam as práticas da produção canavieira e também das culturas alimentares, a lavoura branca. Hoje eles são parte da história da luta pela terra e da produção da mesma prática cultural da lavoura branca. No entanto, nesse novo momento, buscam no seus conhecimentos de agricultor a diversificação da produção, das formas de produzir e da organização social da produção.

CAPÍTULO 2

2. Do Engenho São João ao assentamento Chico Mendes III: a presença dos movimentos sociais

Neste capítulo, descreveremos a ocupação da terra e os conflitos agrários, como também a organização das famílias no período de acampamento, e a resposta do Estado a essa nova situação. Pretendemos visualizar as relações sociais entre os sujeitos envolvidos no processo de transição de terra de cana para terra de agricultura, ou seja, a reconversão social na posse e produtiva no uso da terra e suas transformações, através de revisão bibliográfica e no resgate do período de ocupação do Engenho São João, o que foi realizado mediante entrevistas com os assentados.

O capítulo remete à noção de reconversão social e produtiva com a análise das tensões entre os sujeitos sociais no período da crise na Usina Tiúma, tomando como hipótese a leitura de Menezes, *et. al.* (2009, p. 11). No seu estudo dos assentamentos formados a partir da falência da Usina Santa Maria no Brejo Paraibano, ela afirma que “*a reconversão da condição de morador ou trabalhador assalariado para assentado, de terra de usina para terra de agricultura, só foi possível graças à articulação dos movimentos sociais e de uma intervenção mais ou menos ativa do Estado*”.

Observamos que o processo de transição da condição de ex-morador ou trabalhador da cana para assentado, de usina para assentamento, se caracterizou por um clima tenso e conflitivo entre os trabalhadores rurais organizados pelos movimentos sociais e as usinas de açúcar e álcool, o que provocando em alguns momentos ações radicais, como a resistência a um despejo judicial – a exemplo do acampamento Chico Mendes. A resistência manifestou-se até a garantia de que a produção das famílias existentes na propriedade não seria derrubada pela Polícia Militar ou pelos empregados do grupo Votorantim, como assim se pretendia. A resistência aos despejos sempre foram formas de chamar a atenção da sociedade ou de ganhar tempo para que as partes envolvidas, movimentos, proprietários, justiça e INCRA pudessem chegar a acordos que poderiam variar da não derrubada da produção e dos barracos (antes da retirada de todos os pertences das famílias), permanência na área, aceleração do processo de vistoria. Houve momentos de arbitrariedade, como os despejos ilegais organizado por milícias contratadas pelos

proprietários dos engenhos. Ambas as situações geraram casos de violência física e moral contra os trabalhadores, ora pelo Estado, através do seu aparato militar, responsável pela execução dos despachos judiciais de reintegração de posse, ora pela brutalidade dos “pistoleiros”²⁶ contratado pelos proprietários, chegando em alguns casos à morte de lideranças dos trabalhadores rurais organizados. No caso do acampamento Chico Mendes, a única arbitrariedade que trouxe grande repercussão na mídia local foi a do comandante do Batalhão da Polícia Militar, Coronel Meira, de não deixar acompanhar a ação de despejo nem por instituições não governamentais de defesa dos direitos humanos, nem pelos advogados representante das famílias, nem o deputado estadual da Comissão de Defesa da Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado, o Sr. Roberto Leandro, que inclusive recebeu spray de pimenta no rosto ao tentar ultrapassar a barreira policial.

Em Pernambuco, houve vários casos de arbitrariedade por parte do proprietário ao desconsiderar qualquer tipo de ilegalidade em suas ações, característica do poder social, político e simbólico que tem a classe de proprietários de terra na região, como as figuras dos senhores de engenho e usineiros na Zona da Mata, e dos coronéis nas regiões do Agreste e do Sertão. Somente em 2005, período em que houve o despejo no acampamento Chico Mendes, foram contabilizados pelo MST 7 ações de despejo violenta seguidas de ameaças as lideranças em Pernambuco. Nesse mesmo ano, a Fazenda Ponta de Lins, no município de Lagoa Grande, Sertão do São Francisco, 15 pistoleiros entraram na área atirando e ameaçando as famílias caso elas não deixassem o local. Na Fazenda Paulista, município de Garanhuns, Agreste do Estado, a polícia militar, em conjunto com familiares e empregados do proprietário, efetuaram um despejo que resultou na queima de todos os barracos antes mesmo que as famílias pudessem retirar seus pertences. No Engenho Cangaia, município de Belém de Maria, Zona da Mata Sul do Estado, 85 famílias acampadas foram expulsas da propriedade por pistoleiros. Enfim, essas 3 ações ocorridas nas três grandes regiões de Pernambuco demonstram a arbitrariedade nas ações de luta pela terra.

Segundo o diagnóstico que faz parte do II Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco, publicado no final de 2004 pelo INCRA SR-03, Superintendência Regional de Pernambuco, a situação de famílias acampadas até o final de 2003 nas Mesorregiões Metropolitana e da Mata era, respectivamente, de 2.637 famílias acampadas distribuídas em 24

²⁶ As milícias ou seguranças contratados para intimidar, e em alguns casos violentar os trabalhadores acampados, eram conhecidos como pistoleiros. Muitas vezes eram formadas por policiais da ativa que prestavam serviço em seu período de folga, ou ex-policiais afastados da corporação militar.

acampamentos em 5 municípios, e 12.994 famílias acampadas em 106 acampamentos em 30 municípios (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição de acampamentos e famílias acampadas nos municípios da mesorregiões Metropolitana e Mata de Pernambuco

Mesorregião	Nº de Acampamentos	Nº de Famílias Cadastradas	Nº de Municípios
Metropolitana	24	2.637	05
Mata	106	12.994	30
Total	130	15.631	35

Fonte: INCRA SR03, 2004

A Usina Tiúma localiza-se no município de São Lourenço da Mata, que faz parte da mesorregião Metropolitana, composta por 14 municípios, porém somente 2 não têm em seu espaço geográfico zonas com características rurais, que são Recife e Olinda (ver figura 1, na página 19). A mesorregião Metropolitana corresponde aos municípios de 1 a 14, com a microrregião Itamaracá, formada por 4 municípios ao norte; a microrregião Recife, ao centro, formada por 8 municípios, dos quais consta São Lourenço da Mata; a microrregião Suape, formada por 2 municípios ao sul. Já a mesorregião da Mata é composta de 43 municípios, ver a mesma figura dividida em 3 microrregiões – Mata Setentrional ao norte, Vitória de Santo Antão ao centro, e Mata Meridional ao sul.

Em relação à ocupação produtiva agrícola das terras destas duas mesorregiões, vamos destacar a cana-de-açúcar, que ocupa 348.020 hectares, a fruticultura (principalmente a banana, com 36.929 hectares), o feijão, o milho, a mandioca²⁷ e cinturões de hortaliças em torno dos centros urbanos. O Índice de Gini de Concentração Fundiária nas mesorregiões Metropolitana e Mata varia respectivamente de 0,815 a 0,919, bem acima da média para o estado de Pernambuco (0,764), da região Nordeste (0,811) e do índice para o Brasil (0,843), um índice bastante intenso e que mantém relações sociais de trabalho voltadas para mesma estrutura socioeconômica da produção agrícola da cana-de-açúcar em grandes extensões de terras para a reprodução social do capital sucroalcooleiro.

²⁷ O feijão (273.042 ha), o milho (238.365 ha) e a mandioca (40.635 ha) incluem as áreas de plantio do Agreste e Sertão; já a cana-de-açúcar, a banana e as hortaliças estão concentradas na Mata e região Metropolitana.

As demandas por terra nas mesorregiões da Mata e Metropolitana são, na maioria dos casos, de trabalhadores rurais e camponeses ex-moradores de engenhos que, articulados pelos movimentos sociais, vivenciam a condição de acampados. São 295 imóveis rurais solicitados pelos movimentos sociais (Tabela 3), 237 na Mata e 58 na mesorregião Metropolitana, sendo o MST e o MTL os maiores demandantes. No entanto, enquanto o MST distribui sua demanda por todo o Pernambuco, o MTL concentra-se nas mesorregiões da Mata e Metropolitana. Outro dado interessante é que dois ou mais movimentos sociais reivindicam a mesma área, o que leva a perceber a existência de conflitos por disputa de área entre ambos os movimentos, ocorrendo processos de dissidência. Podemos notar que o número de imóveis rurais demandados pelos movimentos sociais é superior ao número de acampamentos, o que leva à percepção de que existem imóveis rurais que já foram acampamentos e, após o despejo, continuam sendo reivindicados, como também existem acampamentos que ainda não foram cadastrados no INCRA, e por isso ainda não estão contabilizados.

Tabela 3 – Demanda dos movimentos sociais nas mesorregiões da Mata e Metropolitana

	MATA	METROPOLITANA
MST	63	14
MTL	99	13
FETAPE	05	05
FETRAF	21	01
Outros Mov. Sociais	31	08
Mais de um Mov. Social	18	17
Total	237	58

Fonte: INCRA SR03, 2004.

Levando em consideração os números da Tabela 1 e o tamanho médio recomendado do lote nas mesorregiões da Mata e Metropolitana, 12 e 9 hectares respectivamente,²⁸ haveria necessidade de 155.928 hectares para assentar as 12.994 famílias da Zona da Mata, 23.733 hectares para assentar as 2.637 famílias da região Metropolitana. De acordo com o INCRA SR03,

²⁸ O tamanho do módulo fiscal mais frequente nas duas mesorregiões é de 14 hectares na região Metropolitana e 16 hectares na Zona da Mata.

em seu II Plano Regional de Reforma Agrária, a estimativa de áreas improdutivas nas duas mesorregiões, após 2003, seria de 85.840,67 hectares na região da Mata e 18.042,68 hectares na região Metropolitana, o que leva à conclusão de que o potencial de desapropriação de áreas para fins de reforma agrária nas duas regiões está abaixo do demandado, ou seja, existe um limite para a reforma agrária nessas mesorregiões. Esse limite é explicado pela ocupação das áreas rurais com o plantio da cana-de-açúcar, o que dá sustentação ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro ali presente. Assim, a cultura da cana nessas regiões esteve e ainda está presente, o que dificulta as mudanças econômicas, sociais e políticas.

O Engenho São João, hoje assentamento Chico Mendes III, originou-se de uma demanda do MST em Pernambuco. Com isso é necessário entender as formas de organização social adotadas por esse movimento de dimensão nacional, e, depois, em que momento se encontrava a atividade canavieira na região, para ver como se deu a conquista da terra e seu posterior desenvolvimento.

O MST é o resultado de várias lutas camponesas que ocorreram no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, ainda em plena ditadura militar com a contribuição da CPT (Comissão Pastoral da Terra), promovendo a realização de vários encontros com lideranças das organizações dos camponeses e trabalhadores rurais sem terra. Porém, foi no município de Cascavel, no Paraná, nos dias 20, 21 e 22 de janeiro de 1984, durante o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que o movimento foi fundado e, aos poucos, vai-se expandido por todo o Brasil.

Durante o evento foi lida a mensagem de D. José Gomes, bispo de Chapecó e presidente da CPT, de apoio à fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Estava, assim, fundado e organizado um movimento de camponeses sem terra de alcance nacional voltado à luta por terra e pela reforma agrária (MORISSAWA, 2001, p. 138).

Segundo Morissawa (2001), o movimento chega a Pernambuco em agosto de 1985, com a ocupação da Fazenda Caldeirão, no município de Pedra, mas, após a conquista da terra, as famílias decidem desvincular-se do MST e criar seu próprio movimento. Segundo Palmeira e Leite (2001), em 1987, um grupo ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT) é que dá origem ao MST em Pernambuco, porém, posteriormente, após algumas ocupações realizadas no estado, as lideranças se desmembram do MST e criam o MT (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra),

bem como o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra). No entanto, para as lideranças atuais do MST-PE, sem desqualificar as iniciativas anteriores, a sua introdução no estado se dá em 1989, quando membros do movimento de outros estados vêm para Pernambuco, organizam e ocupam a área do Complexo de Suape, município do Cabo de Santo Agostinho, com 400 famílias.

O MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), declara-se popular, sindical e político,²⁹ dado o caráter estrutural, político, social e econômico da terra no Brasil. Somente a partir do instrumento legítimo de ocupação do latifúndio e da resistência na forma organizativa de acampamentos é que foi possível fazer a luta pela terra e pautar na sociedade e no Estado a Reforma Agrária.

“Ocupar, resistir, produzir” talvez seja esta a melhor forma de definir o processo de luta pela terra e de reconversão de áreas de engenhos de cana para assentamentos rurais provenientes da política de Reforma Agrária na mesorregião da Mata pernambucana.

O MST teve origem com a ocupação e a resistência de famílias acampadas, além disso, a história recente da Reforma Agrária de luta pela terra no Brasil demonstra que só houve um esforço do Estado para desapropriar terras improdutivas, quando houve ocupação, *“o fato social na reforma agrária é a ocupação”* (STEDILE e FERNANDES, 2005, p. 115).

Sendo ocupar um ato de pressão, acampar é a forma de resistência, e os acampamentos têm um caráter permanente, extinguindo-se somente com a desapropriação da terra, ou com a transferência das famílias para outra área a ser desapropriada. Durante o período de acampamento, várias outras estratégias de pressão são utilizadas: os acampamentos provisórios, as marchas pelas rodovias, os jejuns e as greves de fome, a ocupação de prédios públicos, os acampamentos nas capitais, as vigílias, e as manifestações nas grandes cidades. Porém o ato de acampar é uma ação de muito sacrifício, um *“calvário”* e por isso requer organização capaz de *“criar um sentimento de comunidade, de aliança”* (STEDILE e FERNANDES, 2005, p. 115).

²⁹ Estas são as três características fundamentais do MST: popular porque, além de ter como base a família camponesa, não restringe a entrada de outros trabalhadores que queiram contribuir para a luta pela terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade; sindical, no sentido corporativo, pois nasce de uma reivindicação essencialmente econômica dos camponeses a conquista de um pedaço de terra; e político, pois faz parte da luta de classes (STEDILE e FERNANDES, 2005).

A estratégia de produzir faz parte dessa organização do espaço, tanto para suprir algumas necessidades de alimentação, promover o trabalho coletivo e individual, como mostrar à sociedade e ao Estado o potencial da agricultura camponesa.

Ao entrar na terra, o MST tem uma organização interna, também chamada de organicidade, que começa com a organização dos chamados núcleos de família. Cada núcleo deve conter em média 10 famílias organizadas por afinidade, ou seja, aquelas famílias que já se conheciam e normalmente vieram do mesmo local para a ocupação. Outra organização é a divisão de tarefas: alimentação, saúde, segurança, higiene e limpeza, educação, lazer, e assim prossegue conforme a necessidade e a decisão. Cada núcleo tem lideranças, normalmente um homem e uma mulher. O acampamento tem uma coordenação geral, e a Assembleia que se reúne mensalmente é a instância decisória máxima do acampamento. Nesse corpo social orgânico, os princípios que norteiam são: democracia, participação, divisão de tarefas e direção coletiva.

A ocupação do Engenho São João ocorreu em 28 de março de 2004, início da Jornada de Luta pela Reforma Agrária em Pernambuco e no Brasil, popularmente conhecida como Abril Vermelho, realizada todos os anos pelo MST após o Massacre de Eldorado dos Carajás.³⁰ Segundo o MST, a Jornada de Luta pela Reforma Agrária serve para mostrar aos governos e à sociedade a necessidade da reforma agrária no país.

O acampamento foi levantado próximo à BR-408, o que deu uma maior visibilidade à ação, pois a rodovia liga os principais municípios da Zona da Mata Norte do Estado – Timbaúba, Nazaré da Mata, Carpina, Paudalho, com os municípios da Região Metropolitana do Recife, principalmente São Lourenço da Mata, Jaboatão dos Guararapes e Recife. Os barracos foram construídos entre uma várzea e dois montes. O engenho tem uma geografia bastante acidentada, com uma várzea nas proximidades dos dois rios que o cortam, o rio Tapacurá e o Goitá, e terrenos elevados em sua maior parte, por ser uma área com um histórico de cobertura pela cultura da cana-de-açúcar. No momento da ocupação a vegetação era constituída por uma capoeira densa.

³⁰ Operação da Polícia Militar do Pará contra a mobilização de Trabalhadores Sem Terra, em 17 de abril de 1996, quando 155 oficiais, divididos em duas tropas de militares, abriram fogo contra famílias Sem Terra que protestavam na rodovia PA-150 para exigir a desapropriação de um latifúndio improdutivo, o que resultou na morte de 19 trabalhadores rurais e 69 feridos. Esse dia, 26 de junho de 2002, foi instituído pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso como Dia Nacional de Luta Pela Reforma Agrária pela Lei 10.469/2002 (Fonte: página do MST na web: <http://www.mst.org.br>).

A ocupação do engenho tornou-se uma referência para o movimento, pois se tratava da ocupação de uma área pertencente a um dos principais grupos empresariais do Brasil, o Grupo Votorantim – conglomerado de empresas do segmento industrial e financeiro, de capital fechado, criado pelo empresário José Ermínio de Moraes em 1918. Certamente, a ocupação teria e teve uma visibilidade nacional, e colocaria em debate na opinião pública a questão agrária no tocante à propriedade privada e à função social da terra. Para os movimentos sociais, reacendia-se no debate a luta de classes no campo, onde o capital seria representado por um grupo empresarial de força econômica e política, e o trabalho representado pelos trabalhadores sem terra, organizados social e politicamente.

Durante o período de ocupação, os trabalhadores sem terra ali presentes dividiam-se entre a organização do espaço e a necessidade de trabalhar fora, já que o Engenho São João fica relativamente próximo à Região Metropolitana do Recife. Todos que ali estavam têm em sua história de vida, ou na dos seus familiares, o trabalho no corte da cana, na agricultura e a migração para o trabalho urbano, pois eram em sua maioria moradores das periferias urbanas próximas ao engenho.

Segundo o Sr. Amilton, líder e coordenador do acampamento em 2004 até o despejo em 2005, além de morar na área, que também morava em bairro próximo do acampamento no município de São Lourenço da Mata, quando houve a ocupação do espaço existiam na área alguns animais que foram deslocados para o engenho vizinho, também de posse da Votorantim: *“Esse acampamento, esse engenho, Engenho São João antes de a gente ocupar aqui o que tinha eram 16 boi bufa... e tiremos 16 boi bufa e butemos no Engenho General e ocupemos aqui né!”*

O Engenho General, também pertencente à Usina Tiúma, foi alvo de luta pela terra, porém hoje está coberto de cana-de-açúcar destinado à Usina São José, o que demonstra a imediata reação do capital sucroalcooleiro à ação dos trabalhadores rurais organizados pelos movimentos sociais. Demonstra também a dificuldade de reconversão social na região diante da estrutura de classe e das relações sociais estabelecidas.

O que sustentou as famílias acampadas até a conquista da terra foi a produção e a proximidade da capital e região metropolitana, pois o que era produzido era logo fornecido à população por meio dos atravessadores e nas feiras locais. Sr. Amilton explica em seu depoimento que foi a agricultura que sustentou os acampados. Chegou-se a plantar uma área de 310 hectares com milho, feijão, abacaxi, macaxeira, batata-doce, conforme a medição realizada

pelo INCRA. Dona Marlene, liderança de núcleo de família acampada desde o início, obtinha sua renda pelo trabalho informal do marido fora da área, pois não tinha prática na agricultura. Foi dentro do acampamento que assumiu o desafio de plantar, e logo já tinha uma roça para ajudar no sustento até a conquista da terra. Sr. Amilton revela que ela não sabia nem pegar numa enxada, mas hoje é uma das maiores agricultoras da área. Oriunda de famílias que teve a agricultura como principal atividade, a história de vida de Dona Marlene é a do êxodo rural de famílias e da perda da origem rural das gerações posteriores das famílias, porém as dificuldades de reprodução social urbanas têm mostrado a possibilidade de várias opções de migração.

Seu Manoel Joaquim, conhecido como Manoel da Kombi, acampado, que viveu no acampamento desde a “abertura da porteira”, forma utilizada para dizer que ocupou a área, com a prática agrícola que tinha e conhecedor da localidade, por ter sido morador do engenho com seus pais, manteve-se com a produção de macaxeira, batata-doce, inhame, milho e feijão, uma das maiores lavouras do período de acampamento, e revela que desde a ocupação, nunca mais se empregou em outro lugar. A agricultura sempre fez parte de sua vida como “profissão” e modo de vida, tendo passado pelas formas sociais de morador de engenho, cuja obrigação era o corte de cana junto com sua família para a usina proprietária do engenho, de trabalhador assalariado no corte de cana, de migração urbana, e agora de agricultor assentado, que tem na terra a forma de reprodução social de sua família, uma vida de mudanças subordinada ao desenvolvimento da atividade agrícola na indústria sucroalcooleira e de reconversões sociais representadas por deslocamentos sociais verticais e transversais, ou seja, por deslocamentos no mesmo campo e na passagem para outro campo.

A organização social da produção foi fundamental para as famílias no período de acampamento. A determinação do coletivo, retirada dos núcleos de família, em torno de 30 no período de acampamento, e da assembleia geral de acampados, era de que cada família podia preparar um espaço de terra e começar o seu plantio. Como não havia divisão legal da terra, cada qual escolhia um local e começa o plantio. Em geral as áreas escolhidas para plantar eram sempre próximo do acampamento. A macaxeira, o feijão e o milho tinham prioridade. Também havia as plantações coletivas, que era incentivadas pelos núcleos de família para a sustentação das ações coletivas. Ao escolher a área para plantar, a família sozinha ou com a de ajuda de outras famílias, queima, roça e destoca o espaço escolhido, e são plantadas as sementes de feijão e milho, ou a maniva da macaxeira, compradas pela própria família, ou conseguida, pelas ações coletivas, e

depois distribuídas entre as famílias do acampamento. Como o acampamento não dispõe de infraestrutura produtiva que permita preparar o solo e irrigar, a época de plantio é sempre de fevereiro a junho, período mais chuvoso, porém a macaxeira é plantada o ano todo. Semanalmente, podiam-se ver carros que saíam com produção da macaxeira e, por muitas vezes no período das festas juninas, pessoas se deslocavam até o acampamento para comprar mãos de milho, no grosso e no varejo, fazendo a alegria da grande maioria das famílias acampadas, pois nesse período todos conseguiam uma situação financeira melhor. As famílias que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios, além de terem sempre uma renda garantida, também começavam a garantir a sua permanência na área, pois teriam maior facilidade de serem escolhidas para ganhar um lote com a conquista da terra. Duas condições eram bem-vistas para a conquista de uma área, a disposição para trabalhar a terra e o envolvimento nos trabalhos e decisões coletivos.

Outro ponto fundamental foi a organização social do acampamento. Divididos em núcleos de família, as quase 900 famílias que iniciaram a ocupação organizavam tarefas que escolhiam como fundamentais. Além da tarefa da produção, havia a tarefa da vigilância. Cada dia um núcleo de família se revezava com seus componentes, a fim de não serem surpreendidos por uma ação de despejo. Se algo acontecesse, todos eram acordados por meio de um sino colocado no espaço amplo em que muitas vezes todos se reuniam. Nesse espaço existia um pequeno capela e um mastro com a bandeira do MST. A tarefa de formação era outra em que permanentemente estava presente um militante do movimento, responsável pelas atividades formativas. Essa tarefa tinha tanto a intenção de manter as famílias coesas quanto às ações coletivas de produção, limpeza da área de acampamento, embelezamento do local, tornando-o mais agradável para as famílias como mais bem-quisto pelos visitantes, a mobilização para o estudo, como também escolhia dentre as pessoas acampadas aqueles que se deslocariam ao Centro de Formação Paulo Freire, centro de referência do MST para os cursos de dirigentes, o qual fica situado no município de Caruaru, no assentamento Normandia, ou até mesmo para os cursos nacionais de dirigentes, em sua maioria realizados em São Paulo, na Escola Nacional Florestan Fernandes. Muitos foram os que participaram do curso de formação de dirigentes: Amilton, o primeiro coordenador do acampamento, dona Nenê, atual presidente da associação, dona Gercina, Ana Cristina, que hoje faz parte do setor de educação do MST e percorre todos os acampamentos e assentamentos da

regional Litoral Norte³¹ a fim de mobilizar as famílias para a importância do estudo. A participação em tais atividades ia naturalmente escolhendo as famílias que no final iriam dedicar-se à luta pela terra. No término do primeiro ano, havia em torno de 500 famílias, e depois do despejo ficaram cerca de 300 famílias, pois as famílias tinham que se dedicar às atividades coletivas e aquelas famílias que somente compareciam nos finais de semana porque tinham emprego durante toda a semana fora do acampamento, aos poucos iam sendo convidadas a decidir entre o emprego e a luta pela terra. Não era proibido ter um renda proveniente de trabalho fora da propriedade, mas as famílias acampadas deviam participar das atividades coletivas, ainda mais sabendo-se que a produção estava sustentando as famílias que viviam exclusivamente da área.

O acampamento teve vários dirigentes regionais que faziam a ponte entre a política do MST e a organização das áreas, o primeiro foi Motorzinho, considerado por muitos um dirigente “linha dura”, pois não aturava desmandos e brigas dentro do acampamento; tivemos também o Josias, dirigente assentado na Zona da Mata Norte, no assentamento Dorcelina Folador, município de Itaquitinga, admirado por ser um bom orador e poeta, faleceu em um acampamento da regional defendendo a bandeira do MST contra um grupo que se rebelava. Atualmente, Aglailson, um militante que vive em Vitória de Santo Antão, é considerado por muitos como um dirigente amigo.

O primeiro ano de acampamento, 2004/2005, não foi fácil, pois o Grupo Votorantim em momento algum abriu o diálogo com o movimento, e desde o primeiro instante solicitou da justiça a reintegração de posse da área, mas também foi o ano que determinou certa mudança de atitude das famílias acampadas em relação à cultura dominante da região, a de resistir sem violência pelo direito à terra a qual seus pais ou até eles próprios moraram e onde trabalharam, deixando de ser subjugadas pelo moral dominante do poder da usina, o que levou a ações coletivas que buscaram a coesão interna e o apoio da sociedade. Quando se deu a falência da Usina Tiúma, moradores dos engenhos e trabalhadores da cana perderam o trabalho e o local da morada. Nesse momento, com as indenizações que tinham recebido, puderam recomeçar uma nova vida e agora viam a possibilidade de retornar ao local do qual talvez nunca devessem ter saído. Para Manoel da Kombi e Ulisses Firmino, dois acampados que foram moradores dos

³¹ O MST em Pernambuco está dividido em regionais que estão subdivididas em microrregionais ou brigadas. São 17 as regionais, divididas nas 3 grandes regiões do Estado – Mata, Agreste e Sertão, e 40 microrregiões. O assentamento Chico Mendes III fica na regional Litoral Norte, pois a regional Metropolitana foi desmembrada.

engenhos pertencentes à Usina Tiúma, a luta pela terra representava o momento de tentar reaver tudo o que tinham construído na terra em que viveram com seus pais e que, de uma hora pra outra, se viam obrigados a deixar.

Pode-se dizer que a condição de acampado é um primeiro momento do processo de reconversão social, pois questiona a estrutura agrária histórica da Zona da Mata pernambucana, caracterizada pela grande propriedade e pela monocultura da cana-de-açúcar. A luta pelo acesso à terra por meio da organização e da formação política dada pelos movimentos sociais tem como objetivo questionar a cultura política dominante da região da Zona da Mata do Estado, centrada no poder dos usineiros. No entanto, é importante levar em consideração que esse espaço foi sempre usado pela resistência dos trabalhadores,³² dada a superexploração da força de trabalho³³ sempre presente na atividade. Estamos diante de transformações nas ações políticas dos trabalhadores das usinas face ao enfraquecimento dos símbolos que a cultura dominante da oligarquia canavieira construiu na região: o engenho, a casa-grande, o senhor de engenho, a usina, o usineiro. Esses símbolos tentam manter a região submissa ao poder da cultura da cana, como se nenhuma cultura, atividade econômica ou organização produtiva pudesse prosperar na região. *“A utilização das velhas casas grandes como sede de associação de trabalhadores é simbólica das mudanças nas relações de poder e de mando que estão em curso e que redefinem as forças em confronto nos novos territórios em formação”* (MOREIRA, et al., 2001, p. 07).

Segundo Bourdieu (1998), os símbolos agem como instrumentos de integração social, contribuindo para a manutenção da reprodução da ordem social, e *“cumprem a função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação.”* Sendo assim, pode-se dizer que a manutenção por séculos da cultura da cana em Pernambuco e no Nordeste brasileiro teve no poder simbólico um apoio fundamental para manter a reprodução do seu poder social e econômico sobre a sociedade.

³² Podemos destacar as resistências individuais dos moradores de engenhos ao abuso da obrigação a que estavam sujeitos, dos trabalhadores rurais clandestinos em desentendimento com empreiteiros pelas más condições de trabalho (SIGAUD, 1979), e a resistência atual dos trabalhadores rurais legalmente contratados e sindicalizados diante da relação com o fiscal da usina. Podemos destacar as resistências coletivas das Ligas Camponesas – a exemplo dos foreiros do engenho Galileia, que estavam sendo expulsos da área pelo proprietário (AZEVEDO, 1982) – e dos sindicatos rurais, com o exemplo da greve de outubro de 1979 dos trabalhadores da cana-de-açúcar (SIGAUD, 1980).

³³ Em relação à superexploração da força de trabalho, podemos afirmar que a atividade canavieira, após a escravidão, sempre se utilizou mecanismos baseados na “maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 2000, p. 125), pela intensificação do trabalho, prolongamento da jornada e expropriação, além do necessário, à reposição da força de trabalho.

As ações coletivas que ocorreram no período de acampamento resultam do tipo de organização difundida pelos movimentos sociais e de uma mudança de atitude do trabalhador rural ou do morador de engenho quanto ao fornecedor de cana ou usineiro, que sempre os dominou culturalmente.

Como no acampamento Chico Mendes a primeira ação coletiva foi a produção de alimentos, o que aconteceu também individualmente, reduziu-se assim a dependência da cesta básica (INCRA/CONAB), aumentou-se a possibilidade de manutenção e de resistência das famílias pela garantia do alimento, além da venda do excedente às feiras e aos mercados locais.

As outras ações coletivas de efeito para mobilizar tanto as famílias como repercutir também na sociedade, realizadas no acampamento, foram a da construção de um viveiro de mudas de plantas da mata atlântica para a revegetação da área, ação está que permitiria dar uma maior abrangência social à preocupação ambiental de recuperação e conservação das matas ciliares e das áreas de preservação permanente destruídas pela produção da cana-de-açúcar, o que por um tempo deu certo, porém, diante das necessidades de conscientização interna, como de orientações educativas e técnicas não houve a coesão das famílias ao objetivo. Como o MST não tem um corpo técnico próprio para dar assistência técnica às famílias acampadas, tais ações necessitam ou da ação voluntária de técnicos militantes, ou das parcerias com entidades governamentais ou não governamentais, o que não houve no momento.

A última e mais importante ação coletiva de efeito surgiu da estratégia de chamar a sociedade para o que estava acontecendo no acampamento Chico Mendes, uma área que só produzia cana-de-açúcar, e que no momento da ocupação estava improdutiva devido à falência da Usina Tiúma, mas que agora produz alimento e abastece as feiras da redondeza. No momento, já existia a decisão judicial de reintegração de posse, que não se cumpria pela mediação negociada do Ministério Público, para garantir a coleta da produção existente, os acampados organizados pelo MST promoveram uma feira e a doação de alimentos no acostamento da BR-408, no dia em que a ocupação completava 1 ano, o que coincidiu com o início da Jornada de Luta do MST 2005, que viria a repercutir com efeito positivo na sociedade, porém com uma pressão maior do Grupo Votorantim para a execução judicial. Jornais de grande circulação em Pernambuco em sua edição diária notificavam:

Feira e doação de alimentos marcam comemoração de um ano de ocupação da Usina Tiúma.

Nesta segunda-feira, as famílias Sem Terra da ocupação Chico Mendes, na Usina Tiúma, em São Lourenço da Mata, organizarão uma Feira da Reforma Agrária em plena rodovia BR-408. Também haverá entrega de alimentos produzidos no acampamento aos motoristas. O evento marca um ano da ocupação, uma das maiores e mais importantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Pernambuco (04/2005).³⁴

Com essa ação estratégica, o acampamento ganhou o apoio da sociedade e se tornou um marco simbólico na luta pela terra no Estado, como ressalta o dirigente estadual do MST na época, o Sr. Alexandre Conceição:

O acampamento Chico Mendes já tem grande simbologia para o movimento em Pernambuco. É muito freqüente a visita de estudantes, movimentos sociais e mesmo dos meios de comunicação. Por se localizar na região metropolitana acaba sendo uma grande vitrine da luta por reforma agrária (04/2005).³⁵

As entidades nacionais e internacionais eram permanentemente mobilizadas para visitar o acampamento. A área foi visitada por representantes da universidade de Haiti, por vários colégios da Região Metropolitana do Recife, por jovens suecos que desenvolviam projetos audiovisuais, por movimentos urbanos ligados a entidades não governamentais, atraídos pela sua proximidade da capital e pela sua história de luta em uma área pertencente a um grupo empresarial econômica e politicamente forte. O que sempre se mostrava em primeiro lugar e com orgulho coletivo das famílias acampadas era a produção agrícola da área, como a roça de macaxeira de Manoel da Kombi, o cuidado com o embelezamento da área do acampamento, como o jardim na entrada da casa de taipa (que eles chamavam de barraco) de dona Gercina, o espaço coberto utilizado como escola, com poucas cadeiras, um quadro e um birô.

Nesse processo de luta de classe e de reconversão social, com a possibilidade de conversão de trabalhadores rurais, ex-moradores – “da rua” eiteiros, parceiros – a assentados rurais, a experiência social das famílias na ocupação do um latifúndio começa a influenciar na sua forma de agir e pensar, na esperança de conquistar uma nova condição social, pois agora as famílias que desafiaram romper com o poder social, econômico e simbólico da dominação social

³⁴ Retirado de relatório de direitos humanos do MST a seu parceiro norte americano, ONG Grassroots.

³⁵ Idem 34.

canavieira veem que não estão sozinhos, que a sociedade pernambucana agora os apoia e isso os encoraja.

No dia 7 de julho de 2005, por pressão do Grupo Votorantim, cumpre-se a ação judicial de reintegração de posse pela Polícia Militar de Pernambuco, o que ocorre de forma pacífica, porém não imediata. Foram 13 horas de negociação para a retirada, pois as famílias resistiram à destruição de seus barracos e plantações. O grupo empresarial utiliza sua infraestrutura de tratores e caminhões tanto para tentar demolir tudo, o que é impedido pela polícia, conforme determina a ordem judicial, como para locomover as famílias que são transferidas para a encosta da BR, ou acampamentos no município vizinho Paudalho.

Para os acampados e o MST, a desocupação da área foi uma verdadeira “ação de guerra”, arbitrária por parte da polícia que impediu o acesso de várias autoridades ao local: deputados estaduais da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado (ALEPE), imprensa, Ministério Público e órgãos não governamentais da sociedade civil. Segundo Amilton relata: *“levemos um despejo com 320 policial, isso aqui virou um campo de guerra”*, o que mostra o medo e o desespero que a ação imprimiu nas famílias.

“O feitiço vira contra o feiticeiro”: o ditado popular cabe bem para explicar a direção que tomou o processo de desapropriação do Engenho São João, pois, depois do despejo, o Grupo Votorantim foi pressionado, com o apoio da sociedade civil organizada, a permitir que o INCRA fizesse a vistoria da área, o que demonstrou que a mesma não cumpria função social. Depois de 8 meses as famílias, agora em menor número, cerca de 310, reocupam a área para não mais sair mesmo com um segundo mandato judicial de reintegração de posse.

A história social do acampamento Chico Mendes culmina com a conquista da terra pelos trabalhadores e suas ações coletivas. O antigo morador de engenho e trabalhador da cana, vai construindo outra identidade. As dificuldades e os desafios são muitos, mas, como eles dizem, a luta continua. Houve uma reconversão produtiva no que diz respeito à posse da terra, e um relativo ganho de autonomia no que se refere à gestão da terra e do trabalho. A mudança das estratégias de reprodução social irá depender das políticas públicas e do intercâmbio social das famílias entre si e com os sujeitos sociais fora da porteira. O assentamento Chico Mendes III mantém a organização das famílias e a relação com o MST. Ganha espaços sociais e políticos com os poderes locais, com as parcerias públicas e privadas, com a autonomia econômica e política para negociar sua produção e desenvolvimento. Exemplo disso é que consegue produzir e

comercializar sua produção, mesmo que seja da forma convencional com a figura do atravessador e limitada à lavoura branca, mas, ao mesmo tempo, busca novas formas de organizar a produção, com a parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, no projeto de transição agroecológica.

A luta pela terra a partir de ocupação de áreas improdutivas quase sempre foi a forma encontrada por camponeses e trabalhadores rurais organizados para a conquista da terra. No entanto, essa página da história social do Brasil, e mais especificamente de Pernambuco, da Zona da Mata, nem sempre tem representado um processo de mudança que transforme as formas de reprodução social, após anos “embaixo da lona preta”, enfrentando os despejos e a ausência de políticas públicas que garantam o básico quanto aos direitos humanos. Vários assentados não veem outras alternativas que produzir cana para as usinas de sua região. Esse não foi o caso do assentamento Chico Mendes III – que se encontra mergulhado na estratégia de diversificar sua produção, primeiramente com a lavoura branca, no período de acampamento, e agora na diversificação mais ampla com a fruticultura e a horticultura, na proposta da agroecologia. É o caso de vários assentamentos existentes no município e em municípios circunvizinhos.

CAPÍTULO 3

3. Diversificação produtiva no assentamento Chico Mendes III: um processo em construção

Com este capítulo, pretendemos explorar, a partir da experiência do assentamento Chico Mendes III, como se tem dado, simultaneamente, o processo de organização social da produção desse espaço social e como os assentados se relacionam com os vários atores sociais externos. Buscaremos entender a ação do Estado como o responsável pela execução da Política Nacional de Reforma Agrária, a ação do MST como um movimento social que organizou as famílias para ocupação e assentamento da área, e outros atores sociais, como é o exemplo do projeto de transição agroecológica executado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Departamento de Educação. Este capítulo pretende analisar as perspectivas e os caminhos da transição de uma cultura dominada pela cana para uma cultura diversificada na mesorregião da Mata, o que podemos chamar de reconversão produtiva do uso da terra e da gestão do trabalho, o que resulta em uma maior autonomia da família assentada e em novas relações sociais.

Vale ressaltar, com referência ao desenvolvimento de assentamentos rurais provenientes da luta pela terra e da política de reforma agrária na mesorregião da Mata pernambucana, dois processos distintos em andamento. De um lado, assentados tornam-se simples fornecedores de cana para as usinas, sendo essa organização produtiva a única forma de manter-se na terra. Por outro lado, mediado por movimentos sociais e organizações não governamentais da sociedade civil, ocorre o processo de reconversão produtiva que tem como base a produção diversificada de alimentos, com graus variados de diversificação, em que aqui se enquadra a experiência aqui estudada. Vemos, portanto, essas duas formas de organização produtiva dos assentamentos de reforma agrária na região canavieira: uma que se caracteriza pela (re) apropriação do espaço rural para a produção da matéria-prima para o complexo agroindustrial canavieiro, ou seja, após a luta pela terra e sua conquista pelos trabalhadores, o capital novamente se apropria do trabalho deles, o que podemos qualificar de “mudar para manter”, e a apropriação do espaço rural para produção de alimentos para o autoconsumo ou a comercialização. Nesse caso, os assentados garantem uma autonomia relativa sobre a gestão de sua terra e do seu trabalho e, assim, constroem uma nova cultura na forma de organizar socialmente sua produção.

A experiência de diversificação produtiva é compreendida por Carvalho (2010) como “modernidade camponesa” ou “campesinato contemporâneo”, em que:

a partir da adoção de conceitos, técnicas e práticas de resgate e sustentação da biodiversidade ecológica sociocultural e dos princípios gerais e da tecnologia da agroecologia, da agricultura orgânica, da homeopatia, das plantas medicinais, dos microorganismos eficientes (EM), da permacultura, da agricultura ecológica, do pastoreio racional Voisin – PRV e diversas outras concepções e técnicas onde se enfatiza a relação harmoniosa e criativa homem-natureza (CARVALHO, 2010, p.13).

São conceitos, técnicas e práticas adotadas por movimentos sociais e/ou organizações não governamentais que preconizam um desenvolvimento social fundamentado na diversificação de culturas e de métodos agroecológicos de produção, o que se diferencia da agricultura convencional ou monocultura, que potencializa a produção não a partir dos recursos internos naturais da propriedade mas com a intensificação do uso de recursos externos. Segundo Carvalho, a agricultura agroecológica tem por fim não somente a dimensão econômica da cadeia produtiva, culminando no acúmulo social do capital, mas abrange as dimensões sociais e ambientais, além da econômica, em que, por fim temos um acúmulo social camponês, como o próprio Carvalho (2010) diz: “*um pouco mais do que a poupança familiar e um pouco menos do que a plenitude da felicidade*” (p. 03), uma situação outra em que cabem novas relações sociais com uma maior autonomia em relação às escolhas e às estratégias de reprodução social.

Fica claro que cada movimento social, e cada organização não governamental, cada instituição pública e privada que persegue a proposta agroecológica tem suas próprias concepções e técnicas, e que as redes e parcerias sociais têm servido para racionalizá-las e torná-las comuns e aceitáveis para sua normatização e para tornarem-se políticas públicas. O seu sucesso depende de fazer interagir o acúmulo social do saberes dos agricultores com as políticas de desenvolvimento rural preconizado pelos governos, movimentos sociais e organizações não governamentais, pois segundo Caporal, *et. al.* (2006):

No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica, na medida em que auxilia na aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenho de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade (CAPORAL *et. al.*, 2006, p. 02).

O assentamento Chico Mendes III, como os vários assentamentos e comunidades rurais da mesorregião da Mata pernambucana que adotaram outro tipo de desenvolvimento diferente da cana, ou da lavoura branca, tem conseguido mudanças socioculturais, socioambientais e socioeconômicas que representam um deslocamento em seu espaço social?

Como ocorrem se dá as estratégias de reprodução social nesse ambiente desprovido de uma política de desenvolvimento sustentável para os assentamentos rurais? Nesses últimos 20 anos (1990-2010), entre a luta pela terra e os projetos de assentamentos, houve mudanças significativas na vida das famílias assentadas?

Que houve uma melhoria de vida para os assentados em relação à sua situação passada, trabalhador da cana ou ex-morador de engenhos, a resposta será positiva, porém, as dificuldades aparecem e são abundantes: estradas, transporte, crédito, habitação, energia, abastecimento de água, produção. Dona Cironia, do assentamento Engenho Frescundim, no município de Gameleira, área anteriormente escolhida para ser estudada, quando inquerida sobre sua vida atual após quase 20 anos de assentamento, com várias conquistas acumuladas, diz: *“A vida hoje tá muito melhor, precisando de melhorar mais né, mas pra quem chegou aqui em 94, meu Deus do céu, agente hoje tá tudo rico (e sorri), tudo rico né”*. O assentamento onde vive dona Cironia, o Projeto de Assentamento (PA) Frescundim, foi desapropriado pelo Fundo de Terras do Estado de Pernambuco (FUNTEPE),³⁶ órgão da esfera pública estadual, que tem como objetivo adquirir terras principalmente de latifúndios devedores do erário público estadual, dividi-los em minifúndios de até 3 hectares e distribuí-los a agricultores familiares na sua maioria posseiros da área. A área pertencia à Usina Estreliana, que continua em atividade na região, porém já enfrentou sérias dificuldades econômico-financeiras e, segundo os assentados de Frescundim, ainda tem uma considerável e antiga dívida trabalhista.

Em 9 de agosto de 1991, o Governo do Estado de Pernambuco³⁷ declara, pelo Decreto nº 15.166, o imóvel Engenho Frescundim de necessidade e utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação. Com uma dimensão territorial de 1.048,03 hectares, conforme o programa, foi dividido em 250 lotes, com 195 lotes destinados ao assentamento de famílias, 2 lotes comunitários, e os demais lotes são destinados à reserva legal. Somente em 2 de junho de

³⁶ O FUNTEPE, hoje se chama ITERPE (Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco).

³⁷ O Governador do Estado no período da desapropriação do Engenho Frescundim era o Sr. Joaquim Francisco Freitas Cavalcanti (1991-1994).

1993 é emitido o mandato de imissão de posse da área, pois sobre o imóvel incide uma hipoteca em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), referente a empréstimo contraído pela Usina Estreliana com o Banco, e há um contrato de arrendamento com 4 fornecedores de cana.

Sendo um assentamento que sempre viveu em busca de infraestrutura social e produtiva necessária, muitas vezes teve na cana sua única forma de reprodução e como a própria Cironia lembra, não vale a pena, às vezes que plantou ficou devendo a usina. Em seu lote de 3 hectares ela planta coco, graviola e roça, tem uma casa porque a conseguiu pelo ProRural – entidade do governo do Estado cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento de pequenos produtores, mas nem todos foram beneficiados com a construção de uma habitação. A grande maioria dos assentados vivem em casa de taipa, em condições precárias. Por iniciativa bem sucedida de um assentado na fabricação de polpa de graviola, o assentamento hoje se especializa na fruticultura e tem 2 fábricas de polpa, uma individual e outra coletiva. A fabricação de polpa como parte da de um processo de reconversão produtiva ainda é uma promessa. A lavoura branca mantém as famílias na área. Atualmente, o PA Frescundim, como outros desapropriados pelo governo do Estado de Pernambuco, está em fase de reconhecimento pelo INCRA (SR03).

Em relação ao assentamento Chico Mendes III, área estudada, com somente 3 anos de desapropriação (2008-2010), é uma área ainda com a mesma estrutura física da época de acampamento, com casas de taipa, sem fossa (o local da agrovila já está definido faltando a liberação do recurso), sem energia elétrica (em fase de estudo pelo programa Luz para Todos), sem escola, pois continua-se a usar o mesmo espaço do acampamento. No entanto há uma maior assistência da prefeitura municipal de São Lourenço da Mata, que liberou professores para as atividades educacionais locais: ensino fundamental do 1º ao 3º ano, educação de jovens e adultos (EJA) e ônibus para o deslocamento dos estudantes dos ensinos fundamental e médio. Também não há água tratada: é utilizada a água de um poço para os serviços domésticos e até para beber, segundo alguns moradores. Em uma análise feita, a água foi reprovada para o consumo humano, o que levou a compra de água mineral para o consumo, enquanto se isola e trata a água do poço.

Os assentados receberam o crédito fomento inicial – modalidade de crédito concedida aos assentados que ainda não acessaram o crédito do PRONAF (Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar) como primeiro incentivo à instalação e à produção. O crédito lhes permitiu comprar alimentação, ferramentas de trabalho, animais e insumos agrícolas.

Além disso, cada assentado de Chico Mendes III adquiriu cabeças de gado bovino, caprino ou equino e sementes (túbera-semente) para o plantio de inhame. Quanto aos animais, os assentados estão sofrendo com o roubo de animais devido principalmente à proximidade da vila de Tiúma. Por outro lado, o inhame está se desenvolvendo bem, com a esperança de uma boa colheita e de um novo produto a integrar o rol de produtos já existentes.

O Sr. Manoel Joaquim de Santana Filho, mais conhecido como Mané da Kombi, foi morador e trabalhador da usina, desde os 7 anos já trabalhava de forma clandestina, aos 13 anos assina a carteira e só parou quando a usina fechou. Ele revela: *“ai foi aonde agente teve a perca, ninguém recebeu nada, entendeu, tô recebendo agora, não deles, mas da mesma terra que eu sofri”, através da reforma agrária, “agora tô recebendo o que eu, meu pai e meus irmãos perderam”*. Mané da Kombi é um exemplo de agricultor para todos na área, vive do que planta e vende, quase não consome o que planta, e revela que desde que acampou até hoje, nunca mais trabalhou para ninguém, construiu sua casa de taipa com um vão, próxima ao local onde planta, onde guarda suas ferramentas de trabalho – enxada, foice, facho, dentre outros objetos, e mantém um fogão a lenha para cozinhar. Sua família mora na cidade e só virá para o assentamento quando sair a habitação. Ele passa o dia no assentamento a cuidar da roça, uma das maiores. Depois do projeto da universidade, sua produção se diversificou, pois antes só plantava a lavoura branca, principalmente a macaxeira. Claramente se sente animado com a presença do técnico, com quem ele mesmo diz que aprende e também ensina.

Esse processo de transição de engenho a assentamento rural proveniente de reforma agrária é parte integrante de processo de mudança social. Por um lado, há uma reestruturação na posse da terra e se buscam possibilidades a partir de novos sujeitos sociais de reestruturar a utilização da terra, um processo não linear, com possibilidade de retornos na configuração econômica do espaço social e a coexistência de diferentes relações sociais de produção, com a participação de diferentes sujeitos sociais. Por exemplo, em relação aos assentamentos de reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco, num mesmo espaço social, ou seja, numa mesma área de assentamento, num mesmo município e na mesma mesorregião, há uma diversidade de estratégias produtivas. Ainda há aquelas áreas dedicadas à produção de cana-de-açúcar, onde a família assentada se configura como um fornecedor de cana, assemelhando-se às relações sociais de produção do antigo “parceiro” ou “foreiro”, sendo que estes últimos, na maioria dos casos, arrendavam a terra do senhor de engenho. Os dois, porém, caracterizam-se

pelo pouco poder para negociar a venda de sua cana, à usina ou ao engenho. Outras áreas são dedicadas à lavoura branca ou ao roçado,³⁸ o que se assemelha ao ex-morador do engenho e à sua prática do cultivo de ciclo curto, para abastecer a família e o excedente para o mercado. As possibilidades de renda são pequenas, pois dependem de um mercado restrito e do atravessador.³⁹ Essas duas formas de uso da terra e de gestão do trabalho é o que podemos qualificar de “mudar para manter”, um processo de reestruturação do espaço social, sem muitas modificações em relação à produção realizada em seus antepassados.

Na mesorregião da Mata pernambucana, ainda há, situações em que o espaço é utilizado para novas culturas – as frutíferas, como a banana, o maracujá, a graviola, o coco, e as hortaliças, frequentado por novos sujeitos sociais provenientes quase sempre de projetos agrícolas, com assistência técnica proveniente de convênios públicos, desenvolvida por entidades estatais, como o IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco),⁴⁰ entidades ligadas aos movimentos sociais, a organizações não governamentais de desenvolvimento rural sustentável para a agricultura camponesa, e a organizações ligada a universidades federais e estaduais. Observamos a presença de técnicos de órgãos governamentais, de técnicos agrícolas de várias entidades, de técnicos pesquisadores das universidades, mas também a presença do atravessador e de novos sujeitos consumidores, como os consumidores de produtos agroecológicos. É o que podemos chamar de “mudar para melhorar”, em que há um verdadeiro esforço de transformação do quê, do como, e do para quem produzir, aparecendo uma nova postura dos consumidores de alimentos. É desse processo de paralelo de reconversão produtiva que surgem novas relações sociais que irão garantir a reprodução social das famílias de modo a gerar renda e novas formas de organizar-se.

A partir de dados preliminares de um diagnóstico da ATES (Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária), em convênio firmado pelo INCRA (SR03) e pela Cooperativa

³⁸ As duas expressões lavoura branca ou roçado são usadas pelos assentados para se referirem ao cultivo de macaxeira, mandioca, milho, feijão, batata-doce.

³⁹ Sujeito social, também conhecido como intermediário, que compra a produção total do agricultor por um preço e a vende por outro a um consumidor, que pode ser final ou não, remunerando-se pela diferença entre preço pago e o preço recebido.

⁴⁰ O IPA foi criado em 1935 sob a denominação de Instituto de Pesquisas Agronômicas, órgão da administração direta do Estado de Pernambuco. Em 1960, foi transformado em autarquia, permanecendo com a mesma denominação, expandindo suas atividades para o interior por meio de uma rede de estações experimentais que lhe foi incorporada. Em 1975, segundo a Lei 6959, foi novamente transformado, recebendo a denominação de Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária, mantendo a sigla IPA. Em consequência da reforma administrativa do Governo do Estado, cujo marco é a Lei Complementar 049, de 31/01/2003, o IPA ampliou sua competência de entidade voltada para a pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços agropecuários ao incorporar as atividades de assistência técnica, extensão rural e infraestrutura hídrica. Fonte: www.ipa.br, em 28/10/2010.

Via do Trabalho, podemos ter um visão do que foi dito acima. O convênio da ATES atende a 45 assentamentos, sendo 43 na mesorregião da Mata pernambucana e beneficia 2.930 famílias. Numa visão geral, preliminar, do diagnóstico que está sendo realizada nas áreas beneficiadas pelo convênio, a cana-de-açúcar está presente em 70% das áreas, acompanhada de perto pela banana e pela macaxeira/mandioca.⁴¹

No município de Moreno dos 3 assentamentos que recebem assessoria do convênio ao PA's Mato Grosso e Jardim plantam praticamente cana-de-açúcar em 100% da área. Já o PA Porção F, mais próximo do perímetro da cidade, dedica-se à lavoura branca. No município de Pombos, região de transição entre a Mata e o Agreste, 3 assentamentos são atendidos pelo convênio: PAs Chico Mendes I (também conhecido como Ronda), Divina Graça e Porteiras I, os dois primeiros com características de Mata. Desses o primeiro dedica-se à produção orgânica, ofertando seus produtos na feira da agricultura familiar da CEASA –PE (Centro de Abastecimentos Alimentar de Pernambuco), no Galpão PRONAF, e na feira agroecológica em Recife. O segundo dedica-se à lavoura branca. Em Amarají, município da Zona da Mata Sul do Estado, são beneficiados pela ATES os PAs Cícero Gomes, Engenho Tapuia, Rinoceronte e Engenho Riachão do Norte. Neles vemos uma grande diversidade de culturas: com chuchu, limão, coco no PA Cícero Gomes; banana no Engenho Tapuia, em todos os PAs a diversificação divide espaço com a lavoura branca e a cana-de-açúcar.

No assentamento Chico Mendes III, antigo Engenho São João, anteriormente dominado pela cana-de-açúcar, uma realidade ainda presente nos engenhos circunvizinhos, identificar-se-ão roçado e a presença do atravessador, a universidade com seus técnicos pesquisadores com experiências de transição agroecológicas e de recomposição das matas ciliares dos dois rios que cortam a área, os rios Goitá e Tapacurá, bem como a presença de militantes do MST. É nesse contexto que se dão as relações sociais atuais de organização social das famílias e dos mediadores que, direta ou indiretamente, interferem nessa organização.

Na passagem de acampamento para assentamento, a organização social dentro da área continua a mesma, ou seja, a divisão das famílias em núcleos de família. No entanto, como estão assentadas 55 famílias, 5 núcleos de família são reorganizados. Essa estrutura vai ser reforçada

⁴¹ Fiz parte deste convênio de outubro de 2010 a março de 2011 (quando o convênio foi suspenso), como coordenador do núcleo 1, num total 4 núcleos, e assim dividíamos as áreas por região: Metropolitana, Litoral Sul, Mata Sul e Mata Norte. No período aplicávamos diagnósticos para conhecimento social, econômico, ambiental e político das áreas assessoradas.

pela criação da associação dos agricultores do assentamento em que os coordenadores dos núcleos de família se configuram como lideranças, e o presidente da associação surge como mais uma liderança nessa organização coletiva. Dona Nenê, presidenta da Associação dos Produtores do assentamento Chico Mendes III, é uma assentada e militante do MST. Não produz em sua área, mas transita com facilidade pelas instituições públicas, municipais, estaduais e federais. É uma referência política no assentamento para as autoridades públicas e privadas. As demais lideranças têm uma maior atuação interna, e assim o espaço coletivo não tem somente uma liderança como em vários assentamentos, mas várias lideranças que interagem na coletividade. É a partir desse tipo de gestão coletiva que a UFRPE implanta o projeto que tem toda uma formatação coletiva de trabalhar e organizar a produção. Os núcleos de família são responsáveis pelo cuidado do viveiro de mudas, ficando para cada núcleo um dia de trabalho.

A realidade atual da produção tomando como dado a observação na área e as conversas com os assentados, se tem o roçado ou lavoura branca culturalmente vinda da época de morador de engenho. As 55 famílias estão assentadas individualmente em lotes por elas escolhidos, pois a terra não está legalmente dividida pelo INCRA. Plantam sua lavoura e vendem seus produtos diretamente nas feiras de Tiúma e de São Lourenço da Mata, ou indiretamente a atravessadores, negociando tanto na forma do produto colhido ou da lavoura em pé, ou seja, não previamente colhida. Observamos a produção diversificada de hortaliças, de macaxeira, inhame, batata-doce, milho, consorciada com o feijão ou a fava, a coleta de frutíferas nativas, como o araçá e o cajá, e a introdução de novas frutíferas, destacando-se a banana e o mamão. Existe uma organização coletiva, a partir de núcleos de família, que prepara mudas para introduzi-las na lavoura, dinâmica que será descrita mais adiante. Esse momento faz parte do projeto de transição agroecológica. Segundo o Professor Jorge Mattos, responsável pelo projeto, requer-se um mínimo de 4 anos para ter um processo de transição agroecológica consolidado, pois a mudança é cultural, e acrescenta que hoje eles já assimilaram como plantar e organizar a produção, mas ainda falta tomar para si, como forma de pensar a vida, esse processo de produzir alimentos saudáveis, tanto para família como para a sociedade. Também existe a necessidade de interação dessa nova forma de produzir e organizar-se com os sujeitos sociais externos, criando relações sociais que representem uma reconversão social nas estratégias de reprodução das famílias. Para o professor, a mudança cultural não quer dizer esquecer tudo e começar de um suposto ponto de partida, mas unir o saber desse agricultor, todo o seu conhecimento sobre o preparo e o trato da

terra, a época do plantio, o conhecimento do clima ao longo do ano, dentre outros, com o saber da proposta agroecológica que, inclusive, considera fundamental o saber anterior mencionado, mas incorporando aí o saber científico multidisciplinar, na busca de um desenvolvimento rural sustentável. Como diz Caporal, *et. al.* (2006) em relação aos saberes que a agroecologia integra:

Ademais, como ciência integradora a Agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no local (CAPORAL, 2006, p. 2).

E mais adiante complementa:

Portanto, a Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas interrelações e mútua influência. Como defendemos neste texto, este novo campo de estudo busca a integração e a articulação de conhecimentos e saberes relativos a diferentes disciplinas e a distintas ciências, que aqui exemplificamos com contribuições vindas da “Física”, da “Economia Ecológica e Ecologia Política”, da “Ecologia e Agronomia”, da “Biologia”, da “Educação e da Comunicação” e da “Historia, da Antropologia e da Sociologia (CAPORAL, 2006, p. 3).

É bom enfatizar, porém, que quando falamos em mudança cultural das famílias assentadas, não se trata de uma mudança que depende única e exclusivamente dessas famílias, pois existe toda a estrutura social da atividade canavieira em volta do assentamento, vivenciada pela sociedade e apoiada pelo Estado, e que por muito tempo fez parte da vida desses assentados. Somente o projeto da universidade capaz de fazer essa mudança cultural? Outras ações nesse sentido têm sido vivenciadas pela sociedade e pelo poder público? E ainda o que a Política Nacional de Reforma Agrária, implantada pelo INCRA nos assentamentos do Estado, tem feito para contribuir com essa mudança? Certamente tal mudança cultural não é tão simples e não pode ser penalizadora para os assentados, caso não seja atingida.

Um dos questionamentos sempre presentes nesse ambiente de mudanças é se haverá efetivamente uma nova realidade reprodutiva que atenda às necessidades das famílias assentadas. Nesse horizonte, os mediadores que reproduzem trajetórias de desenvolvimento social e econômico no campo têm agido com ou sem apoio do Estado a fim de transformar essas propostas produtivas em ações de fato.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em seu Departamento de Educação, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Pernambuco (MST), *“tem a partir da proposta da transição agroecológica organizado os assentados desde a gestão coletiva do trabalho da terra até comercialização de produtos diversificados com a aproximação do assentado ao consumidor final na feira agroecológica, em uma ‘nova’ filosofia de vida baseada novas formas de interação entre produção-natureza⁴² e de interação com a sociedade garantindo sua autonomia,”⁴³* como coloca o projeto em sua justificativa.

O projeto de transição agroecológica é financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e executado pela UFRPE sob a coordenação do Professor Doutor Jorge Luiz Schirmer de Mattos. Na verdade, é um conjunto de projetos do Grupo de Pesquisa em Agroecologia do Departamento de Educação da UFRPE (ver anexo 1). O objetivo geral do projeto é *“aprofundar e ampliar o processo de transição agroecológica no assentamento Chico Mendes III envolvendo a produção e comercialização de produtos de base ecológica e iniciar a reconstrução da paisagem típica da mata atlântica a fim de garantir a soberania alimentar, renda e qualidade de vida as famílias assentadas.”⁴⁴* A partir da pesquisa e da metodologia Camponês a Camponês⁴⁵ pretende implantar 5 Unidades de Referência Agroecológica, uma por núcleo de família, e iniciar a revegetação dos rios Tapacurá e Goitá, tendo em vista o desenvolvimento endógeno e ambiental do assentamento. Os núcleos de famílias, como foi observado no capítulo anterior, vem da forma de organização social das famílias adotado pelo MST no momento em que elas ocupam a terra. As famílias são divididas de

⁴² Jan Douwe Van Der Ploeg (2008) em sua obra sobre Camponeses e Impérios Alimentares, ao analisar os diferentes elementos para a “condição camponesa” coloca a coprodução, ou “à interação e transformação mútua constante entre homem e a natureza viva” (pág. 40), interação essa que interliga os processos de produção e reprodução; e “a construção e manutenção de uma base de recursos auto-controlados” (pág. 42).

⁴³ Jan Douwe Van Der Ploeg (2008) *op cit* também define como elementos da “condição camponesa”: “as relações com o mundo exterior são construídas, mantidas e alteradas de acordo com os repertórios culturais locais (ou economias morais) que se centram na questão da desconfiança e, conseqüentemente, levam à construção de autonomia” (pág. 43).

⁴⁴ Projeto: Camponês a Camponês: uma metodologia para a transição agroecológica no assentamento Chico Mendes-PE.

⁴⁵ O movimento ou metodologia CaC (Camponês a Camponês) surgiu na Guatemala em meados da década de 1970 e se estendeu para o México, Nicarágua, Cuba e vários outros países da América Central e América do Sul (HOLT-GIMENEZ, 2006; HOCDÉ et al., 2000). Trata-se de um processo horizontal de comunicação, geração e transferência de tecnologia, em que os camponeses possuem o papel de protagonista, uma vez que o aporte técnico (intervenção do corpo técnico) ocorre apenas para suprir aspectos que escapam aos olhos dos líderes das comunidades e dos camponeses promotores.

acordo com o número do grupo familiar acampado, em grupos de 10 a 15 famílias, e também de acordo com a afinidade entre as famílias. Essa formação facilita a divisão de trabalho coletivo em atividades produtivas e sociais. Utilizando essa formação, o projeto emprega estratégias metodológicas como: visitas, intercâmbios, mutirões, reuniões, seminários, Unidades de Referência Agroecológica e canais de circuito curto de comercialização. As visitas consistem no deslocamento de agricultores agroecológicos de localidades próximas para falarem de sua experiência, ou do deslocamento de representantes das famílias para as áreas onde agricultores produzem alimentos agroecológicos. As famílias tiveram a oportunidade de conhecer a área do agricultor agroflorestal Paulo Sebastião (Paciência), agricultor do assentamento Serrinha, no município de Ribeirão, Zona da Mata Sul do Estado, assistido tanto pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, organização não governamental que trabalha no desenvolvimento agroecológica para a agricultura familiar das mesorregiões da Mata e Sertão de Pernambuco, como pelo Setor de Educação da UFRPE. O assentamento Serrinha surgiu da luta pela terra, momento em que aparecem as organizações não governamentais de desenvolvimento agroecológico no Estado, como é o caso do Sabiá, liderados por técnicos extensionistas do Centro Josué de Castro no Recife, os quais estudam e experimentam tecnologias, no período inicial chamadas 'alternativas', para a agricultura familiar. No momento desse surgimento, são convidados vários agricultores para iniciarem a experiência das SAFs (Sistemas Agroflorestais). É quando surge o Paciência, que aceita, inicia o experimento e depois adota o sistema em sua área. As visitas consistem no relato da experiência de vida do agricultor agroecológico, quando o agricultor é convidado a deslocar-se até a área das famílias interessadas. O relato é intercalado com perguntas das famílias, mas, se o caso é das famílias se deslocaram até a propriedade do agricultor agroecológico, o relato tem seguimento com uma visita de campo, onde o agricultor mostra suas experiências.

Em relação aos intercâmbios, o assentamento realiza uma ação com o agricultor e estudioso da agroecologia Almir Araújo, que visita as famílias semanalmente em parceria com o projeto. É quando o agricultor extensionista escuta as famílias, suas dificuldades e avanços, e decide em que lote vai caminhar quase sempre com a presença de todos os presentes. Existem também momentos em que o agricultor extensionista caminha pelos lotes com cada família, a ali vai tirando as dúvidas, anotando as dificuldades e propondo experiências e soluções .

Os núcleos de família sempre fazem mutirões para a distribuição de mudas, cuidado com o viveiro de mudas e sementeiras das hortaliças, distribuição do adubo orgânico, o esterco de gado, a ação de preparação de áreas para receber as culturas. Esses mutirões são decididos no coletivo das famílias assentadas e os núcleos de famílias têm a tarefa de indicar a família que ajudará na limpeza do viveiro de mudas, na preparação das áreas coletivas e assim segue, porém, no caso da sementeira de hortaliças, como nem todas as famílias participam desse tipo de produção, os núcleos de famílias decidem entre aqueles que dela participam. As reuniões são semanais e servem para fazer o planejamento da divisão dos trabalhos coletivos, bem como avaliar todo o processo da produção, desde a alimentação familiar até a geração de renda com a comercialização. Os seminários destinam-se a fazer a parte educativa de entender como se dão os fluxos de recursos naturais que entram e saem da produção, debater a partir do saber do agricultor e da contribuição das ciências agrônômicas e biológicas a utilização dos recursos produtivos, bem como as ações sociais de comercialização, atuação na sociedade e busca por políticas públicas. Pretende-se, no final desse momento de transição, garantir e conservar a autonomia relativa na gestão de seus recursos, inclusive a sua força de trabalho e o empoderamento nas suas relações com os mais variados sujeitos sociais.

Até aqui se falou da agroecologia e do processo de transição para atingi-la como um processo de reconversão produtiva que pretende modificar as estratégias de reprodução social, com base na diversificação produtiva, para os trabalhadores rurais e os ex-moradores de engenho, mas o que significa a agroecologia, uma ciência, uma mudança de padrão técnico, um movimento social, um novo modo de vida? Para Carvalho (2008), a agroecologia surge como uma alternativa para a “agricultura moderna”, que tem como princípio a criação de ambientes técnicos e tecnológicos que tornem a produção menos dependente das condições naturais e, por fim, mais produtiva, e seus efeitos danosos externalizados para o meio ambiente e a sociedade, sendo muito mais que uma mudança de padrões técnicos de produção: um novo modo de vida construído a partir do próprio agricultor.

Essa nova prática produtiva não se resume às mudanças no padrão técnico, mas ela pressupõe uma atitude do agricultor face ao processo produtivo e ao seu engajamento na comunidade, no seu território, que passa a incorporá-lo como ator (leia-se: passa a ser sujeito ativo) desse processo. Observa-se não apenas a participação dos agricultores nas ações, mas um entendimento da agroecologia como um novo modo de vida (CARVALHO, 2008, p. 45).

A transição ou conversão agroecológica é um processo que pretende, ao utilizar estratégias produtivas e organizacionais, que os agricultores construam a partir do próprio saber e da introdução de conhecimentos agrônômicos, ecológicos e educativos esse novo modo de vida, essa nova forma de organizar e distribuir a produção.

Desde o primeiro momento, a ideia é as próprias famílias produzirem as mudas de vários tipos de árvores, frutíferas ou não, com a construção de um viveiro de mudas, dentre as quais podemos citar: açaí, nim, abacateiro, cajueiro, acerola, mamoeiro, jaqueira, limoeiro, pitanga, graviola, pinha, que são culturas permanentes, para recuperar a mata ciliar dos rios que cortam o assentamento. As frutíferas a longo prazo farão parte da renda dos assentados. São os 5 núcleos de família que planejam e cuidam do viveiro, decidem que plantas devem ser reproduzidas, plantam, regam, e definem a onde plantar. O viveiro de mudas mede 10m x 5m, e é dividido em 5 fileiras de 2m x 1m. Cada núcleo é responsável por uma fileira e seus membros é que definem aonde vão plantar.

Existe também a sementeira coletiva, onde são preparadas a semente das hortaliças. A sementeira também é organizada pelos 5 núcleos de famílias. Cada um deles define quais as hortaliças que cada família vai produzir e tal decisão depende da demanda da feira agroecológica. Das 55 famílias assentadas, 13 famílias inicialmente se dedicaram à produção de hortaliças, atualmente somente 9 famílias se dedicam às hortaliças e à feira, que representa uma experiência. Há uma previsão de ampliação da produção e dos canais de comercialização, como uma nova feira e vendas a programas governamentais. As demais famílias se dedicam a vários tipos de culturas, principalmente o milho, o feijão, o inhame, a macaxeira, o jerimum, a batata-doce, e também a banana, o mamão, a acerola, o limoeiro, uns diversificando mais, outros menos. O projeto beneficia as áreas com estrutura para irrigação localizada: bombas puxam água do rio e a distribuem através de encanações para os pontos de micro-aspersores. Em vários lugares do caminho que leva as áreas, existem montanhas de estrume para a adubação dos canteiros. Essa estrutura funciona em forma de trabalho coletivo, em que se definem as tarefas no viveiro de mudas, na sementeira de hortaliças, na distribuição e horários de irrigação, na adubação de roças e canteiros, na necessidade dos técnicos para problemas nos tratos culturais. Nas áreas, cada família cuida de sua lavoura, a partir das suas necessidades de geração de renda e consumo. Nessa organização social, participar do coletivo é uma condição necessária para não se estar isolado na comunidade. No entanto, nem o projeto e nem o MST interferem na autonomia do

assentado quanto ao uso da sua área de trabalho. Assim, as escolhas de como participar do projeto e do que produzir é da família.

A necessidade de ocupar a área por inteiro teve como resultado a divisão coletiva, por sugestão do MST, com boa aceitação pelos assentados, mas todos sabem que a solução de dividir a terra por iniciativa coletiva pode ser totalmente alterada na divisão a ser realizada futuramente pelo INCRA. O processo de divisão foi decidido em Assembleia Geral, e por sorteio se decidiu quem ficaria na região de várzea próxima aos rios e nas áreas altas, o que dividiu o assentamento em duas regiões distintas: os que moram próximo à várzea e os que moram nas áreas altas. A divisão da área também mostra a diferença de percepções do coletivo em relação ao processo de reforma agrária, entre o movimento social que os organiza ou contribui para a organização e as ações realizadas pelo INCRA, autarquia pública compulsoriamente responsável pela política de reforma agrária.

A ocupação de todo o espaço foi importante, pois essa área tem sido ocupada e cobiçada por sujeitos sociais externos. Foi o caso da retirada do gado de um fazendeiro que, em algum momento do processo de desapropriação conseguiu uma permissão coletiva para colocar seus animais em um pedaço da área, pois, como a mesma não tinha sido dividida pelo INCRA, era ocupada em espaços bem limitados pelas famílias assentadas. O criador dos animais não quis sair mais da área e o INCRA, como o novo proprietário da área, precisou da Justiça para que a retirada do gado acontecesse. Atualmente, a Prefeitura do município de Paudalho a que também pertence o antigo engenho São João, pleiteia a área para expansão imobiliária, chegando a oferecer aos assentados outras áreas como contrapartida, o que não foi aceito. O caso encontra-se na Justiça Federal, pois a mesma prefeitura diz não ter sido consultada para o processo de desapropriação e tem planos para o uso público da área. Com isso, devido a interesses de sujeitos externos à área⁴⁶ e à morosidade do INCRA, a decisão coletiva com a participação do MST, foi a ocupação de toda a área e a divisão das parcelas entre as famílias, o que pode evitar novos motivos para investidas externas.

O projeto agroecológico em andamento aproveita a organicidade introduzida pelo MST, organização a partir de núcleos de famílias, e utiliza métodos participativos para modificar a

⁴⁶ A aproximadamente a 10 km do assentamento Chico Mendes III, está sendo construído um complexo imobiliário chamado de Arena Capibaribe – um estádio de futebol nos moldes de arena multiuso para a Copa do Mundo de 2014. Além do estádio, o espaço terá hotéis, escolas, parques, *shopping center*, e 9 mil residências. O acesso a esse empreendimento é a BR 408, que está sendo duplicada, a mesma que passa pelo assentamento.

organização social da produção. Ao menos uma pessoa da família participa do projeto, uns parcialmente e outros totalmente engajados. Há situações em que é somente o homem quem dele participa, em outras somente a mulher, e ainda em outras o casal. Isso depende muito de quem da família está de forma permanente trabalhando na área. Antes de serem acampados viviam em bairros urbanos próximos do engenho, em Tiúma, por exemplo, ou outro bairro de São Lourenço da Mata. Como ainda não foram contemplados pela infraestrutura habitacional, existem famílias que vivem entre a casa do bairro e o assentamento, como existem aqueles que se transferiram totalmente para a área, como é o caso de João José da Silva e Severina Maria da Silva, casados, que vivem permanentemente no assentamento, sempre foram agricultores antes de entrar na luta pela terra: ele trabalhava na agricultura e como pedreiro, ela cuidava de casa e foi empregada doméstica. Por não terem residência própria fora do assentamento, resolveram ali ficar permanentemente morando em uma casa de taipa. Seu João faz parte da diretoria da associação, e por isso está bastante integrado nas atividades internas e externas, porém em relação ao projeto, divide as atividades dos núcleos com sua esposa, e acha importante o conhecimento trazido pelo mesmo, como o não uso de agrotóxicos, a importância de proteger as águas e a vegetação.

As estratégias de reprodução social baseadas na produção diversificada e agroecológica partem do conjunto de condições colocadas, e serão determinantes para criar novas formas de se reproduzirem sem alguma ou com pouca relação com as antigas formas da morada (morador de engenho) e com o trabalho na cana.

O que esperamos é que os conhecimentos acumulados que os assentados têm coletivamente compartilhado e apreendido a partir das novas formas de organizar a produção, produzir, comercializar, somem-se e/ou superem as antigas formas baseadas na cana, e esse conhecimento é que determinará a nova condição dos assentados. Essa afirmação faz parte da declaração da assentada Gercina Maria da Costa, quando diz que com o tempo vamos mostrar a sociedade qual a melhor forma de vida e de agricultura, a da cana ou da produção de alimentos. Gercina é uma liderança revelada desde o período de acampamento. Atualmente mora na parte alta, participa das atividades coletivas, dedica-se à produção de hortaliças para a feira agroecológica. Seus filhos vive na cidade e a ajudam. Ela espera que, quando o assentamento receber a infraestrutura de habitação e créditos para a produção, seus filhos possam ir trabalhar com ela na área.

O discurso coletivo da produção que vai à mesa da população, do alimento saudável, da preservação da terra, dos rios, das reservas de mata, tem aos poucos modificado o modo de pensar o espaço rural, e esse discurso está dentro do assentamento, mas também está em fora dele, o que é percebido pelos assentados. Quando inqueridos sobre a percepção, eles reconhecem que a imprensa tem falado mais sobre alimentação saudável, agricultura orgânica, desmatamento das florestas, mudanças climáticas e catástrofes naturais. Como efeito, esse é o mau uso dos recursos naturais. Além disso, eles têm frequentado por seminários locais e encontrado vários agricultores que adotaram práticas agroecológicas em suas áreas. Esses encontros são estratégias das organizações não governamentais nacionais, quase sempre com o apoio de organizações não governamentais internacionais e políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar e da agroecologia, como o PRONAF agroecologia e o PAIS (Projetos Agroecológicos Integrados e Sustentáveis), para a socialização das experiências e a sensibilização dos camponeses que iniciam as práticas agroecológicas. No Recife, já são mais de 10 feiras agroecológicas que ofertam alimentos sem o uso de agrotóxicos, com a redução de impactos aos recursos naturais e que priorizam o bem-estar social dos camponeses. Na Zona da Mata de Pernambuco atuam entidades como: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá que em 4 municípios difunde as práticas agroecológicas a partir da construção coletiva do conhecimento e do fortalecimento das organizações dos camponeses; a Assocene atua na mesma região, implantando o projeto PAIS (Projeto Agroecológico Integrado e sustentável); por sua vez a Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE) age na região ao disseminar experiências agroecológicas a partir de projetos da PETROBRAS.

É bem certo que a importância da comercialização é fundamental para o uso de novas formas de utilizar a terra a partir do trabalho da família, pois as atividades que hoje concorre com elas, e seguem paralelas a elas, oferecem garantia de renda, seja ela sazonal, quando se empregam no período do corte da cana nas usinas, seja permanente, quando estes produzem macaxeira, e somente ela, praticamente, para a venda direta nas feiras locais e venda indireta ao atravessador. A diversidade produtiva faz com que os assentados de Chico Mendes sempre tenham algo a levar para vender na feira agroecológica, um pouco de muitas variedades. O ganho, que eles chamam de apurado, por enquanto é pouco, mas se tem mostrado promissor e viável.

Na feira agroecológica oferecida na cidade de São Lourenço da Mata, todas as sextas-feiras pela manhã, em frente ao prédio de Prefeitura, na Praça da Igreja central da cidade, em 3

bancas, grupos organizados ofertam à população local no mínimo 13 tipos de hortifrutíferas.⁴⁷ O número diversificado de produtos plantados e retirados da área demonstra avanços na forma de organizar o espaço social da produção. Na área próxima ao rio Tapacurá, dividida em 33 lotes de 1 ½ hectare, 9 deles se dedicam à produção de hortaliças, e as demais áreas se dedicam a outras lavouras consorciadas, principalmente a macaxeira. Este espaço se refere aos assentados que ficaram na parte baixa do assentamento, os demais que foram para parte alta não foi necessária está divisão, pois a divisão aqui referida deve-se a melhor utilização da água do rio. Como havia dito anteriormente, essa divisão da área ao logo do leito do rio partiu de uma decisão coletiva sugerida e assessorada pelo MST, amenizando o problema da falta de infraestrutura produtiva e viabilizando a produção diversificada através do projeto de transição agroecológica. Todas as semanas, as famílias, com a presença ou não do técnico responsável pelo projeto, nesse momento, o estudante de engenharia agrônômica Gustavo Silva, decidem sobre as quantidades a serem levadas para a feira. Em cada núcleo de família há um responsável que forma uma comissão da feira para anotar as quantidades de cultura e a quem pertence. Na quinta-feira é o dia da entrega da produção, acomodada em galeias, e transportada na sexta-feira de madrugada até o local da feira. Dona Nenê, presidente da associação, participa de todo o processo de levantamento da produção para a feira, sua entrega pelos assentados na associação, transporte, realização da feira, e prestação de contas. Após a feira e no mesmo dia no final da tarde, os assentados escolhidos para vender na banca dividem por núcleo de família o que foi vendido de cada assentado, e o que sobrou ou boiou, como eles dizem, é dividido entre todos, assim como o frete do transporte. Os produtos da feira são todos tabelados previamente pelos assentados assessorados e pelo representante do projeto.

A experiência da feira tem somente 3 meses. A perspectiva é de sua ampliação com mais barracas e uma maior divulgação no município, além da possibilidade de outra feira agora no campus da UFRPE, no bairro de Dois Irmãos, no Recife. Outras possibilidades discutidas entre os assentados e responsáveis pelo projeto diz respeito às novas formas de escoar a produção por meio de programas públicos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), na modalidade de Compra da Agricultura Familiar com

⁴⁷ As hortifrutíferas ofertadas são: alface (03 variedades), acelga, pepino, coentro e cebolinha, couve, rabanete, rúcula, cenoura, pimentão, tomate, quiabo, maxixe, maracujá, araquá e cajá (nativos), hortelã miúda, capim-santo, alecrim, macaxeira, milho, feijão verde, inhame, batata-doce, mostarda, espinafre.

Doação Simultânea (CPR Doação), em que a CONAB compra uma diversidade de alimentos a serem entregues a instituições governamentais e não governamentais que atendem a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que obriga por lei o município a comprar 30% de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar. Apenas esses dois programas governamentais podem beneficiar cada agricultor com R\$ 13.500,00 por ano, sendo R\$ 4.500,00 do PAA (CPR Doação) e mais R\$ 9.000,00 do PNAE.

As formas de garantir a renda, com o uso da terra, da força de trabalho e da venda da produção podem ser determinantes para o processo de reconversão produtiva, para o retorno às formas antigas de utilização da terra e do trabalho, quando sabemos que há um limite no coletivo para expandir as formas de escoar a produção. Esse limite vai depender do relacionamento com os sujeitos externos, nas redes sociais e nos mercados, correndo-se o risco de, por um lado, mudar toda forma de organizar a produção e produzir, porém manter as formas de entregar a produção.

Nos lotes em que se plantam hortícolas, observamos que a experiência com a maioria das variedades de hortaliças plantadas é pouca, e com isso o dia a dia e a presença do técnico do projeto, Gustavo Silva, tem sido de fundamental importância. Em quase todas as parcelas as mudas de frutíferas estão plantadas e esperamos que essas áreas se tornem verdadeiros pomares. No lote do assentado Julio Francisco de Fontes, as mudas estão plantadas no meio aos canteiros das hortaliças, e as árvores da vegetação nativa, as bananeiras e os mamoeiros, já crescidos, juntam-se no meio do seu roçado. Na área onde ele planta há uma pequena casa de taipa, pois é ali que ele guarda o material de trabalho. A sua outra casa é no acampamento. Todos os dias ele se desloca para sua área de produção, a fim de cuidar de sua lavoura, sempre em companhia dos três cães que possui, e diz que, onde ele estiver, eles sempre estão. Vive no assentamento, mas a família vive nos bairros da periferia. Participa da feira agroecológica e produz lavoura destinada a venda direta e indireta.

Na parcela da assentada Leni da Silva, outra antiga liderança de núcleo de família, o sítio “Sonho Meu” (placa fixada na entrada do seu lote), a lavoura, canteiros de hortaliças e as mudas plantadas recebem o tom de várias plantas de jardim, o que produz um colorido animador. Ajeitando a entrada de sua parcela, diz: *“é pra quando eu comprar meu carro, por isso, que o nome do sítio é sonho meu”*. A frase surte um efeito positivo em relação às mudanças ocorridas, ainda mais quando percebemos em dona Leni uma liderança na sua forma de participar, com

opiniões e posicionamentos fortes. Na época de acampamento, ela produzia artesanato a partir da reutilização de papelão comprado de catadores. Atualmente, vive quase que exclusivamente da sua lavoura, participando da feira agroecológica.

Em geral, as famílias do assentamento vivem em barracas de taipa com, no máximo, três cômodos, e têm uma relação bem próxima dos bairros urbanos das cidades de São Lourenço da Mata e Camaragibe, relação essa de parentesco. Alguns possuem um barraco ou casinha, como eles mesmos dizem, na cidade e por estar próximos do comércio, postos de saúde, escolas e terem energia elétrica, proporcionam um bem estar relativo maior que no assentamento. A família continua dividindo-se entre dias no assentamento e dias na cidade. A renda familiar vem principalmente da venda da produção para grande maioria das famílias acompanhadas por este estudo, mas também vem das transferências públicas, como aposentadoria, que são poucas, bolsa-família, em sua maioria, da ajuda da família, quando se tem filhos jovens ou adultos que moram e trabalham na cidade, e trabalho acessório⁴⁸, do corte de cana, do trabalho em obras civis de pequeno e grande porte, em que o assentado vende a sua força de trabalho fora do assentamento, o que lhe garante assim uma renda a mais. O dia a dia dos que vivem direto no assentamento está no trabalho na roça, nas reuniões dos núcleos de famílias, seja do projeto, seja da organização social, nas aulas do curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), sempre no final das tardes, e na venda da produção nas feiras locais.

Para os assentados, a presença do MST como um mediador para o desenvolvimento social durante a luta pela terra e agora no desenvolvimento do assentamento, trouxe avanço para as famílias com a construção de formas coletivas de organização social do espaço, bem como a resolução de conflitos externos e internos, como o caso da disputa jurídica com o ocupante criador de gado e com a prefeitura de Paudalho, ou problemas relacionados a comportamento que ultrapassam o que foi acordado coletivamente. A cultura política coletiva ensinou que o problema deve ser discutido no grupo, isto é, nos núcleos de famílias ou nas assembleias dos assentados, até o esgotamento, ou seja, a solução coletiva do quer fazer em relação ao problema. Quando questionados sobre o aprendizado na participação no MST, muitos dizem que foi aprender a trabalhar coletivamente e a necessidade de organizar-se para conseguir seus direitos.

⁴⁸ Em relação ao trabalho acessório, ver os elementos estruturais da produção camponesa em OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária, FFLCH, 2007.

Essa nova cultura política trazida pelos mediadores externos e assessorada por eles difere bastante do isolamento de alguns assentamentos, onde se acumulam problemas internos entre os assentados, e outros externos, de difícil solução, a exemplo, do convênio de ATES da Via do Trabalho, no caso o PA Camarço, no município Jaboatão dos Guararapes, onde conflitos internos dividiram a comunidade em duas associações, e o PA Santa Rosa, onde os conflitos internos têm inviabilizado a própria assessoria técnica. Nas decisões e procedimentos coletivos, tanto na organização dos núcleos como na execução do projeto de transição agroecológica, os conflitos surgem, necessitando quase sempre de uma ação da liderança regional do MST, ou do representante da universidade, para mediar o conflito. O MST, a partir dos núcleos de famílias, tenta criar um regimento interno não formal para garantir a organicidade. No caso do projeto, foi criado um regimento interno para a produção e a comercialização agroecológica, formalizado pelos assentados na Assembleia Geral, bem como normas a serem adotadas.

Esses conflitos de caráter individual ou coletivo permitem crer que o processo de transição para novas relações sociais levará bastante tempo, mas a presença dos sujeitos mediadores adquire uma importância relevante. Para o assentado Julio, o que tem atrapalhado um pouco o desenvolvimento do assentamento são as brigas internas. Quando se lhe pergunta o porquê, diz: *“por nada, qualquer coisa é motivo para intriga, mas quando você ver o motivo, não existe, ou uma besteira, ou a pessoa fez diferente de como o coletivo acertou, daí tem que dá mão a palmatoria”*.

Os conflitos internos e externos não são realidades exclusivas desse processo de reconversão produtiva que tem acontecido no assentamento Chico Mendes. Segundo Araújo (2005), as relações sociais geradas no período de luta pela terra diferem das relações sociais de construção do projeto de assentamento, de relações solidárias para relações tensas, ao analisarmos os sujeitos e as relações de poder na construção do PA Zabelê. Da mesma forma, Fiamengue (2002), ao descrever o processo de constituição do Núcleo IV do assentamento do Horto de Silvânia, no município de Motuca, Estado de São Paulo, afirma: *“É ingenuidade pensar que sujeitos provenientes de um sistema altamente competitivo, como o do corte da cana, possam aceitar e realizar sem problemas, uma produção coletiva.”* Os sujeitos mediadores envolvidos ou a serem envolvidos nesse processo devem *“compreender que as histórias de vida e os processos vivenciados pelos sujeitos não podem ser esquecidos ou simplesmente negados, quando da implantação de projetos de assentamentos humanos”* (p. 182).

O desenvolvimento do assentamento descrito neste trabalho considera que ali existe um processo de reconversão produtiva, um deslocamento nos espaços social e produtivo. Antes os trabalhadores rurais nos canaviais ou os ex-moradores de engenho tinham relações sociais com a usina e muito pouca com outros atores externos. Agora, possuem terra e autonomia quanto a gestão da terra e do trabalho, como também de um acúmulo social que vem do saber do agricultor, da relação social com os mediadores, o MST, surge uma cultura política coletiva, e com a UFRPE, a partir do projeto de transição agroecológica, surge a diversificação produtiva e outra configuração do espaço produtivo. Ambos contribuindo com a ampliação das relações sociais com atores externos, agora não só o atravessador, mas também com o consumidor final, os órgãos do poder público – municipais, estaduais e federais com outros agricultores, por meio do sindicato rural, do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável, com fóruns e redes, encontros e seminários. Há novas relações sociais que são fruto da reconversão produtiva que transformou a terra de cana em terra de agricultura, trabalhadores rurais e moradores de condição em camponeses contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se olharmos para a realidade da mesorregião da Zona da Mata e da Região Metropolitana do Recife após 20 anos, de 1990 a 2010, na perspectiva da reconversão produtiva nas áreas de assentamento rural provenientes da Reforma Agrária, em sua maioria também da luta pela terra, geradas pela crise regional do complexo agroindustrial sucroalcooleiro que culminou com a crise social, com o desemprego em massa de trabalhadores da cana, e pela crise fundiária, com a redução ou o abandono da atividade canavieira em muitos engenhos de usinas e fornecedores de cana, o que tornou muitas dessas áreas improdutivas e aptas a ser reivindicadas para a Reforma Agrária, veremos 126 projetos de assentamento criados pelo INCRA (SR-03), em pouco mais de 73.000 hectares de terra, assentando aproximadamente 7.500 famílias, e 44 projetos de assentamento criados pelo governo do Estado, em pouco mais de 17.000 hectares, assentando 2.710 famílias por meio do Projeto Renascer⁴⁹ e do FUNTEPE (hoje ITERPE) (INCRA 2004).

A partir desse olhar, ainda se mantêm, na região terras concentradas pelas usinas e pelos fornecedores de cana. Qual a importância dessa mudança na estrutura fundiária de mais de 80.000 hectares de terra, hoje sob o poder de famílias assentadas, e como a Reforma Agrária foi capaz de reverter a cultura canavieira por outras formas de cultura baseadas na diversificação produtiva? Mesmo sem dados concretos sobre o que representam estes assentamentos em relação à sua produção, a resposta é dispomos apenas de dados preliminares, e não publicados dos movimentos sociais e das organizações não governamentais atuantes na região. Uma parte considerável dessas famílias assentadas dedicam-se à produção da cana-de-açúcar para entregá-las às usinas e até mesmo a fornecedores de cana, que agem aqui como um atravessador. As demais dedicam-se à banana, principalmente na Zona da Mata Norte, e a lavoura branca – macaxeira, mandioca, feijão, milho, batata-doce. Também há uma maior diversificação da produção, quando se introduz a fruticultura e a horticultura, e é no interesse desta última configuração que estudamos a possibilidade de em algumas áreas de assentamento no Estado existir um processo de reconversão produtiva que vai além da substituição de culturas agrícolas e de inovação da atividade agropecuária, mas que altera as relações sociais entre as famílias

⁴⁹ O projeto Renascer utilizou recursos do Projeto de Cédula da Terra, que em 2002 foi substituído pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e empréstimos internacionais.

assentadas participantes desse processo junto com outros atores sociais, mediadores do processo de mudança social ou novos agentes externos que passam a se relacionar.

Podemos perguntar-se, na perspectiva da reconversão produtiva no assentamento Chico Mendes III, área estudada, levando em consideração a sua história social vivida até o momento, podem ser identificados desde o período de luta pela terra no acampamento até este momento de diversificação produtiva com a proposta da agroecologia, um acúmulo social que inclui novos valores simbólicos, novas relações sociais internas e externas ao assentamento, autonomia relativa à gestão do trabalho e da terra?

Certamente, é difícil de responder a essa pergunta somente a partir deste trabalho, ou de qualquer outro trabalho acadêmico pelo curto espaço de tempo. Talvez o projeto de transição agroecológica que existe há dois anos possa responder ou necessitaria de mais alguns anos para realmente dar sua opinião. Se perguntarmos aos militantes do MST que viveram desde a primeira ocupação da terra, talvez a resposta seja sim, há um processo de reconversão produtiva, porém, a resposta passa mais pelo desejo de que aconteça do que pela realidade de fato existente.

Enquanto pesquisador, que tive de ser durante o período de quase um ano, e levando em consideração, não por acaso, o ter acompanhado toda a luta pela terra até a conquista e seu desenrolar nas conversas com amigos e militantes do MST, a partir de visitas a própria área, não como pesquisador neste momento, posso arriscar que as famílias assentadas no PA Chico Mendes III estão em um processo de transição social, talvez possa dizer dessa forma, com um acúmulo social de tudo o que viveram durante o período, e carregando ainda bastante do que por muito tempo viveram como trabalhadores da cana ou como moradores de engenho.

A hipótese que neste trabalho propus, de que haverá transformações nas relações sociais na transição das condições de reprodução social do trabalhador canavieiro e ex-morador de terras de engenho ou de usina para as condições de reprodução social do assentado – no médio e no longo prazo, parte da reflexão de que a luta pela terra por si só já imprimiu mudanças importantes, mesmo se sabendo que isso não é suficiente, em alguns casos, para transformá-los em produtores de alimento. Por ora são fornecedores de cana ou se limitam à lavoura branca, como se estivessem vivendo como moradores de engenho, porém, sem a condição ou obrigação imposta pelo proprietário.

Ao refletirmos sobre a transição de trabalhador da cana ou de ex-morador para assentado, culminando em um processo de mudança produtiva e social vale, podemos salientar dois pontos

importantes: o primeiro, que os governos, Federal e Estadual, nunca colocaram em sua agenda a questão agrária como uma questão prioritária e legal, mesmo possuindo instrumentos legais que os permitissem avançar. Sempre se viram pressionados pelos donos do latifúndio e pela agricultura capitalista, hoje conhecida como agronegócio. A Reforma Agrária sempre serviu para resolver conflitos no campo, a exemplo de Pernambuco, e no período estudado, para amenizar os efeitos trazidos pela a crise regional do complexo agroindustrial sucroalcooleiro. Quanto ao Brasil, eis o que afirma, com bastante propriedade, Bergamasco:

É importante, então, atentar para o fato de que no Brasil a implementação dos assentamentos não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da primeira metade dos anos 80 (BERGAMASCO, 1996, p. 09).

Em Pernambuco, programas governamentais serviam muitos mais para aliviar as crises periódicas na região da Zona de Mata do que para resolver a situação social da população. O Programa Chapéu de Couro, que concede uma renda mínima aos trabalhadores da cana no período da entressafra, foi utilizado também para garantir uma renda mínima aos trabalhadores rurais desempregados. O Programa Terra e Comida, utilizado para assistir os trabalhadores rurais desempregados, concedia-lhes um pedaço de terra, de no máximo 3 hectares, terra de usinas devedoras do erário público. Atualmente, além do Programa Chapéu de Couro que garante na entressafra renda mínima para a força de trabalho canavieira necessária para a safra da cana, vamos ter as garantias de safra e de crédito voltadas para os pequenos fornecedores de cana, incluindo entre esses as famílias assentadas, somando-se ainda o Bolsa Família garantido pelo Governo Federal. Trata-se de verdadeira força assistencialista capaz de manter por muito tempo as relações sociais existentes.

Enquanto isso, o INCRA revela-se incapaz de fazer o que sua missão propõe a Reforma Agrária e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. A realidade mais frequente, encontrada nos assentamentos em Pernambuco é a falta de infraestrutura social básica para uma família viver. O assentamento Chico Mendes III, há dois anos espera o crédito habitação, além da energia elétrica, do saneamento ambiental básico, dentre outras necessidades e direitos.

O segundo ponto da reflexão diz respeito à importância dos mediadores, tanto na luta pela terra, como os movimentos sociais, como no desenvolvimento das áreas, que no caso do

assentamento Chico Mendes III, isso está sendo realizado pela UFRPE, Setor de Educação, por meio de projeto financiado pelo CNPq. Nesse caso bem específico, a conquista da terra, a partir da ocupação, da resistência, da ação política e coletiva das famílias organizadas pelos movimentos sociais, não seria suficiente, e no conjunto da luta pela terra, isso não tem sido suficiente para garantir uma mudança nas relações sociais de produção preconizada por esses movimentos. Somente a partir do interesse da universidade, como parceria na implantação do projeto de transição agroecológica, é que vimos ser possível imprimir um desenvolvimento que represente no médio e no longo prazo um processo consolidado de reconversão produtiva.

Enfim o assentamento Chico Mendes III tem mostrado algo socialmente novo, um novo que passa pelas relações sociais de produzir, organizar-se e interagir. Queremos aqui qualificar esse novo como um processo de transição para uma reconversão social e produtiva, ou de “modernização camponesa”, como diz Carvalho (2010). Porém, estudos mais aprofundados e específicos sobre a área poderão ser capazes de revelar os caminhos possíveis a ser trilhados pelas famílias assentadas. Esse trabalho vale como um esforço de compreensão da realidade vivenciada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, G. L. de. **A reforma agrária em Pernambuco – uma análise da Zona da Mata**. Editora Nossa Livraria – Recife – 2008.

ANDRADE, M. C. de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

_____. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª edição revisada e aumentada. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ARAÚJO, S. G. de. **Assentamentos rurais: trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política**. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2005.

BERGAMASCO, S. M. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

_____. **O poder simbólico**. 2 ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A., PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília (DF), abril 2006.

CARVALHO, C. X. de. **Agroecologia, movimento social e campesinato no Agreste da Paraíba**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande, 2008.

CARVALHO, H. M. de. **Na sombra da imaginação (1): reflexão a favor dos camponeses**. Curitiba, abril de 2010.

_____. **Na sombra da imaginação (2): a recamponesação no Brasil.**

Curitiba, maio de 2010.

CUNHA, L.H. **Sobre o conceito de reconversões.** In: I Seminário do Projeto Políticas Públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no nordeste brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano, Campina Grande, UFCG, 2009.

DOWBOR, L. **A formação do capitalismo dependente no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

FIAMENGUE, E. C. **Histórico dos assentamentos.** In: Sociologia rural: questões metodológicas emergentes / Dulce C. A. Whitaker. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

GNACCARINI, J. C. **A economia do açúcar processo de trabalho e processos de acumulação.** O Brasil republicano, Volume 1: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (p. 309-344).

GÖRGEN (ofm), Frei S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa.** 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. www.ibge.gov.br (página visitada em 05 de outubro de 2011).

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **II Plano regional de reforma agrária de Pernambuco.** MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA – Superintendência Regional de Pernambuco (SR-03), 2004.

LEVINE, R. **Pernambuco e a federação brasileira, 1889-1937**. O Brasil republicano, volume 1: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (p. 122-151).

MALAGODI, E. A. & MENEZES, M. A. de. **Reconversões produtivas no Brejo Paraibano: das usinas aos assentamentos rurais**. Proposta de artigo (em versão preliminar) para o Livro do Projeto “DIVERSIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO NORDESTE DO BRASILEIRO”, UFPE/UFRN, 2010.

_____. **Camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência**. Versão preliminar, IPODE, 2010.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.

MEDEIROS, R. B. de. **Reforma agrária no papel: legislação x aplicação**. Recife: Editora LivroRápido, 2003.

MENEZES, M. A. de, MALAGODI, E. A., MOREIRA, E.R. **Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano**. Texto apresentado no Seminário Internacional “Segurança alimentar e segurança energética: estratégias da expansão da produção de alimentos e de biocombustíveis na Europa e no Brasil”. CPDA/UFRRJ – LÉCOLE desHautesEtudes em Sciences Sociales, Rio de Janeiro, 21 a 23 de outubro de 2009.

MENEZES, M. A. de & WOLFORD, W. **A Economia moral em movimento: relações sociais e a produção de cana em Pernambuco**. GT21 - Ruralidade contemporânea: desafios e perspectivas. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25 a 29 de outubro de 2005.

MINAYO, M. C. de S. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta.** In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Ricardo Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 29 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Cap. 03, p. 61-77.

MOREIRA, E.R., TARGINO, I., MENEZES, M.A. e CASTRO, E.G. Impactos sócio territoriais e econômicos da reforma agrária na zona canavieira do Nordeste. 2001.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A fome de cana e a luta pelo amanhã.** Realização: Brigada de Audiovisual da Via Campesina – Brasil, Coprodução: Triângulo filmes, Novembro, 2007.

NEVES, D. P., SILVA, M. A. de M. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, volume 1: formas tuteladas de condição camponesa.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

PALMEIRA, M. & LEITE, S. **Mancha Canavieira Nordestina (Paraíba, Pernambuco e Alagoas).** Pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária CPDA-UFRJ/NuAP- MUSEU NACIONAL-UFRJ- Convênio NEAD/IICCA/REDES, período: janeiro 2000 a Dezembro 2001.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porta Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ROSA, M. C. **O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco.** Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, P. S. M. B. dos. **A aplicabilidade dos conceitos bourdieunianos de *habitus* e campo em uma pesquisa na área da história da educação.** Dialogia, São Paulo, v. 6, p. 49-54, 2007.

SAWAYA, R. **Subordinação consentida: capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

SCHWARZ, A. **Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa.** Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 02, nº 01, 1990.

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária.** Coleção Primeiros 18 Passos. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

STEDILE, J. P. & FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

VALE, D. C. do. **Reengenharia da cadeia produtiva da cana-de-açúcar em Pernambuco.** Recife: SEBRAE, 1995.

WANDERLEY, M. de N. B.. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ANEXOS

Anexo 01 – Projetos do Grupo de Pesquisa em Agroecologia, departamento de Educação – UFRPE.

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III

► Programas e Projetos

Programa/Projeto	Coordenador (a)	Participantes	Período	Situação
1. Transição agroecológica no Assentamento Chico Mendes - PE (Pesquisa – CNPq)	Jorge Luiz Schirmer de Mattos	Jorge Roberto Tavares de Lima, José Nunes da Silva, Paulo Cesar Oliveira Diniz, Albérico Freitas Magalhães, Gustavo Silva Carreiro de Souza.	2008-2010	concluído
2. Camponês a camponês: uma metodologia para a transição agroecológica no assentamento Chico Mendes (Pesquisa – CNPq)	Jorge Luiz Schirmer de Mattos	Guillermo Gamarra Rojas, Jorge Roberto Tavares de Lima, José Nunes da Silva, Paulo Cesar Oliveira Diniz, Almir Costa de Araújo, Flávio Duarte da Fonseca, Jones Pereira, Juvenal Severino Pereira, Marcelino Bezerra de Lima	2009-2011	em andamento
3. Monitoramento da Transição Agroecológica no Assentamento Chico Mendes III – PE (Pesquisa - FACEPE: BFP – 0001 – 5.01/10)	Guillermo Gamarra Rojas (Bolsista BFP)	Jorge Luiz Schirmer de Mattos (Orientador)	2010-2011	em andamento
4. Monitoramento da Transição Agroecológica no Assentamento Chico Mendes III – PE (Pesquisa - CNPq)	Guillermo Gamarra Rojas	Jorge Luiz Schirmer de Mattos	2010-2011	em andamento
5. Planejamento e desenho de unidades de referência agroflorestal: aliando produção e preservação ambiental (Extensão – PRAE/UFRPE)	Jorge Luiz Schirmer de Mattos	Reinaldo Ferreira de Oliveira	2010	concluído

<p>6. Transição Agroecológica no Assentamento Chico Mendes III: educação ambiental e revegetação das margens dos rios Goitá e Tapacurá (Extensão – PROEXT 2010/MEC) Projeto 1:Revegetação das Margens dos Rios Goitá e Tapacurá; Projeto 2: Educação Ambiental na Escola do Assentamento Chico Mendes III.</p>	<p>Jorge Luiz Schirmer de Mattos</p>	<p>Ana Maria DubeuxGervais, Guillermo Gamarra Rojas, Jorge Roberto Tavares de Lima, Paulo Cesar Oliveira Diniz, Daniel Menezes de Carvalho, DanyellyCrystyne Sena de Araújo, Elizabete Buonora de Souza Lira, Nathalia Andressa Pereira de Moraes, Wayse Maria de Siqueira, José Nunes da Silva, Eliane Conceição Rojas de Andrade.</p>	<p>2011</p>	<p>em andamento</p>
<p>7.Circuitos curtos de comercialização: da produção a feira agroecológica (Extensão – PRAE/UFRPE)</p>	<p>Jorge Luiz Schirmer de Mattos</p>	<p>Guillermo Gamarra Rojas, RenataCelly Araújo de Negreiros.</p>	<p>2011</p>	<p>em andamento</p>
<p>8. Desenho, implementação e socialização de resultados do monitoramento participativo da sustentabilidade em agroecossistemas do Assentamento Chico Mendes III (Extensão – PRAE/UFRPE)</p>	<p>Guillermo Gamarra Rojas</p>	<p>Jorge Luiz Schirmer de Mattos, Givson Silva de Oliveira, Gustavo Silva Carreiro de Souza.</p>	<p>2011</p>	<p>em andamento</p>
<p>11. Monitoramento de ocorrência de artrópodos e microorganismos na área do Assentamento Chico Mendes III (Estágio Supervisionado – UFRPE)</p>	<p>Maximiliano Diogo (ESO)</p>	<p>Jorge Luiz Schirmer de Mattos (Supervisor) Guillermo Gamarra Rojas (Orientador)</p>	<p>2011</p>	<p>em andamento</p>
<p>10. Uma ação interdisciplinar junto ao assentamento Chico Mendes III, São Lourenço – Pernambuco (Extensão – PRAE/UFRPE)</p>	<p>Jorge Roberto Tavares de Lima</p>	<p>Laurileide Barbosa da Silva, Maria Zênia Tavares da Silva.</p>	<p>2011</p>	<p>em andamento</p>

Anexo 2 – Relação de beneficiários do assentamento Chico Mendes III

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SR (03)
 Divisão de Suporte Operacional – SR (03)/O

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA
 RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS – RB

Projeto: PE0382000 – PA CHICO MENDES III			Município: SÃO LOURENÇO DA MATA			
			Data: 27/01/2009			
Código	Nome do beneficiário	Data homologação	Documento de identificação			
			Tipo	Número	Órgão emissor	CPF
PE038200000048	ALBANIZE MARIA DA CONCEIÇÃO	18/12/2008	Carteira de identidade	4785848	SSP/PE	022.491.174-03
PE038200000051	ALCILENE MARIA PEREIRA	18/12/2008	Carteira de identidade	4735949	SDS/PE	898.562.874-72
PE038200000036	ALECSANDRA MEDEIROS DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	5383459	SSP/PE	036.041.494-01
PE038200000040	ALICE SEVERINA DE MELO	18/12/2008	Carteira de identidade	1263759	SSP/PE	415.454.194-34
	Cônjuge					
	JOÃO AMARO DA SILVA		Carteira de identidade	360778	SDS/PE	090.866.764-72
PE038200000031	ANA CRISTINA DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	5928584	SSP/PE	065.558.364-58
	Cônjuge					
	VALTER FRANCISCO DA SILVA		Carteira de identidade	3959427	SSP/PE	621.454.014-15
PE038200000047	ANA CRISTINA GONÇALVES DE MORAIS	18/12/2008	Carteira de identidade	2802809	SDS/PE	433.664.304-00
PE038200000006	ANGELITA FERREIRA SERAFIM	18/12/2008	Carteira de identidade	4778221	SSP/PE	079.121.004-90
	Cônjuge					
	JOÃO MARIANO SERAFIM		Carteira de identidade	1665503	SSP/PE	642.132.264-68
PE038200000042	CECÍLIO PEDRO DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	1643680	?	040.404.174-45
PE038200000005	CICERA MARIA DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	1546790	SDS/PE	712.729.094-68
	Cônjuge					
	JOSE SEVERINO PAULINO DA SILVA		Carteira de identidade	913117	SDS/PE	651.747.714-49
PE038200000002	ELECY ALVES GOMES	18/12/2008	Carteira de identidade	3744995	SDS/PE	024.285.194-09
	Cônjuge					
	ANTONIO FERNANDO CORREIA DOS SANTOS		Carteira de identidade	145388	SDS/PE	172.587.904-20
PE038200000045	ELIZABETE JOSE DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	3298675	SSP/PE	571.785.774-87
PE038200000010	ENILDA SILVA DE MELO	18/12/2008	Carteira de identidade	2459302	SSP/PE	767.302.474-87
	Cônjuge					
	JOAO BERNARDO DE		Carteira de	1360352	SDS/PE	124.505.454-68

	MELO		identidade			
PE03820000009	ESMERALDA LUZINETE DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	3652751	SDS/PE	620.284.994-00
PE03820000004	EXPEDITA ALVES DE OLIVEIRA	18/12/2008	Carteira de identidade	8125471	SDS/PE	045.458.364-88
Cônjuge	ANTONIO BENTO DE OLIVEIRA		Carteira de identidade	7837403	SDS/PE	793.650.434-68
PE03820000021	GERCINA MARIA DA COSTA	18/12/2008	Carteira de identidade	1801942	SSP/PE	558.912.764-53
PE03820000023	GILVANISE PEREIRA SOARES	18/12/2008	Carteira de identidade	4816323	SSP/PE	949.341.344-68
Cônjuge	HAMILTON DIAS DE OLIVEIRA		Carteira de identidade	?	?	?
PE03820000041	HILDA JOAQUINA DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	3988144	SSP/PE	743.254.184-15
Cônjuge	LUIZ LOPES DE ARAÚJO		Carteira de identidade	703913	SSP/PE	168.951.184-20
PE03820000028	IRACEMA MARIA DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	1645013	SSP/PE	243.874.104-00
PE03820000032	IRANEIDE CORREIA TRAJANO	18/12/2008	Carteira de identidade	4181523	SSP/PE	622.780.454-15
Cônjuge	JOSE INACIO DA SILVA		Carteira de identidade	850092	SSP/PE	235.641.644-72
PE03820000024	JERONIMO MIGUEL DA MONICA	18/12/2008	Carteira de identidade	4980875	SDS/PE	477.235.994-04
PE03820000054	JOÃO CORREIA DE MENDONÇA	18/12/2008	Carteira de identidade	368995	SSP/PE	110.77.434-91
PE03820000037	JOÃO JOSÉ DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	7365496	SDS/PE	014.488.884-09
PE03820000052	JOSE DIAS DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	1201346	SDS/PE	180.768.824-00
PE03820000055	JOSE GUILHERMINO DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	475631	SDS/PE	103.312.554-72
PE03820000044	JOSE PEREIRA DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	3661494	SDS/PE	620.657.507-72
PE03820000043	JOSEFA BARBOSA DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	2624457	SDS/PE	653.600.954-15
PE03820000033	JOSEFA FERREIRA DE FRANÇA	18/12/2008	Carteira de identidade	4253388	SSP/PE	764.384.304-04
Cônjuge	JOSE MUNIZ DE FRANÇA		Carteira de identidade	532779	SDS/PE	275.760.514-34
PE03820000018	JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA	18/12/2008	Carteira de identidade	1596643	SSP/PE	459.193.564-72
Cônjuge	JOSE AMARO		Carteira de	891150	SSP/PE	080.368.294-87

	JANUARIO		identidade			
PE03820000026	JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO SERAFIM	18/12/2008	Carteira de identidade	5566702	SSP/PE	076.082.634-07
Cônjuge	JAIME ANTONIO SERAFIM		Carteira de identidade	3232971	SSP/PE	831.905.114-20
PE03820000008	JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	4504441	SSP/PE	867.136.804-10
Cônjuge	JOAO RUFINO DA SILVA		Carteira de identidade	1888385	SDS/PE	331.277.354-72
PE03820000029	JOSEFA MARIA DE SANTANA	18/12/2008	Carteira de identidade	3846549	SSP/PE	711.737.904-97
Cônjuge	CAETANO FIRMINO DE SANTANA		Carteira de identidade	1078353	SSP/PE	265.725.404-72
PE03820000025	JULIO FRANCISCO DE FONTES	18/12/2008	Carteira de identidade	1423670	SDS/PE	174.037.074-00
PE03820000015	LENI DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	1230743	SSP/PE	296.337.964-15
Cônjuge	DANIEL PEDRO DE SOUZA		Carteira de identidade	4344797	SSP/PE	908.087.387-04
PE03820000017	LINDALVA ARLINDA DE FRANÇA	18/12/2008	Carteira de identidade	1896101	SSP/PE	830.108.584-34
Cônjuge	JOAO GONÇALVES DA SILVA		Carteira de identidade	3184956	SDS/PE	519.300.564-00
PE03820000019	LUCIA MARIA DOS SANTOS	18/12/2008	Carteira de identidade	4084106	SSP/PE	639.303.664-87
Cônjuge	ANTONIO CANDIDO DO NASCIMENTO		Carteira de identidade	4947492	SDS/PE	743.233.004-25
PE03820000053	MANOEL JOÃO TENÓRIO FILHO	18/12/2008	Carteira de identidade	3634878	SSP/PE	407.610.614-87
PE03820000027	MANOEL JOSÉ LOURENÇO	18/12/2008	Carteira de identidade	1386553	SDS/PE	180.542.424-68
PE03820000035	MARIA APARECIDA GERMANO	18/12/2008	Carteira de identidade	2765598	SSP/PE	439.070.244-00
PE03820000022	MARIA DAS GRAÇAS DE ARAÚJO TRINDADE	18/12/2008	Carteira de identidade	5462066	SSP/PB	042.464.994-20
PE03820000001	MARIA IZABEL DE LIMA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	3032827	SSP/PE	718.415.804-06
Cônjuge	OTAVIO RIBEIRO DA SILVA		Carteira de identidade	2211279	SDS/PE	289.637.414-00
PE03820000039	MARIA JOSE DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	2799176	SSP/PE	021.163.314-39
Cônjuge	SEVERINO JOÃO DA SILVA		Carteira de identidade	1662189	SSP/PE	322.067.124-15
PE03820000020	MARIA JOSE DE OLIVEIRA	18/12/2008	Carteira de identidade	7211017	SDS/PE	063.325.274-39
Cônjuge	JOÃO CARLOS BENÍCIO		Carteira de	3719341	SDS/PE	689.434.234-20

	DE LIMA		identidade			
PE038200000038	MARIA JOSE PEREIRA	18/12/2008	Carteira de identidade	3178183	SDS/PE	834.733.194-49
Cônjuge	MANOEL JOSE DA SILVA		Carteira de identidade	4752552	SSP/PE	920.950.464-04
PE038200000046	MARIA LUCIA DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	6555223	SDS/PE	398.492.604-91
Cônjuge	JOSÉ PEDRO DA SILVA		Carteira de identidade	3675280	SDS/PE	706.383.734-68
PE038200000007	MARIA SEVERINA DE FRANÇA	18/12/2008	Carteira de identidade	2724470	SSP/PE	497.546.964-20
Cônjuge	IVANILDO SEVERINO DE FRANÇA		Carteira de identidade	2736250	SDS/PE	909.784.044-91
PE038200000003	MARINALVA MARIA DE LIMA SANTANA	18/12/2008	Carteira de identidade	2769700	SSP/PE	123.660.338-93
Cônjuge	MANOEL JOAQUIM DE SANTANA FILHO		Carteira de identidade	1856126	SSP/PE	724.788.967-53
PE038200000049	MARLENE MARIA DOS SANTOS	18/12/2008	Carteira de identidade	3693521	SDS/PE	692.874.304-20
Cônjuge	JOSE GUILHERME DE OLIVEIRA		Carteira de identidade	3458208	SDS/PE	653.755.994-49
PE038200000034	MIRANDOLINA MARIA DA CONCEIÇÃO	18/12/2008	Carteira de identidade	2668810	SSP/PE	049.420.314-51
PE038200000050	RICARDO RAMOS DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	5927631	SDS/PE	046.262.134-05
PE038200000013	ROSEVAL JOAQUIM RODRIGUES	18/12/2008	Carteira de identidade	2561396	SDS/PE	426.757.404-97
PE038200000016	SEBASTIANA MARIA DE MOURA	18/12/2008	Carteira de identidade	3202928	SDS/PE	031.997.314-06
Cônjuge	JOÃO MANOEL DA CRUZ		Carteira de identidade	2679587	SDS/PE	743.256.394.29
PE038200000011	SHEILA GOMES DE OLIVEIRA FREITAS	18/12/2008	Carteira de identidade	4210811	SSP/PE	461.714.014-04
Cônjuge	JOSUE MIGUEL DA SILVA		Carteira de identidade	2110406	SSP/PE	294.323.594-68
PE038200000012	ULISSES FIRMINO DA SILVA	18/12/2008	Carteira de identidade	4885186	SDS/PE	018.789.784-03
PE038200000030	VALÉRIA SILVERIO DA VEIGA	18/12/2008	Carteira de identidade	7228708	SDS/PE	058.866.314-02
PE038200000014	ZULEIDE MARIA RAMOS PATRICIO	18/12/2008	Carteira de identidade	3079314	SSP/PE	682.754.044-87
Cônjuge	MANOEL AUGUSTO PATRICIO		Carteira de identidade	262689261	SSP/SP	235.275.284-15

TOTAL DE BENEFICIÁRIOS: 55

CAPACIDADE DO PROJETO: 55